

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

MARIA ABADIA DE SOUSA

**A REPERCUSSÃO DA COLETÂNEA DA PROVA DO VESTIBULAR NA
REDAÇÃO DO CANDIDATO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO**

Goiânia

2012

MARIA ABADIA DE SOUSA

**A REPERCUSSÃO DA COLETÂNEA DA PROVA DO VESTIBULAR NA
REDAÇÃO DO CANDIDATO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás/Faculdade de Letras, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras e Linguística.

Área de concentração: Estudos Linguísticos

Linha de Pesquisa: Língua, texto e discurso.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliane Marquez da Fonseca
Fernandes

Goiânia

2012

Sousa, Maria Abadia.

S725 A repercussão da coletânea da prova do vestibular na redação do
candidato: uma análise do discurso [manuscrito] / Maria Abadia Sousa. -
2012.

IX,138 f. : il.

Orientador: Profª Drª Eliane Marquez da Fonseca Fernandes
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Letras, 2012.

Bibliografia.

Inclui apêndices.

1. Redação acadêmica 2. Universidades e faculdades – Vestibular
3. Análise do discurso I. Título

CDU: 81'42

MARIA ABADIA DE SOUSA

**A REPERCUSSÃO DA COLETÂNEA DA PROVA DO VESTIBULAR NA REDAÇÃO
DO CANDIDATO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO**

Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística defendida em 3 de julho
de 2012 na Universidade Federal de Goiás e aprovada pela banca
examinadora constituída pelos professores:

Área de concentração: Estudos Linguísticos

Linha de Pesquisa: Língua, texto e discurso.

Banca examinadora

Presidente orientadora: Eliane Marquez da Fonseca Fernandes
FL –UFG – Goiânia

Membro – Maria Aparecida Lopes Rossi
F. Educação – UFG – Catalão

Membro – Sinval Martins Sousa Filho–
FL –UFG – Goiânia

Dedico este trabalho à legião de anjos
que me guiou e me apoiou nesse caminho
extremamente tortuoso e surpreendente
e, por isso mesmo, prazeroso que é o do
conhecimento.

Agradeço àqueles que sempre me incentivaram moral, afetiva e financeiramente para
minha caminhada do conhecimento: papai e mamãe.

Ao meu querido anjo e filho Raphael que mais uma vez soube compreender minhas
ausências maternas cedendo lugar aos meus anseios intelectuais.

Aos meus irmãos Ariovaldo e Benjamim meus guardiões fiéis.

Maria Luiza, Iasmirine e Arícia, cunhada e sobrinhas que sempre me nutriram com seu
amor e carinho.

Às amigas Clara Alcione, Cristiane, Ângela Moraes, Dora, Gabriela Azeredo, Iraci,
Josimeire, Liliane Munhoz, Mara Rúbia, Maria Olina, Ronise, Sibéria. A amizade,
atenção e o carinho a mim dispensados foram fundamentais para a realização desse
trabalho.

Agradeço também àqueles sem os quais seria impossível o aprendizado e o desejo de
continuar: mestres e alunos.

Àquela que acreditou no meu sonho de dar mais um passo no caminho do
conhecimento e que, a seu modo, não mediu esforços para me atender prontamente
sempre que precisei: Eliane Marquez da Fonseca Fernandes.

A Deus, pois, ELE providenciou o desejo da busca pelo conhecimento e a legião de
anjos para que o desejo se realizasse.

RESUMO

A dissertação intitulada *“A repercussão da coletânea da prova do vestibular na redação do candidato: uma análise do discurso”* tem como objetivo analisar a relação entre o discurso da profecia religiosa e o discurso da ciência presentes na coletânea da prova de Redação do Vestibular da Universidade Federal de Goiás de 2010/1 e na produção de texto dos candidatos ao vestibular. Orientamo-nos, pelas concepções de linguagem de Bakhtin (1995) e pelas posturas sobre o discurso de Pêcheux (1997) e de Foucault (2009). Assim, especificamente guiadas pelo método arqueológico, proposto por Foucault (2009) vamos investigar algumas regularidades encontradas em dispersão nos textos, tendo em vista a produção e a circulação dos discursos a partir de determinadas posições-sujeito. Nosso trabalho quer fazer uma interpretação segundo a Análise do Discurso por meio dos dispositivos teóricos constituídos pela noção de discurso como efeito de sentidos, formação discursiva, formação ideológica e interdiscurso. Esses dispositivos nos possibilitam deslocar de uma interpretação tradicional para uma leitura sintomática: a que coloca o dizer em relação a outros dizeres já ditos ou que poderiam ter sido ditos. Portanto, temos por finalidade compreender como o processo de produção de sentidos instalado pela materialidade discursiva da coletânea da prova de Redação UFG 2010/1 repercute na Redação do candidato. Nossa análise enfocou as formações discursivas sobre a “crença e a desconfiança” e nos possibilitou constatar que em 50% dos textos analisados os discursos sobre o fim do mundo entrecruzam a crença na ciência, na religião e na mídia. Já a dúvida nas previsões e profecias aparece na outra parte dos textos analisados. Esse resultado reflete, ainda, que as formações discursivas sobre o poder da mídia presentes na coletânea apresentam-se marcadamente nos textos dos candidatos. Isso acaba por deslocar em parte o foco das discussões entre as oposições de crença na religiosidade ou na ciência para destacar a dúvida ou não acerca dos discursos midiáticos sobre o fim do mundo.

Palavras-chaves: redação; vestibular; discurso; posições-sujeito; formação discursiva

ABSTRACT

This dissertation named “The Repercussion of a Collection of Applicants’ Essays in Entrance Exams for university: A Discourse Analysis” aims at analyzing the relation between religious-prophetic discourses and the scientific ones found in the collection of essays in the entrance exams to the federal university of Goiás, (UFG) in 2010/1 and also in the writings of such applicants. We took guidance from the conceptions of language presented by Bakhtin (1995) and also from the positioning about discourse by Pêcheux (1997) and by Foucault (2009). By doing so and mainly guided by the archaeological method, proposed by Foucault (2009), we are going to search for some irregularities found throughout the texts, perceiving the production and circulation of such discourses from determined subjective positions. This paper pursues to come up with an interpretation according to Discourse Analyses, using the theoretical background upon the notion of discourse as a result of meanings, discursive formation, ideological formation and interdiscourse. Those tools can enable us to move from a certain traditional interpretation to a more symptomatic reading which situates the given speech in relation to the ones formerly proffered and to the ones which could have been said. Therefore, our ultimate goal is to understand how the process of production of meanings created by the discursive materiality in the collection of essays in the entrance exams to UFG in 2010/1 is reflected in these essays. Our analyses have focused on discursive formation about “belief and disbelief” and it enabled us to conclude that in 50% of the analyzed compositions, the discourse about the end of the world intersects the beliefs found in science, in religion and in the media. Concerning the doubts about predictions and prophecies, those will be presented further on, in a separate part of the analyzed texts. Such results reflect as well that the discursive information about the power of the media found in this collection is seen markedly in the texts produced by the applicants. This makes us change, partly, the focus on our discussions on beliefs in religiosity versus science, in order to focus on the doubt or no doubt about the media’s discourse concerning the end of the world.

Key words: essays, college entrance exams, discourse, subjective-positioning, discursive formation.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A Manual do candidato.....	CD
ANEXO B Prova de Redação do vestibular UFG 2010/1.....	112
ANEXO C Originais das redações dos vestibulandos.....	120
Texto 110-8.....	120
Texto 105-21.....	122
Texto 159-27.....	124
Texto 22-22.....	126
Texto 106-22.....	128
Texto 159-1.....	130
Texto 174-25.....	132
Texto 105-13.....	134
Texto 174-6.....	136
Texto 197-28.....	138

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
LISTA DE ANEXOS.....	08
INTRODUÇÃO.....	10
1 DEFININDO LÍNGUA, TEXTO E DISCURSO.....	14
1.1 Concepção de Língua para Saussure e para Bakhtin.....	14
1.2 Pêcheux e a Análise do Discurso.....	18
1.3 Concepções de Foucault.....	22
1.3.1 A Arqueologia.....	23
2 SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO.....	30
2.1 A voz da Universidade.....	33
3. ANALISANDO A PROVA DE REDAÇÃO.....	42
3.1 O tema.....	44
3.2 As vozes da coletânea.....	46
3.2.1 Regularidades na dispersão da coletânea.....	50
3.2.2 Relacionando as vozes da coletânea.....	52
3.2.3 Sobre a proposta de Redação.....	66
4. COMPREENDENDO OS DISCURSOS.....	71
4.1 Sobre a crença e a dúvida no discurso religioso.....	72
4.2 Discurso da ciência: controle pelo medo ou qualidade de vida.....	73
4.3 Crença no discurso da mídia.....	86
5. CONSIDERAÇÕES.....	100
6. REFERÊNCIAS.....	106
7. ANEXOS.....	112

INTRODUÇÃO

Nosso interesse pelo ensino de língua portuguesa resulta de uma experiência de sala de aula com leitura e produção textual. Ao longo desses anos de trabalho, observamos que as teorias e as práticas de ensino de língua se modificaram, mas ainda existe uma grande dificuldade em se definirem critérios para avaliação de uma produção textual. Dessa dificuldade, surge a necessidade de buscarmos respostas para dúvidas e questionamentos que a prática de sala de aula nos impõe.

Entendemos que o melhor caminho para as respostas é a pesquisa e que, para encontrá-las, é necessária não só uma investigação que se resguarde pela teoria, mas também que se justifique pela sua aplicação. Nesse sentido, escolhemos a prova de Redação do vestibular da UFG 2010/1 por entendermos que é uma atividade de leitura e escrita na qual o produtor do texto exercita a leitura, reflete sobre o que lê e apresenta essa reflexão por escrito. Além disso, consideramos o fato de que a Universidade exerce um papel de autoridade ao exigir e avaliar o modo como se trabalha a leitura e a escrita numa prova de ingresso.

Nosso estudo busca observar como os discursos construídos pela coletânea da prova se apresentam nos textos dos candidatos e para isso nos embasamos na linha teórica da Análise do Discurso. Essa teoria propõe, ao estudar a linguagem, uma relação não dicotômica entre língua e discurso, mas propõe uma linha de estudo que considera o discurso como objeto de análise do funcionamento da língua. Desse modo, a exterioridade da língua determina o discurso e nele temos, portanto, o social, o histórico e os valores que o atravessam.

Tomamos como ponto de partida as concepções de linguagem de Bakhtin (1995) e depois nos orientamos pelas perspectivas discursivas de Pêcheux (1997) e de Foucault (2009). Para o filósofo russo, Bakhtin (1995), a linguagem é dialógica, sendo que a língua ou o discurso e sua substância, para Bakhtin, são constituídos na *interação verbal*, que engloba tanto a enunciação quanto os enunciados. Já Pêcheux (1997) considera o discurso como o lugar teórico para onde convergem literalmente todas as grandes questões sobre a língua, a história e o sujeito. Para Pêcheux, o discurso promove *efeitos de sentido* conforme as condições de produção, além do fato

de que seus estudos propõem teorias do *discurso* e de sua *análise*. Para o estudioso francês Foucault (2009), a *língua* é um sistema de construção para enunciados possíveis, o que torna o enunciado a unidade do discurso. Para Foucault, é justamente a *função enunciativa*: o fato de o discurso ser produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam a irrupção de discursos vários.

O presente trabalho tem como objetivo principal observar como os discursos apresentados na coletânea da prova do vestibular da UFG 2010/1 repercutem nos textos produzidos pelos candidatos.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- descrever algumas regularidades de formações discursivas da coletânea;
- observar os discursos e contradiscursos presentes nos textos dos candidatos;
- proporcionar uma reflexão acerca da produção de textos escritos de alunos de ensino médio.

As questões de pesquisa que propomos são:

- Como os discursos apresentados na coletânea da prova da Redação do vestibular da UFG 2010/1 promovem uma repercussão nos textos produzidos em situação de vestibular?
- Que regularidades de formação discursiva podemos encontrar na coletânea da prova?
- Como os discursos da coletânea se apresentam nos textos dos candidatos?
- Podemos contribuir para o ensino da produção de texto por meio desta reflexão?

Produzimos nosso trabalho guiadas pelo método de pesquisa qualitativa, segundo a concepção de Denzin e Lincoln (2006). A pesquisa qualitativa atua dentro de um complexo histórico que apresenta um significado específico. Pode-se defini-la como uma investigação situada que localiza a pesquisadora no mundo em meio a um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade suficiente para uma pesquisa.

A partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso, tomamos o enunciado como unidade de análise. Portanto, nossa metodologia liga-se à

“Arqueologia” proposta por Foucault (2009, p. 43). Pelo método arqueológico, propomos investigar quais são as regularidades encontradas em dispersão nos textos, tendo em vista a produção e a circulação dos discursos a partir de determinadas posições-sujeito. Nessa metodologia de Foucault (2009, p.43), uma pesquisa sobre o discurso deve voltar-se para certos aspectos que circulam dispersos nos enunciados.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.(grifos do autor)

No nosso caso, optamos por investigar as formações discursivas em textos produzidos em situação de vestibular por entender o valor que esse momento seletivo representa na vida de uma pessoa. Momento em que se decide grande parte de seu presente e também de seu futuro, principalmente, em relação à sua vida profissional.

Nosso corpus é composto pela prova de redação do vestibular 2010/1 da UFG, Manual do Candidato ao vestibular 2010/1 e por sessenta redações, obtidas, por meio de ofício, junto à comissão do vestibular da Universidade Federal de Goiás em 2010. Junto à comissão, recebemos dezenas de pacotes e selecionamos aleatoriamente sessenta redações. Mais tarde, para aprofundamento de análise, também aleatoriamente, selecionamos dez. A seleção aleatória ocorreu pelo fato de nosso enfoque ser em nível de discurso e não em nível textual, além de não abranger qualquer discussão valorativa tanto no que se refere à quantidade de provas e ou ao que se refere a notas obtidas e ou que se poderia obter de acordo com a grade de correção da banca. Como a prova em questão apresenta três opções de produção textual (reportagem, crônica e carta) optamos pelo gênero carta. Para a preservação do sigilo, nós nos reportamos aos textos, empregando a denominação primeiramente do pacote 110, depois o número da redação 8, por exemplo 110-8, já enumerados pelo Centro de Seleção. Esses dados são apresentados na prova original em anexo. Em relação ao produtor do texto, referimo-nos a ele no gênero masculino, candidato, autor e ou enunciador devido ao fato de que a identidade do candidato é desconhecida por nós.

No levantamento da literatura científica, encontramos vários estudos referentes à redação de vestibular. Alguns tematizam os critérios de correção de redação como o do realizado por Therezo (2002). Temos ainda, outros voltados para a observação de

"acertos" e "erros" quanto ao uso da variedade-padrão da língua portuguesa (FERREIRA, 1979; GUALBERTO, 1979). Há pesquisas referentes à textualidade das redações (LE MOS, 1977; PÉCORA, 1986; ROCCO, 1981; COSTA VAL, 1999; LIMBERT, 2006) e ainda investigação sobre polifonia (CATELLAN, 2003), além de estudos voltados para a caracterização da redação de vestibular como um gênero textual (PILAR, 2002; PAVANI e KÖCHE, 2006; ZANUTTO e OLIVEIRA, 2004; HILA, 2007). O que se nota é que nessas pesquisas, ainda que o corpus seja a redação de vestibular o enfoque de suas análises ocorre por questões distintas à nossa, uma vez que nos concentramos em analisar não a organização textual, mas como a materialidade discursiva se manifesta na relação entre os discursos da coletânea de textos da prova e o produto apresentado pelo candidato.

Nosso trabalho se organiza em quatro capítulos. No capítulo 1, falamos sobre as concepções de língua que sustentam nosso estudo: segundo os teóricos Bakhtin (1995), Pêcheux (1997) e Foucault (2009), em seguida, apresentamos conceitos teóricos da Análise do Discurso. No capítulo 2, discorremos sobre a concepção teórica das condições de produção de acordo com Pêcheux (1997) e Orlandi (2001). No capítulo 3, enfocamos as formações discursivas sobre a crença e a dúvida nos discursos presentes na coletânea da prova do vestibular, para, no capítulo 4, compararmos com os discursos presentes nas redações dos candidatos ao vestibular UFG, 2010/1. Estabelecemos, assim, a relação entre as formações discursivas ali presentes e os discursos apresentados na coletânea. Fazemos, ainda, algumas interpretações sobre a influência dos discursos presentes na coletânea na produção da redação dos candidatos ao vestibular. Além de algumas considerações acerca do trabalho de professores na avaliação de textos de alunos do ensino médio

Em anexo, temos cópia prova de Redação do vestibular 2010/1 da UFG e das redações que compõem o corpus e foram utilizadas em nossa investigação, são dez textos da prova do vestibular UFG 2010/1, ofertadas pelo Centro de Seleção UFG e o Manual do Candidato 2010/1 para que possam ser consultados.

CAPÍTULO 1

DEFININDO LÍNGUA, TEXTO E DISCURSO

O discurso é o caminho de uma oposição a outra dá lugar ao que vemos, mas obedece ao que oculta.

Foucault

Para iniciarmos, é preciso partir da concepção de língua porque essa noção fundamenta as posturas de um linguista. Neste capítulo, vamos conceituar língua, texto e discurso; começamos pelas ideias de Saussure (1977) e de Bakhtin (1995 – 1997), para depois apresentar a fundamentação teórica sobre o discurso nas linhas de Pêcheux (1997) e de Foucault (2009). Assim, compreendemos que os sentidos não estão soltos, mas exercem uma função discursiva dentro dos textos.

Nossa perspectiva linguística parte da noção de que a língua tem uma ordem própria ligada à historicidade e não é apenas um código, opondo-se em parte à teoria saussuriana que afirma ser a língua um sistema que apresenta duas faces distintas. Essas faces: língua e fala se correspondem e a fala é apenas realização e não vale senão pela língua, em contrapartida, a língua como estrutura não vale senão pela fala.

1.1 Concepção de língua para Saussure e para Bakhtin

Saussure (1977, p.17) decide analisar a língua como objeto de seus estudos e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem. Define, então, “língua como sendo ao mesmo tempo um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”.

Desse modo, ao classificar a língua como algo adquirido e convencional, Saussure (1977) afirma que a língua é resultado de um depósito, inscrito em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade. Além disso, a língua é o resultado de um sistema gramatical que existe virtualmente em cada ser humano falante de um determinado idioma. A partir disso, vemos que, para ele, a língua não está completa

em todos nós e só existe de modo completo no conjunto social. Desse modo, o autor denomina a fala como a parte psicofísica, o lado da realização da língua, cuja execução ocorre sempre de modo “individual e dela o indivíduo é sempre senhor”. (SAUSSURE, 1997, p.21).

Ao focar mais os estudos da língua do que os da fala, Saussure (1977, p.22) separa ao mesmo tempo: o que é social do individual; o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental, pois afirma que:

A língua é parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la, ela existe em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade; por outro lado, o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento.

Portanto, essa concepção de língua como um sistema de natureza homogênea, destaca a noção de que os signos linguísticos são essencialmente psíquicos e, por isso, temos duas afirmações muito fortes: de um lado, o fato de que a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos. De outro lado, a fala é necessária para que a língua se estabeleça. Com isso, vemos que há uma interdependência entre língua e fala. Mas, ainda assim, são dois aspectos distintos.

Essas posturas de Saussure, respeitadas ainda hoje, são decisivas para a fundação da Linguística como ciência. Esse ponto de vista do linguista ao definir língua, considerando-a como algo externo é exatamente o que mais tarde vai ser criticado por vários autores, entre eles Bakhtin e Pêcheux.

Para Bakhtin (1997), no início do século XX, a realidade concreta da língua vai além de ser um sistema estável de formas normativamente idênticas. Ela se constitui num processo ininterrupto, o qual se realiza através da interação verbal social dos locutores, contrapondo-se àquela abstração científica que a considera um sistema estável de formas idênticas e que só pode servir a certos fins teóricos e práticos particulares.

Ao fazer essas considerações, é possível perceber que a concepção bakhtiniana de língua difere da concepção de Saussure não só nos aspectos de sistema estável, mas, principalmente, porque é preciso levar em conta o funcionamento da fala no seu aspecto interacional na relação entre o “eu” e o “outro”.

Na interação, signo e palavra para Bakhtin (1995) diferem. Signo é resultado da criação de uma função ideológica precisa e é dela inseparável, a palavra pode se relacionar a qualquer espécie de função ideológica, seja ela estética, científica, moral e ou religiosa. Desse modo, a função de signo absorve toda palavra, o que faz com que ela só comporte o que esteja ligado a essa função. Assim, a palavra carrega o signo que é *o fenômeno ideológico por excelência*, o modo mais puro e sensível da relação social.

Conforme Bakhtin (1995), o signo reflete a realidade quando retoma os aspectos de exterioridade do mundo como ponto de partida e o signo refrata a realidade quando insere na palavra os valores ideológicos. A ideologia, por meio da palavra, penetra em todas as relações entre indivíduos, relações de colaboração, em encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político. Ainda segundo a concepção de Bakhtin (1995, p.41),

[a] palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

Com isso, entendemos que a ideologia de que Bakhtin fala não se relaciona apenas a uma postura política, mas envolve todo um conjunto de valores cotidianos.

Se a palavra é capaz de registrar toda e qualquer transformação o mais transitória, efêmera e ou íntima possível, o locutor, ao fazer uso dela, define-se em relação ao outro, em relação à coletividade. Por refletir filiações ideológicas de cunho sócio-histórico, qualquer alteração ideológica se reflete na escolha dos termos. Se a vida da palavra está na interação, dentro da situação social mais imediata, é exatamente na palavra em ação, no meio social que envolve o indivíduo, que temos a enunciação.

Concordamos com Bakhtin (1995, p.114) quando afirma a esse respeito que

[a] situação dá forma à enunciação, impondo-lhe essa ressonância em vez daquela, por exemplo, a exigência ou a solicitação, a afirmação de direitos ou a prece pedindo graça, um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez, etc. A situação e os participantes mais imediatos *determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação*. Os estratos mais profundos da sua estrutura

são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor. (grifos nossos)

Entendemos, então, que o verdadeiro lugar do ideológico é exatamente o social criado pelo homem na interação entre indivíduos organizados. O que Bakhtin traz de mais importante é o papel contínuo da comunicação social que só aparece de modo claro e completo pelo diálogo. Para ele, o *signo não é* apenas um reflexo da realidade como considera Saussure, é um fragmento material dessa realidade, um instrumento de produção ou produto de consumo, que reflete e refrata uma realidade que lhe é exterior. Desse modo, por ser ideológica, a palavra possui um significado e remete a algo que está fora de si mesma, pois, por meio da interlocução, a língua expõe valores numa troca ininterrupta. Segundo Fiorin (2008), Bakhtin renova a concepção de diálogo, mostrando que o processo dialógico ocorre não só entre falantes, mas também produz interligação entre textos e entre discursos.

O que o estudioso russo afirma é que o sentido das palavras não está dado. A enunciação é o resultado da interação entre indivíduos socialmente organizados. Isso significa que a palavra ao ser lançada a um interlocutor varia de acordo com a função da pessoa desse interlocutor. E, assim, pode haver mudanças de sentido quando esse locutor é do mesmo grupo social ou não, se for inferior ou superior na hierarquia social, se ligado ao outro locutor por laços sociais mais ou menos estreitos.

Dessa maneira, ao falar sobre a ideologia do cotidiano, Bakhtin (1995) considera a natureza sociológica da estrutura da expressão e da atividade mental, a qual corresponde essencialmente, na literatura marxista, à psicologia social. Importam para ele as relações de conteúdo, uma vez que esse é totalmente ideológico, determinado por fatores valorativos, não individuais e orgânicos, mas sociológicos.

No diálogo, o enunciado, como tudo aquilo que foi dito, se constrói, levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais os dizeres, em essência, são criados. Ao considerar a possível resposta, o papel dos outros seres humanos é excepcionalmente grande, esses outros não são ouvintes passivos, porque desde o início, o falante já espera uma resposta, estabelecendo uma ativa compreensão responsiva. Vejamos que Bakhtin (2003, p. 132) reforça essa idéia ao propor que

[c]ompreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*. [...] É por isso que não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão

ativa responsiva. A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na palavra nem na alma do interlocutor. Ela é o efeito da *interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro*. (grifos do autor)

E, por isso mesmo, o sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre sujeitos, da construção na produção e na interpretação de textos. Essa relação entre interlocutores não só funda a linguagem e dá sentido ao texto, como constrói os próprios sujeitos produtores do texto. O que significa dizer que o *outro* é indispensável para a concepção do sujeito, sendo assim, é impossível pensar o homem fora das relações que o ligam ao outro.

Portanto, na concepção bakhtiniana, a linguagem é dialógica, seja a língua ou o discurso, e, ignorar essa natureza dialógica, é desconsiderar a relação entre a linguagem e a vida. Embora Bakhtin não pertença ao grupo de linguistas da Análise do Discurso (AD), essas perspectivas conceituais foram tomadas pela AD e vamos retomar essa concepção em nossa análise.

Da mesma forma que Bakhtin leva o foco do seu estudo para a exterioridade da língua e prefere analisar as relações engendradas pela troca de dizeres na interação, Pêcheux (1997) também vem questionar as posturas que consideram a língua como um sistema estável.

1.2 Pêcheux e Análise do Discurso

Pêcheux (1997) é considerado como o pai da Análise do Discurso porque em 1969 inicia publicações sobre estudos que já vinha amadurecendo acerca das relações entre a psicanálise, a história e a língua. O pesquisador estuda a interface das preocupações relativas à interpretação de texto, desenvolvidas nessa época, e isso leva-o a investigar como os discursos políticos aparecem em meio aos dizeres de cada dia.

Segundo Orlandi (2006), Pêcheux relê Saussure e percebe que é preciso incluir a perspectiva histórico-social na língua, por isso direciona seus estudos à fala. Entendemos, então, que essa fala não pode ser vista como apenas individual porque tudo o que se diz se submete a leis jurídicas e a determinações sócio-históricas. Dessa forma, Pêcheux (1997) propõe uma relação não dicotômica entre língua e discurso, faz do discurso seu objeto de análise e atenta para o funcionamento da língua. Para

Orlandi (2006), ele verifica o que é linguístico e inclui a observação da exterioridade que determina os dizeres.

Para Pêcheux (1997), discurso é efeito de sentido entre interlocutores, portanto, mais que transmissão de informação. Nessa visão, não há uma relação linear, pois tanto o locutor quanto o interlocutor estão tocados pelo simbólico. A mensagem é transmitida entre os falantes e não se extingue na língua considerada como um código, não há apenas transmissão de uma mensagem, mas geração de efeitos de sentido entre eles. O efeito de sentido é, pois, resultante da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de uma determinada circunstância, afetados pelo histórico.

Uma das concepções fundamentais para compreender os primeiros estudos de Pêcheux (1997), em 1969, refere-se à ideologia. Para ele, a língua falada pelo povo insere aspectos da ideologia política. Essa percepção é observada junto a Althusser, o qual considera os indivíduos como sujeitos *assujeitados* à estrutura político-ideológica dominante. Desse modo, Pêcheux (1990, p. 311) entende que “um processo de construção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma [...] os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’”.

Essa concepção de assujeitamento, em que o indivíduo não tem autonomia de escolha dá uma perspectiva sombria de que o sujeito é homogêneo e determinado. Nos anos 1970, o autor percebe que essa maquinaria não funciona tão opressivamente, e passa a dar lugar a uma percepção do sujeito situado num contexto de produção e marcado pela heterogeneidade e nisso se aproxima de Bakhtin.

Segundo Mالدidier (2011, p. 61), na década de 70, ocorre uma alteração nessa postura categórica de Pêcheux que torna mais flexível a concepção de superestrutura como mais poderosa que o sujeito.

Desfeita a fantasia cientificista, a Análise de discurso tornou-se uma disciplina interpretativa. Nem programa nem método, ela permanece como uma problemática. Por um processo que é no limite infinito, ela convida à construção de objetos discursivos numa tríplice tensão entre a sistematicidade da língua, da historicidade e da interdiscursividade. Ao fim do trajeto há um lugar para o sujeito, mas o discurso resiste à subjetivação.

Orlandi (2006), com base em Pêcheux, afirma que o sujeito está submetido à língua para assumir a posição de quem diz, ou seja, o indivíduo é interpelado em

sujeito pela ideologia, quer dizer, o sujeito é chamado pelos valores ideológicos vários que circulam no interdiscurso. Assim, o que se tem é uma posição-sujeito projetada no discurso e não um sujeito empírico, ou seja, passa-se de um indivíduo material para uma posição assumida ideologicamente pelo sujeito. Esse é o sujeito discursivo que assume ideologias várias durante sua vida e, ao falar, expressa os valores partilhados. Com isso, podemos entender a heterogeneidade do sujeito, pois cada um se afilia a ideologias diversas. O que se nota é que, embora heterogêneo, o sujeito não consegue escapar à necessidade de filiar-se a posturas ideológicas dispersas socialmente no decorrer de sua existência.

Segundo Orlandi (2006), sujeito e situação haviam sido postos para fora da análise linguística, mas agora contam fundamentalmente para a Análise do Discurso na medida em que são redefinidos discursivamente como parte das condições de produção do discurso. Podemos perceber que a situação no contexto imediato é o momento da enunciação, o aqui e o agora do dizer, seu sentido estrito, e a situação pode ser pensada em seu sentido lato: a que compreende o contexto sócio-histórico, ideológico no sentido mais amplo. Discorreremos sobre esse aspecto posteriormente, no capítulo sobre as condições de produção.

Na Análise do Discurso, o sujeito carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte de sentido. O lugar desse sujeito que fala, de acordo com Pêcheux (1997), não é vazio, é preenchido por aquilo que o autor designa de *forma-sujeito*. Os dizeres de cada forma-sujeito apresentam o saber de uma determinada formação discursiva. E é por essa forma-sujeito que dentro do discurso, o falante se inscreve em uma determinada formação discursiva, com a qual ele se identifica e que o constitui enquanto sujeito.

A expressão forma-sujeito, segundo Malidier (2003), permite entrever outros conceitos inter-relacionados de que se apreende a lenta elaboração, dentre eles o conceito chave de *interdiscurso*. O discurso se constitui a partir dos dizeres anteriores já lá, numa espécie de diálogo surge o conceito de interdiscurso que reside no fato de que algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente.

O interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição. E é nesse misto de discursos e de lugares de onde se fala que a relação de sentidos se constrói, fazendo parte, evidentemente, da *prática discursiva*. De outro modo, o que se diz tem relação com outros dizeres e isso é parte do efeito de sentido

do dizer, o que nos leva a concluir que todo dizer é aberto em suas relações históricas de sentido. Para nós, essas concepções aproximam-se do dialogismo bakhtiniano. A AD se define, portanto, através de uma proposta de novas maneiras de ler e de interpretar, restabelecendo a relação entre o dito e o não dito, ao dito em outro lugar, em outra situação.

Para Maltidier (2011), o ponto central dos conceitos de Pêcheux é o interdiscurso relacionado com o intradiscurso. Por isso, entendemos que o discurso é constituído de dizeres anteriores que obedecem a regras do que se pode ou não se pode dizer dentro de um espaço ideológico-discursivo. Assim, vemos que essas normas coercitivas se constituem no interdiscurso, quer dizer, no diálogo entre os vários discursos sociais. Já o intradiscurso corresponde à relação entre os dizeres empíricos e os valores sociais na situação de interlocução. Se dentro de cada enunciado temos discursos internos, não se perde a relação com o atravessamento de interdiscursos. Assim, compreendemos que as regras do interdiscurso podem ser repetíveis, mas a construção única do intradiscurso é sempre algo inédito.

A realização do discurso nos acontecimentos não é imobilizada, segundo Fernandes (2004, p. 44), pois ocorre uma descontinuidade que é marcada como formação discursiva que se contrapõe a outras formações discursivas. É exatamente a formação discursiva que vai obedecer a regras específicas do tempo, do espaço físico social, das posturas ideológicas e da história no jogo entre intradiscurso e interdiscurso. A noção de formação discursiva

[c]oloca em pauta um conjunto de conceitos, às vezes, conflitantes, mas necessários à sua compreensão e formulação, resulta de um entrecruzamento de História e Linguística e constitui lugar relevante para a Análise do Discurso. Discorrer sobre esse conceito implica refletir sobre as condições de possibilidades dos discursos, considerando as contradições sociais que lhes são constitutivas.

O conceito de formação discursiva estabelecido por Pêcheux é gerado a partir de expressão emprestada de Foucault em *A Arqueologia do saber* (2009). Em Pêcheux essa concepção é reordenada e aprofundada ao aproximá-la de interdiscurso. Segundo Maltidier (2003, p.52), para os estudiosos do discurso o conceito de “formação discursiva” é mais rigoroso que o de prática discursiva. A “formação discursiva é totalmente pega pela história, numa relação de forças, pertencendo assim, a uma conjuntura dada, estranha, portanto, a qualquer perspectiva tipológica”.

1.3 Concepções de Foucault

Assim como tomamos as concepções de interação e dialogismo de Bakhtin e recorremos às noções de discurso, condições de produção e interdiscurso de Pêcheux, agora buscamos algumas concepções de Foucault (2009) para alinhar ao nosso estudo. Dentre essas concepções temos o saber, o sujeito e o poder.

Tanto Pêcheux quanto Foucault tinham projetos epistemológicos que, mesmo distintos, apresentam pontos em comum. O projeto de Pêcheux busca a construção da *análise do discurso* e, nessa análise, estão envolvidos a língua, os sujeitos e a história. E, assim, ele dialoga, como vimos até aqui, com a Linguística, a História e a Psicanálise por meio de teóricos como Saussure, Marx e Freud. Seu trabalho visa à construção de uma teoria materialista do discurso que se alia a um projeto político de intervenção na luta de classes, a partir da leitura althusseriana do marxismo-leninismo. Essa teoria se vincula à prática política e a uma busca metodológica que se materializa na tentativa de construir um método para a análise do discurso (a análise automática).

Já, o projeto de Foucault não busca a linguística, aproximando-se mais das problemáticas da História e da Filosofia, relacionando-se com Nietzsche, Freud e Marx. Pêcheux, ao contrário, em seu projeto aproxima-se mais da Linguística. Foucault (2009) explica que todo o seu trabalho de pesquisa está voltado para entender as relações do sujeito com a história. Assim, divide seus estudos, em três vertentes que não se excluem, apenas se diferem quanto ao foco. Desse modo, indica que pesquisa o ser-saber, o ser-poder e o ser-si.

Inicialmente, Foucault busca estudar as relações entre os sujeitos e os saberes na história da sociedade ocidental, em sua obra *As palavras e as coisas* (2007). Nesse estudo, tenta compreender a transformação histórica dos saberes que possibilitam o surgimento das ciências humanas, iniciando sua fase chamada de *arqueológica*.

Segundo Machado (2006, p.159), a arqueologia proposta por Foucault em *A arqueologia do saber* não se propõe a fazer uma cronologia histórica, mas um estudo que engloba perspectivas do discurso, das formações discursivas. Tem em vista “o nível das regras que tornam possível o aparecimento dos conceitos, suas compatibilidades e incompatibilidades”. A arqueologia compreende que a história e o seu modo de produção constroem as verdades a partir das normas internas dos saberes de determinada época, a partir dos discursos.

Na fase genealógica, conforme Machado (2006, p. 168), o autor se dedica ao estudo das relações de poder que não se circunscrevem ao poder do Estado. Dessa forma, Foucault passa a entender que “a mecânica de poder se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação.” Assim, os poderes estão dispersos numa rede social, descendo até pequenas ramificações. Os estudos sobre o poder enfocam, principalmente, a disciplina e o controle.

A terceira fase dedica-se a uma reflexão moral voltada para a compreensão da arte de viver entendida como cuidado de si. Para Machado (2006, p. 181), há uma estética da existência, buscando “uma elaboração da própria vida com uma obra de arte, da injunção de um governo da própria vida que tinha por objetivo lhe dar a forma mais bela possível”.

As três fases de Foucault são importantes e, ao contrário de Pêcheux, Foucault não promove uma mudança de postura, apenas acrescenta novos enfoques a cada fase desenvolvida. Em nosso trabalho, interessa-nos especificamente a fase da arqueologia, em que Foucault define concepções acerca do discurso.

1.3.1 A Arqueologia

Em *A Arqueologia do Saber*, publicado 1969, Foucault (2009) pesquisa como diferentes modos de investigação são desenvolvidos historicamente para aceder ao estatuto de ciência moderna e como se constrói uma nova ideia de sujeito. Verifica que as ciências biológicas, econômicas e linguísticas produzem como efeito a objetivação do sujeito, isto é, passam a investigar o próprio ser humano como um objeto. O autor questiona, por meio do método arqueológico, como os saberes, que embasam a cultura ocidental, permitem entender a história desses saberes. Segundo ele, o *saber* não está contido somente em demonstrações científicas; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais e decisões políticas.

Segundo Foucault (2009), o *saber* é o conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva, esses elementos são indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar. O conhecimento ou o saber é tudo aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada.

Um *saber* é, também, o espaço no qual o sujeito pode tomar posição de valor para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso, além disso, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso nas práticas discursivas.

Para Foucault (2009), as práticas discursivas ou ação de dizer não podem ser confundidas com os dizeres pelos quais um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem. Para ele (2009, p.133), “prática discursiva é um conjunto de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e no espaço e que definem numa determinada época e numa determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” Desse modo, não podemos nos esquecer de que estamos sempre sujeitos a regras sobre o que pode ou não ser dito dentro de uma determinada circunstância.

Com isso, entendemos que há saberes independentes das ciências, mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma. A arqueologia percorre esse eixo da prática discursiva saber-ciência. Se a história das ideias encontra o ponto de equilíbrio de sua análise no conhecimento, a arqueologia encontra o ponto de equilíbrio de sua análise no saber. Ou seja, em um domínio em que o sujeito é necessariamente situado e dependente, sem que jamais possa ser considerado titular (seja como atividade transcendental, seja como consciência empírica).

Assim, Foucault (2009) propõe uma análise que persiga a movimentação dos enunciados, sua movência nos atos praticados por sujeitos historicamente situados. Exatamente por serem objeto de luta, as práticas discursivas determinam que nem tudo pode ser dito, que aquilo que pode ser dito é regulado por uma ordem do discurso. Nesse sentido, para Foucault, o enunciado é um bem (finito, limitado, desejável, útil) “que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização – e que coloca, por conseguinte, desde sua existência a questão do poder; que é o objeto de uma luta, e de uma luta política”. FOUCAULT (2009, p.133)

Para Foucault (2009, p. 96), *enunciado* e *língua* não estão no mesmo nível de existência. Segundo ele, *língua* é um sistema de construção para enunciados possíveis, pois, o que torna uma frase, uma proposição, um ato de fala em um enunciado é justamente a função enunciativa. O que significa dizer que o enunciado é produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele se torne um enunciado.

Foucault (2009, p.132) afirma que

[o] enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo. Mas enquanto a regularidade de uma frase é definida pelas leis de uma língua, e a de uma proposição pelas leis de uma lógica, a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva. A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à mesma formação discursiva constituem uma única e mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, uma vez que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência.

O que diferencia o enunciado da proposição, de acordo com Foucault (2009), é o fato de o enunciado estar no plano do discurso e, assim, não ser submetido às provas de verdadeiro/falso. Para os enunciados, portanto, não há formulações equivalentes, pode se tratar de uma mesma estrutura proposicional, mas com caracteres enunciativos bastante distintos.

Quanto à diferença entre enunciado e frase, Foucault (2009) afirma que enunciado não está, necessariamente, submetido a uma estrutura linguística canônica, ou seja, não se encontra um enunciado encontrando-se os constituintes da frase (sujeito – verbo- predicado). O que, segundo ele, torna quase impossível definir um enunciado pelos caracteres gramaticais da frase.

Para esse estudioso, o enunciado parece mais próximo dos atos de fala, porém ele não propõe procurar o ato material (falar e/ou escrever) ou a intenção do indivíduo que está realizando o ato (convencer, persuadir) ou o resultado obtido.

Diante dessas distinções, Foucault coloca língua e enunciado em níveis diferentes de existência. Para ele, entre o enunciado e o que se enuncia há uma relação a qual envolve os sujeitos, passa pela história e envolve a própria materialidade do enunciado e não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica. Isso significa dizer que o sujeito do enunciado não é o sujeito reduzido a aspectos gramaticais, afinal, o sujeito do enunciado não está dentro do sintagma linguístico, ou ainda, porque um enunciado mesmo não comportando só a primeira pessoa tem um sujeito. Ou seja, todos os enunciados que têm uma forma gramatical fixa não apresentam necessariamente um único e mesmo tipo de relação com o sujeito do enunciado.

Foucault (2009) reconhece que não há signos sem que haja alguém para proferi-los, reconhece também que esse sujeito exterior à frase não seria o indivíduo real que o articulou e ou escreveu, mas um “autor” ou uma instância produtora. Esse

“autor” não é o sujeito do enunciado e, nem mesmo, sua relação com o que enuncia. É, sim, a função de um autor.

Para Foucault (2002, p. 21) a função de um autor é

caracterizar a existência, a circulação e a operatividade de certos discursos numa dada sociedade. A função autor está, portanto, ligada aos sistemas legais e institucionais que circunscrevem, determinam e articulam o domínio dos discursos, mas opera de maneira uniforme em todos os discursos, em todas as ocasiões e em qualquer cultura, não sendo, desse modo, definida pela atribuição espontânea de um texto ao seu criador e sim através de uma série de procedimentos rigorosos e complexos, não se refere a um indivíduo concreto, na medida em que dá lugar a uma multiplicidade de egos e uma série de posições subjectivas que podem ser ocupadas por todo e qualquer indivíduo susceptível de cumprir tal função.

Ao descrever a função-autor, Foucault atenta para o fato de que ao se pronunciar, iniciando uma prática discursiva, o que se produz não é só a obra de quem se pronuncia, mas a possibilidade e as regras de formação de outros textos esse processo faz com que, segundo Foucault (2002, p. 22), “o sujeito dissolve-se, pois, numa complexa e variável função de discurso”. A função autor é apenas uma das especificações da função sujeito.

Por isso, mais de uma função-sujeito que se estabelece de acordo com posições diferentes que um mesmo indivíduo pode ocupar, não sendo, portanto, o mesmo sujeito de um enunciado a outro. E é, nesse sentido, que para Foucault (2009, p. 108) “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito”.

Diante dessas discussões acerca do sujeito, Foucault (2009, p. 107) conclui que

não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é causa, origem ou ponto de partida do fenômeno de articulação escrita ou oral de uma frase; não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena com o corpo invisível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viria manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma.

Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, pois o enunciado está sempre relacionado a um campo adjacente. Foucault (2009), como primeira tarefa da arqueologia do saber, torna evidente as relações que unem todos os enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva. Essas relações podem constituir reformulações, relações de implicação, mas sempre são relações de oposição ou de exclusão: o conjunto das formulações às quais o enunciado se refere (implicitamente ou não) “seja para repeti-las, modificá-los ou adaptá-las, seja para a elas se opor, para falar em seu lugar. Não há enunciado que de alguma maneira, não reatualize outros.” (Foucault, 2009, p. 111)

Assim, Foucault (2009) define *discurso* como sendo o conjunto de enunciados, na medida em que se entrecruzam na mesma formação discursiva: ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história. Assim,

discurso é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo. (FOUCAULT, 2009, p. 133)

Quando Foucault, (2009) elabora essa definição de *discurso*, o faz por entender que as produções discursivas são mais que representações, pois elas servem de ferramentas efetivas de controle e de (trans) formações de indivíduos. As noções de “ciência” e de “teoria” evocam, para ele, uma tendência a pares opositivos ciência/verdade, ideologia/erro ou algo que concebido como o de uma transparência do saber livre de falsas representações ou falsas consciências.

É preciso uma análise mais aprofundada entre a relação específica que uma formação discursiva estabelece com a outra e quais os efeitos de sentido emergem dessa relação. Desse modo, entendemos que, para Foucault (2009), o que determina as formações discursivas são as regras apresentadas como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias, caracterizando assim a formação discursiva em sua singularidade, o que permite a passagem da dispersão para regularidade. A dispersão é, segundo Foucault (2009, p. 42), “as possibilidades estratégicas diversas e opostas que permitem a ativação de temas incompatíveis, ou ainda a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes.”

Já a regularidade dos enunciados, para esse estudioso, não se opõe à irregularidade (enunciado desviante - anormal, profético, retardatário, genial ou patológico), mas “designa, para qualquer performance verbal (extraordinária ou banal, única em seu gênero ou mil vezes repetida), o conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa que assegura e define sua existência.” (FOUCAULT, 2009, p. 163). Desse modo, a regularidade não vale como índice de frequência ou de probabilidade. Todo enunciado apresenta certa regularidade e, portanto, ao se opor a regularidade de um enunciado à irregularidade de outro, menos esperado, mais singular e ou mais rico em inovações, deve-se considerar outras regularidades que caracterizam outros enunciados.

Assim, conclui Foucault (2009, p. 43) que um estudo da formação discursiva envolve a descrição de determinados objetos, conceitos ou temas que aparecem em regularidade dentro da dispersão dos discursos. Além disso, deve-se fazer a observação das possíveis relações entre as posições e funcionamentos que apresentam. Uma formação discursiva é, portanto, segundo Foucault (2009), um espaço de dissensões múltiplas, um conjunto de oposições cujos níveis e papéis devem ser descritos. Ou seja, uma formação discursiva não é um texto ideal, contínuo e sem aspereza, que corre sob a multiplicidade das contradições e as resolve na unidade calma de um pensamento coerente.

Ao fazer a análise arqueológica, Foucault afirma que, através dela, podem-se observar as possíveis contradições na afirmação e na negação simultânea de uma única e mesma proposição. Portanto, trata-se de manter o discurso em suas asperezas múltiplas e de suprimir, em consequências disso, o tema de uma contradição uniformemente perdida e reencontrada, resolvida e sempre renascente.

A contradição, segundo Foucault (2009, p. 170), “é a ilusão de uma unidade que se oculta ou que é ocultada: só tem seu lugar na defasagem existente entre a consciência e o inconsciente, o pensamento e o texto, a idealidade e o corpo contingente da expressão. De qualquer forma, a análise deve suprimir a contradição, sempre que se possa, a contradição.” Para a análise arqueológica, as contradições não são nem aparências a transpor, nem princípios secretos que seria preciso destacar. São objetos a serem descritos em si mesmos, sem que se procure saber de que ponto de vista se pode dissipar ou em que nível se radicaliza e se transformam de efeitos em causas.

O discurso é o caminho de uma oposição a outra: dá lugar à que vemos, mas obedece à que oculta. Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência.

Foucault (2009, p.172) diferencia as contradições, pois

certas *contradições* localizam-se apenas no plano das proposições ou das assertivas, sem afetar em nada o regime enunciativo que as tornou possíveis. Surgem na mesma formação discursiva, no mesmo ponto e segundo as mesmas condições de exercício da função enunciativa; são contradições arqueologicamente *derivadas* e que constituem um estado terminal. *Outras*, ao contrário, ultrapassam os limites de uma formação discursiva e opõem teses que não se referem às mesmas condições de enunciação. (grifos do autor)

Outras oposições colocam em jogo a existência e a aceitabilidade da prática discursiva; por definirem o ponto de sua impossibilidade efetiva e de seu recuo histórico.

A seguir, discorreremos sobre as condições de produção do candidato à prova do Vestibular, considerando o fato de que para a nossa análise essas condições de produção do discurso são imprescindíveis.

CAPÍTULO 2

SOBRE AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A significação pertence a uma palavra
enquanto traço de união entre os
interlocutores.

Bakhtin

Para continuarmos nosso trabalho baseando-nos na Análise do Discurso é preciso retomar a afirmação de Orlandi (2006) sobre o fato de que para AD conta fundamentalmente o sujeito e a situação serem considerados discursivamente como parte das condições de produção do discurso. Antes dos estudos da Análise do Discurso, em relação aos estudos da língua, sujeito e situação haviam sido postos para fora da análise linguística e, na AD são redefinidos discursivamente como parte das condições de produção do discurso.

Pêcheux (1997) considera as condições de produção, tomando, num sentido mais estrito o contexto imediato e, no sentido mais amplo, as condições de produção das quais fazem parte o sentido sócio-histórico- ideológico. O contexto mais amplo traz para a consideração do efeito de sentido aspectos que emergem da sociedade por meio de suas Instituições, a Universidade, a Igreja, o Estado, com suas organizações, pelo modo como elege seus representantes, como organizam o poder.

Ao redefinir discursivamente sujeito e situação, a AD vai considerar também a memória como parte das condições de produção do discurso. Segundo Orlandi (2001, p. 31), “a memória pensada em relação ao discurso é tratada como interdiscurso. O interdiscurso é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar independentemente”. Por isso, a memória discursiva é fundamental para que se compreenda o funcionamento do discurso, pois é o fato de existir um já-dito que sustenta a possibilidade de todo o dizer: a relação do discurso com os sujeitos e com a ideologia. Ou seja, há uma relação entre o já-dito -- em nosso caso o enunciado da prova e a coletânea - e o que está dizendo. Assim, queremos ver como o interdiscurso, o conjunto de valores que permeiam nosso mundo se relaciona com o intradiscurso ou os valores discursivos que aparecem na coletânea da prova. Vamos cotejar a

constituição dos sentidos ditos anteriormente e sua formulação no texto do candidato. Queremos observar a constituição dos sentidos nas relações intra e interdiscursiva. Partimos dos estudos de Orlandi (2001) para quem todo dizer se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação), e dessa relação é que se constroem os sentidos.

O interdiscurso é o conjunto de formulações feitas e aparentemente esquecidas que determinam o que é dito. Para que as palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido, é preciso que dialoguem discursivamente. Assim, o efeito de sentido é construído por palavras dos outros que já foram ditas, lidas, presenciadas e passam a ser absorvidas como palavra-minha. De acordo com Pêcheux (1997, p.163),

o sujeito parece ter a ilusão de ser a origem do que diz - esquecimento 1 - pelo esquecimento do que o determina, da ordem ideológica; o esquecimento 2- da ordem da formulação – o sujeito se esquece de que há outros sentidos possíveis. Esquece-se de que a língua não é estável, nem transparente, não reconhece o discurso do outro no seu próprio discurso.

E, desse modo, Pêcheux (1997) afirma que o esquecimento é estruturante, e que ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos, pois é o fato de o sujeito esquecer o que já foi dito e esse esquecimento não é voluntário, porque o sujeito, vai se identificando com que diz e se constitui como sujeito. E, desse modo, as palavras vão adquirindo sentido como se originassem no sujeito. Com isso, os sentidos estão sempre em movimento, significando de diversas maneiras. As palavras são as mesmas, mas com significações reconstruídas.

O que seriam, então, as condições de produção do discurso do candidato ao vestibular?

Primeiramente, é preciso esclarecer que, no que diz respeito às condições de produção temos o sentido estrito, as circunstâncias da enunciação, ou seja, o contexto imediato. No caso do nosso trabalho, o contexto imediato ou situação é o momento em que o candidato faz a prova de Redação.

Num sentido mais amplo, e o que traz para a consideração dos efeitos de sentido, elementos que se originam da sociedade e suas instituições, no nosso caso, a Universidade Federal de Goiás. Além disso, o modo como ela delega o poder e o modo como elege representantes, distribui posições de mando e obediência nesse contexto sócio-histórico o do processo de seleção do vestibular 2009/1. E mais, é possível pensar o processo de seleção em si, portanto a situação em que o candidato se insere,

desde a publicação do edital até o momento em que é divulgado o resultado do vestibular.

Para o nosso trabalho importa, efetivamente, o discurso do candidato ao produzir sua redação, ou seja, a situação da prova de Redação, mas por entendermos a relevância das condições de produção em seu sentido mais amplo discorreremos primeiro sobre esse contexto.

O espaço da Universidade é ocupado por professores pesquisadores, lugar de questionamentos, conhecimentos, por isso, lugar de autoridade para falar e ou avaliar conhecimentos. Observamos aqui a função enunciativa de Foucault (2009), pois ao se pronunciar, a universidade, enquanto sujeito do discurso, fala de um lugar institucional, determinado por regras históricas que definem e possibilitam a irrupção de discursos diversos: discurso de bancas que elaboram o edital, o manual do candidato, as provas de cada disciplina a ser aplicada; os discursos da banca de correção das provas discursivas, o discurso do centro de seleção da Universidade.

E desse modo o sujeito do discurso se inscreve em uma determinada formação discursiva com a qual se identifica e que o constitui enquanto sujeito. O interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição. Assim, na sociedade, o discurso sobre a importância de se estudar, de se fazer um curso superior é recorrente.

Esse discurso sobre a importância de se estudar atribui à Universidade um lugar social de respeitabilidade e credibilidade, além de ser, para os menos favorecidos socialmente, um meio de se acender na sociedade. Esse discurso só é possível em função do que ela representa ao longo da história. E é por essa memória, ou seja, aquilo que fala antes, em outro lugar, a importância de se estudar para ser uma “pessoa melhor”, ter uma condição de vida “digna”, e para uma parcela da sociedade, um modo de se “ascender socialmente”. Esses dizeres é que tornam possíveis outros dizeres.

Vamos, a seguir, discorrer sobre o vestibular como processo seletivo e observar o lugar discursivo da Universidade e da banca elaboradora da prova, através desse processo.

Em seguida, desenvolvemos um estudo sobre a relação da banca com o candidato, tendo como mediador o Manual do Candidato. A banca, por meio desse manual, informa o interessado sobre como fazer. Nesse manual, são apresentadas

todas as informações necessárias para que o candidato possa participar do processo seletivo adequadamente.

No capítulo seguinte, analisamos a prova de Redação, cuja estrutura se baseia numa temática atual para as três propostas de produção textual e em uma coletânea de textos retirados de jornais, revistas e sites da internet.

2.1 A voz da Universidade

No Brasil, toda Universidade, para receber novos alunos, para avaliar o nível de conhecimento do candidato, tem como recurso o processo do vestibular. Até o final da década de 1970, a seleção era feita apenas por meio da avaliação de provas com questões objetivas. Entretanto, com as transformações ocorridas nas concepções de ensino, a partir da década de 1980, as universidades passaram a incluir não só uma prova de Redação no processo do vestibular, mas também provas com questões discursivas específicas, de acordo com a área de conhecimento: biológicas, humanas e exatas.

As mudanças no processo de ensino mostram que, ao ingressar numa universidade, o candidato deve apresentar um perfil que exige um conhecimento linguístico que lhe permita ler e escrever de acordo com a situação. A prova de Redação é um instrumento que permite ao candidato mostrar o nível de seu conhecimento linguístico, seu conhecimento de mundo, valores e, principalmente, sua capacidade de compreensão, de estabelecer relações, e sua habilidade de organização escrita, refletindo sua linha de raciocínio a partir da leitura da coletânea.

A Universidade dialoga com o candidato pelo edital cuja função é registrar e normatizar cada momento do processo seletivo. Esse documento é usado como respaldo tanto para a Universidade, quanto para o candidato caso algum litígio venha a ocorrer.

Nesse documento, constam informações essenciais para quem vai participar da seleção tais como: os cursos oferecidos pela instituição; o número de vagas para cada curso; o conteúdo de cada disciplina. E mais, como, quando e onde se inscrever, recursos para anular questões, solicitar revisões de provas, critérios de correção, critérios de classificação, número de questões de cada disciplina e até as informações para o momento da matrícula na Universidade, caso o candidato seja aprovado no vestibular.

Para que o processo de seleção aconteça, na Universidade Federal de Goiás existe um departamento que fica responsável por toda a sua organização: o Centro de seleção. Desde a elaboração do edital à lista de aprovados. Esse departamento, valendo-se de sua autoridade, convida professores das diversas áreas de conhecimento para que constituam uma banca de elaboração das provas e outra equipe de professores, também convidada pelo Centro de Seleção (CS), para ficar responsável pela correção das provas.

Ao iniciar um processo de seleção, é necessário, para que haja uma equidade entre os candidatos e a banca, definir o perfil do candidato às vagas que estão disponíveis. Espera-se, de acordo com o manual (2010/1, p. 27), que o egresso do Ensino Médio

atue nas várias situações comunicativas por meio do uso da linguagem; expresse-se com clareza e coerência; possa analisar o desenvolvimento histórico, social, econômico, tecnológico e cultural e suas implicações na produção do conhecimento; compreender o conhecimento de forma contextualizada; abstrair; interagir; trabalhar e produzir em equipe.

Ao listar essas características, a Universidade pré-define quem é seu interlocutor e começa a estabelecer um diálogo discursivo. E podemos dizer que essas atribuições são de um sujeito histórico, um sujeito que é construído pela história, seus valores, sua cultura são reflexos do momento em que vive. Por isso, ele deve compreender o conhecimento de forma contextualizada.

Depois de definir o perfil do egresso, o manual apresenta as habilidades esperadas. Dentre elas, algumas reforçam o que já foi estabelecido no perfil do candidato, pois parte-se do princípio que o vestibulando já apresente conhecimentos da língua, noções de cálculos, ou seja, um sujeito que faça parte da história, capaz de pensar, agir e reagir, e que tenha concluído o Ensino Médio. Vejamos que habilidades são esperadas (Manual do Candidato, 2010/1, p. 27):

1. ler, interpretar e identificar diferentes tipos de texto (informativo, técnico-científico, didático, literário, dramático, jornalístico, entre outros) e redigir textos;
2. escrever com clareza e coerência;
3. utilizar a norma padrão da língua portuguesa em situações pertinentes e específicas;
4. Interpretar e analisar dados, tabelas, figuras e gráficos;
5. lidar com interpretação simbólica;
6. desenvolver cálculo mental;

7. lidar com noções de grandeza; observar,
8. interpretar, analisar, sintetizar, identificar e compreender fatos, fenômenos e processos; elaborar hipóteses;
9. estabelecer relações entre conceitos, fatos, processos e fenômenos;
10. estabelecer relações entre os conhecimentos específicos e o contexto social, cultural, político e econômico;
11. articular e inter-relacionar conhecimentos numa perspectiva de totalidade;
12. analisar, sintetizar e posicionar-se; trabalhar e envolver-se em situações novas; identificar, interpretar, analisar e resolver situações-problema; analisar, contextualizar e propor soluções diante de uma situação-problema;
13. tomar decisões.

Para concorrer à vaga no vestibular da Universidade Federal de Goiás 2010/1, o candidato faz primeiro a sua inscrição. Depois para ser selecionado, passa por duas etapas de avaliação: a 1ª fase, em que ele faz provas objetivas de todas as disciplinas e, se aprovado, participa da 2ª fase. Na 2ª fase, o candidato faz provas discursivas de Língua Portuguesa, Literatura, Redação e das matérias específicas de sua área.

O primeiro contato entre a banca e o candidato ocorre através do Manual. É nesse Manual do Candidato que o vestibulando encontra todas as informações necessárias sobre as provas que fará durante o processo de seleção: programas das provas da primeira e segunda etapa e seus objetivos. Recomendações sobre a postura que o candidato deve ter durante o momento da prova, datas, horário de chegada e saída, preenchimento do cartão resposta. O que levar: documentos, tipo de caneta, número de vagas. E ainda: informações sobre a correção das provas, bibliografia a ser consultada, esclarecimentos acerca de mitos sobre a prova de Redação, tipo de letra, título, marcação da escolha do gênero.

A banca dialoga com o candidato por meio do manual e dos discursos que o atravessam, o candidato dialoga com a banca, também através do manual. Ao elaborá-lo, a banca prevê o perfil do candidato, pressupõe sua atitude responsiva, pois esse, ao ler o manual, se inteira quanto às expectativas da banca, e, por meio de seu desempenho na prova, responde a elas.

O manual prevê a situação da prova e as atitudes que o candidato deve ter diante da situação: *“a prova trará situações comunicativas diversas e o candidato deverá atentar para o contexto sociocultural de cada situação, para os envolvidos nesse processo, e para o modo como a língua foi organizada para produzir sentidos.”* (Manual do Candidato, 2010/1, p.33)

Em uma palavra, podemos dizer que a Universidade tem a formação imaginária de um estudante autônomo, que atua como um sujeito pensante, um sujeito da linguagem. Um sujeito leitor capaz de interpretar, analisar, inter-relacionar conhecimentos, enfim estabelecer relações. Discorreremos sobre as concepções de ler e interpretar, a seguir, quando falamos a respeito especificamente da prova de Redação.

No que tange ao manual da prova de Língua e Redação, há um subtítulo: Leitura, Produção de Texto e Análise Linguística. Ao estabelecer essa relação no título, a banca abre o pressuposto de que a sua concepção de linguagem está embasada numa concepção interacionista bakhtiniana. O vestibulando, ao fazer a prova de Redação, deve ser capaz de ler o tema, dialogar, estabelecendo relação entre ele e a coletânea, entre os textos da coletânea e entre esses e a proposta que escolher, para depois redigir seu próprio texto.

No momento da produção textual, o candidato demonstra suas habilidades de leitura e uso linguístico, é, nesse momento, que ele, segundo Orlandi (2004), se inscreve no interdiscurso para se filiar a um saber discursivo. Ao falar por meio do texto, esse sujeito do discurso, o candidato, também interpreta e sua interpretação é, desse modo, constitutiva tanto da leitura quanto do sujeito falante.

Para a banca (Manual do Candidato, 2010/1, p. 33), a linguagem tem um “caráter essencialmente social e interativo”, orientando-se pela concepção bakhtiniana de língua, como vimos, uma visão dialógica da linguagem. Para esse estudioso russo, usamos a linguagem para nos inserirmos na sociedade. Como exemplo, temos o próprio processo do vestibular. A primeira característica que a Universidade exige do vestibulando é que ele seja capaz de ler e interpretar diferentes textos, somente assim pode interagir no processo de seleção.

Além da concepção dialógica da linguagem, observamos a concepção pecheutiana de discurso quando nesse mesmo excerto a banca pede para o candidato atentar às condições de produção e para o sentido que a organização da língua pode produzir. Nessa mesma linha teórica, é apresentada a concepção de texto: “unidade básica da linguagem verbal e da análise da língua”, pois, se a língua organizada produz sentido, o texto representa essa organização.

Sobre a leitura, a banca se guia pela concepção de que é um “processo ativo de construção de sentidos”. Ou seja, ler é dar sentido. E isso implica em conhecimento prévio, conhecimento de mundo, o que Pêcheux (1997) chama de memória discursiva. Leitura nessa concepção se difere do ponto de vista da linguística imanente que

considerava a leitura como decodificação, o texto tendo apenas um sentido e o leitor deveria apreendê-lo. Neste contexto, segundo Orlandi (1996, p. 37),

[o] sentido não está dado no texto, não se vê o texto apenas como um produto pronto, mas procura se observar o processo de sua produção e, logo, da sua significação, considera que o leitor não apreende meramente um sentido que está lá; o leitor atribui sentido ao texto. Ou seja, considera-se que a leitura é produzida e procura determinar o processo e as condições de sua produção. [...] No momento em que se realiza o processo da leitura, se configura o espaço da discursividade em que se instaura um modo de significação específico.

Vemos que esse conceito de leitura não está dito no Manual, mas ao afirmar que o candidato deve fazer interpretar, analisar, fazer inter-relação, pressupõe-se essa concepção. O candidato deve considerar o momento de produção da prova e momento em que os textos que dela fazem parte foram produzidos e que efeitos de sentido eles criam em relação uns com os outros na situação da prova.

E, assim, ao discorrer sobre o processo de produção textual, percebemos que o manual explica para o candidato que ele deve atentar para as condições de produção de seu texto: “o que dizer, a quem dizer, para quê dizer, como dizer”. Ao trilhar por essa linha de pensamento linguístico-discursivo, a que considera as condições de produção, a banca observa se o candidato demonstra domínio no uso dos recursos linguísticos. Além de mostrar competência na leitura dos textos constantes da prova e na escrita de seu próprio texto, e, nesse processo, a habilidade de estabelecer relações entre a situação comunicativa determinada pela prova e o mundo exterior do qual faz parte todo o sistema de conhecimento que o candidato constrói ao longo de sua formação e de seu contexto sócio-histórico.

Notamos a coerência discursiva entre a proposta de produção textual e a concepção de língua da banca, pois, ao definir a língua como tendo um caráter essencialmente interativo, ela solicita ao candidato uma produção textual que permite a ele simular um momento de uso de recursos linguísticos adequados para produzir os efeitos de sentido que deseja, para o tipo de interação contemplado. Levam-se em conta os propósitos comunicativos do candidato, como locutor e a sua relação com o seu interlocutor. Por isso, ao elaborar a proposta, a banca considera o lugar discursivo que cada um ocupa na sociedade, locutor e interlocutor, e ainda, o momento da situação comunicativa.

Ao fazer uso da linguagem, considerando as condições de produção, o Manual (2010/1, p. 33) considera que

[o] candidato deve reconhecer que os fenômenos linguísticos que expressam, via linguagem, os papéis sociais dos interlocutores, o conteúdo de informações compartilhadas, a finalidade da interação, o lugar e o momento da situação comunicativa.

Novamente nas concepções apresentadas no subitem do manual, percebemos as concepções de Pêcheux sobre as condições de produção e o lugar social do discurso: quem fala, para quem fala, refletidos no uso da linguagem.

A banca (Manual do Candidato, 2010/1, p.33) esclarece, ao definir os critérios de correção, que “o eixo principal da análise linguística é o uso da linguagem, a função dos recursos linguísticos na organização do texto e não a nomenclatura gramatical”. Dessa maneira, é possível perceber que a banca se fundamenta, para a correção da prova, numa concepção de linguagem que pressupõe a língua a serviço da organização dos gêneros. E, portanto, no manual, é reforçada a ideia de que “o candidato, ao construir seu texto, deve atentar para a maneira como os recursos de natureza lexical, fonética, fonológica, morfossintática, semântica e pragmático-discursiva se articulam e contribuem para que os textos produzam os efeitos de sentido pretendidos.” (Manual do Candidato, 2010/1, p.33)

Segundo Geraldi (1997, p. 189),

a expressão análise linguística refere-se precisamente a esse conjunto de atividades que tomam uma das características da linguagem como seu objeto: o fato de ela poder remeter a si própria, ou seja, com a linguagem não só falamos sobre o mundo ou sobre nossa relação com as coisas, mas também falamos sobre como falamos.

Assim, entende-se que, ao propor a análise linguística, a banca propõe observar se o candidato, ao fazer uso da linguagem o faz de modo adequado em relação às condições de produção.

Para avaliar as provas de Língua Portuguesa e de Redação, a banca tem por base, além do que é proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino (PCNEM), as Orientações Curriculares Para o Ensino Médio. O que esses documentos trazem são orientações gerais sobre o ensino de língua materna, o que ela significa, o seu papel na escola, as habilidades e os conhecimentos que devem ser requeridos do aluno no ensino médio.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais¹ p. 69-70,

[a] leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimentos, validar no texto suposições feitas.

Ao definir a leitura como um processo em que o leitor realiza num trabalho de compreensão e interpretação ativa do texto, os Parâmetros Curriculares também deixam entrever sua concepção de um leitor que atribui sentido ao texto. Os Parâmetros afirmam que

[u]m leitor competente sabe selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a suas necessidades, conseguindo estabelecer as estratégias adequadas para abordar tais textos. O leitor competente é capaz de ler as entrelinhas, identificando, a partir do que está escrito, elementos implícitos, estabelecendo relações entre o texto e seus conhecimentos prévios ou entre o texto e outros textos já lidos. (PCN, p.70)

A universidade dialoga com os PCN, ao exigir que o candidato, para produzir seu texto, seja capaz, portanto, de ler inclusive o que não está dito na coletânea, ou seja, que ele estabeleça a relação que há entre os textos da coletânea e o tema e entre esses e o conhecimento que traz consigo sobre os acontecimentos. E, ao estabelecer as relações de atravessamentos discursivos, construir seu texto.

Quanto aos gêneros textuais, a banca antecipa para o candidato o fato de que ele pode se deparar com uma diversidade de textos pertencentes a diferentes gêneros. Por considerar que os textos pertencem a diferentes gêneros e que eles resultam de um processo histórico social e cultural, a banca espera que o candidato seja, também, capaz de interpretar e produzir textos de diferentes gêneros discursivos, considerados o lugar e o momento da interação e, evidentemente, de promover a seleção adequada dos recursos linguísticos, tanto para a produção, quanto para a recepção desses textos.

Salientamos que o nosso foco de estudo é o discurso e não os gêneros, mas entendemos a necessidade de uma abordagem a respeito de uma concepção teórica,

¹ Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: I Língua Portuguesa/ secretaria de educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

uma vez que essa se interliga à concepção de língua e, conseqüentemente, ao de ensino da língua portuguesa.

Bakhtin (1992, p.279) afirma que “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados,” o que ele denomina de gênero discurso.” Para Bakhtin, o falante ao utilizar a língua, o faz através de um dado gênero, ainda que não tenha consciência disso. Segundo esse autor (1992, p.301), “há gêneros mais padronizados e estáveis, os quais seguem convenções rigorosas de produção e há outros mais maleáveis, mais plásticos e criativos, mais livres e informais”.

A noção de gênero abarca elementos da ordem social e do histórico. Desse modo, permite considerar a situação de produção de um dado discurso – quem fala, para quem, lugares sociais dos interlocutores. Leva também a selecionar posicionamentos ideológicos, em que situação, em que momento histórico, em que veículo, com que objetivo, finalidade ou intenção, em que registro se enuncia. O gênero abrange o conteúdo temático (o que pode ser dito em um dado gênero) e a construção composicional como sua forma de dizer, sua organização geral que não é inventada a cada vez que se comunica, mas que está disponível em circulação social.

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos - estão indissoluvelmente ligados no todo de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos de gênero do discurso. (BAKHTIN, 1992, p. 261)

Assim, observamos que o candidato indiretamente dialoga com os fios discursivos relacionados às concepções linguísticas. Os PCN's apontam os gêneros discursivos como objeto de ensino e os textos como unidade de ensino. Segundo esse documento, ensinar língua supõe ensinar diferentes gêneros; não é suficiente ensinar o código e o sistema de normas abstratas que regem a língua a fim de que o estudante possa utilizá-la adequadamente para tornar-se um cidadão.

A seguir, fazemos análise da coletânea, valendo-nos das reflexões acerca da língua, do discurso e da AD, uma vez que ao estudá-las percebemos que, a seu modo, cada teoria nos apresenta como complementação uma da outra. Os pressupostos

teóricos nos auxiliam no momento em que nos propomos fazer uma leitura da coletânea a partir das noções e conceitos de formação discursiva.

CAPÍTULO 3

ANALISANDO A PROVA DE REDAÇÃO

A linguagem parece sempre povoada pelo
outro, pelo ausente, pelo distante, pelo
longínquo; ela é atormentada pela ausência.
Foucault

Neste capítulo, propomo-nos a analisar os enunciados da coletânea da prova do vestibular da UFG 2010/1, seguindo a linha de pensamento das concepções de língua estudadas até aqui. A concepção dialógica de Bakhtin (1995), para quem tanto a língua quanto o discurso são constituídos na *interação verbal*, abrange tanto a enunciação quanto o enunciado. Discurso para Pêcheux (1997), que o entende como o lugar teórico para onde concorrem todas as grandes questões sobre a língua, o sujeito e a história e, assim, discurso é efeito de sentido em função das condições de sua produção.

Michael Foucault (2009) afirma ser a *língua* um sistema de construção para enunciados possíveis e é isso que torna o enunciado uma unidade do discurso. Orientamo-nos ainda por sua concepção de função enunciativa, pois, segundo Foucault (2009), é exatamente o fato de o discurso ser produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam a irrupção de discursos vários.

Na análise da coletânea, notamos que a prova é elaborada por uma banca que fala de um lugar que lhe é dado legitimamente, o de autoridade. Isso ocorre, pois enuncia em nome da Universidade, um lugar instituído socialmente como o universo do conhecimento. A voz da banca elaboradora evidencia-se ao definir o tema, a proposta, os gêneros a serem trabalhados e os critérios de correção da prova de Redação e, assim, dialoga com o candidato. Ao elaborar a prova e escolher o tema que a compõe, a banca de professores da UFG, especificamente da Faculdade de Letras, deixa entrever as concepções de língua e ensino de língua que tem reforçado no decorrer dos anos. Vejamos como isso acontece.

Nas instruções da prova de Redação, o primeiro comando para o candidato é o de que ele tem um único tema e deve escolher entre as três opções de gêneros apenas um para produzir o seu texto. Na prova que analisamos do vestibular UFG 2010/1, os gêneros sugeridos são Reportagem, Crônica e Carta de leitor.

Previendo a reação do candidato-leitor, a banca pressupõe que o candidato possa fugir do tema e ou fazer cópia da coletânea. Por isso, já esclarece que a fuga ao tema ou cópia da coletânea anulam a redação. Ao reforçar que a leitura da coletânea é obrigatória e que o seu uso deve estar a serviço do texto do candidato, a banca retoma uma atitude responsiva ativa: a de que o candidato pode não ler a coletânea e/ou ainda, mesmo se a ler pode não fazer uso dela.

No momento da prova de Redação, a banca espera que o candidato seja capaz de ler o tema e a coletânea, ou seja, refletir sobre os discursos aí presentes e estabeleça relação entre os valores do interdiscurso, para construir seu texto. Isso é uma retomada do que é dito sobre o perfil do candidato no manual num entrelaçamento dos dizeres.

O que significa que todo funcionamento discursivo, segundo Orlandi (1997, p. 36),

[s]e assenta na tensão entre os processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o mesmo espaço do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do mesmo lado da estabilização. Ao passo, que na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação.

O candidato deve, segundo a proposta, parafrasear dialogicamente o que está na coletânea, inserir suas posturas ideológicas, por isso pode se opor ao que está sendo afirmado. O propósito da banca é o de que o candidato apresente sua voz axiológica em um projeto de texto inteligível. Ou seja, ao se apropriar do que é dito na coletânea, o candidato trabalha com algo já dito, com o mesmo e/ou com o diferente. Assim, com a paráfrase e/ou com a polissemia, filia-se a outra(s) rede(s) de sentidos, movimentando-os e se posiciona como sujeito. Espera-se discursivamente que irrompam assim novos sentidos reconstruídos.

Em seguida, é apresentado o tema: *“Pânico moral: estratégia para promover a qualidade de vida ou para controlar a sociedade pelo medo?”* e logo depois a coletânea de nove textos de gêneros diferentes, indicando os seus autores e suas fontes.

3.1 O tema

No que se refere à escolha do tema, a banca, em relação ao seu lugar social, enquanto sujeito do discurso, não pode selecionar como temática, qualquer assunto para fazer parte da prova de Redação. Espera-se que, ao falar desse lugar de autoridade, ela escolha uma temática que faça parte do seu universo discursivo e também faça parte do universo de conhecimento do candidato (o interdiscurso) e, evidentemente, de seu contexto sócio-histórico. Por isso, a escolha de um tema tem a exigência de se apresentar de acordo com as práticas discursivas que estejam em circulação nessa sociedade durante o processo seletivo, a banca está presa ao que pode ou não ser dito.

Por esse aspecto, compreendemos que a escolha do tema *“Pânico moral: estratégia para promover a qualidade de vida ou para controlar a sociedade pelo medo?”* só pôde ser feita, pois, nos últimos anos, a sociedade tem presenciado situações que provocam pânico tanto no que se refere aos cataclismos ambientais quanto à segurança pública, ou melhor, à falta de segurança em que a sociedade se encontra.

Esses discursos estão presentes em nossa sociedade de modo disperso, assim como outro discurso recorrente é o dos cientistas sobre o aquecimento global. Segundo esses estudiosos, o derretimento de geleiras, as tempestades e inundações são resultados do aquecimento que o globo terrestre vem sofrendo. Tudo isso tem levantado temores antigos sobre o fim do mundo e suscitado certa aflição na sociedade e a deixa amedrontada.

Notamos que a banca, ao inserir no tema uma oposição entre *“estratégia para gerar o controle e/ou a qualidade de vida”*, cria a oposição discursiva entre práticas de controle versus qualidade de vida e, além disso, questiona sobre as possíveis consequências geradas pelo *pânico moral*, o que deixa entrever que as duas ações são possíveis tanto para promover o controle, quanto para promover a qualidade. Esse jogo de ideologias em contraposição é próprio do discurso.

Essa leitura é possível em função do uso do articulador “ou”, normalmente usado para expressar ideia de exclusão, nesse enunciado, no entanto, pode atribuir tanto o sentido de exclusão, quanto o de inclusão. Isso significa dizer que a banca espera que o candidato perceba essa possibilidade de leitura. E também discorra sobre

o tema para construir sua reflexão a partir desse questionamento ambigualmente direcionado e faça manobras num diálogo interdiscursivo.

Assim, apoiamo-nos nas palavras de Bakhtin (2003, p. 300) quando afirma que o “enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva, e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas”.

O que não está dito no tema é o significado de “pânico moral”. A expressão pânico moral² é a tradução da expressão *moral panic*, cujo autor é o sociólogo inglês Stanley Cohen. A expressão foi cunhada quando ele escreveu o livro *Folk Devils and Moral Panics: Creation of Mods and Rockers*, 1980, onde tratou da rivalidade e da violência entre as tribos de jovens “Rockers” e “Mods” na Inglaterra dos anos 1970. Esse país passava por um período social e economicamente turbulento e os jovens eram sensivelmente afetados. Esse sociólogo estudou as reações exageradas e conservadoras da mídia e da sociedade em relação aos conflitos dos grupos de jovens, que passaram a ser vistos como uma ameaça à sociedade britânica. Para Houaiss³, pânico significa aquilo que assusta ou amedronta, sem motivo determinado.

Essas informações sobre como surgiu a expressão pânico moral, o que o dicionário traz sobre o que é pânico não estão ditas no tema, a banca se apropria do discurso como se fosse dela (esquecimento pecheutiano) e, assim, ao fazê-lo cria um outro efeito de sentido diferente do sentido criado quando a expressão foi usada, naquele momento sócio-histórico, pelo sociólogo inglês ou ao ser definido no dicionário. Contudo, em todas as situações, pânico é uma reação exagerada de medo a um motivo não claramente determinado.

O sociólogo cria a expressão para explicar um acontecimento na sociedade num dado momento histórico, já a expressão no dicionário explica o significado de pânico independentemente do contexto histórico. Na prova, a voz da banca se pronuncia, quando usa a expressão, e cria um outro efeito de sentido, ao ordenar que o candidato faça uma reflexão quanto ao uso do pânico como estratégia de controle. Ou seja, induz a uma reflexão sobre o que se diz acerca do que pode causar o pânico e o que ele pode provocar em outro momento histórico, entre outros interlocutores, em outra época e outra situação.

² Disponível em < <http://gamehall.uol.com.br/loadingtime/?p=420> > , acesso em maio de 2010.

³ Disponível em < <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=p%E2nico+moral&x=13&y=10&stype=k> > , acesso em maio de 2010.

O que vemos nesse processo dialógico que envolve discursivamente banca, prova e coletânea é exatamente o que Foucault (2009) chama de posição-sujeito. Ao enunciar como banca, não há um sujeito empírico, nem mesmo o autor da formulação, a banca é um lugar discursivo determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes, e é também um lugar variável para poder continuar, idêntico a si mesmo, bem como para se modificar. São vozes atravessadas de sentidos vários e também atravessam os dizeres da prova.

Ao propor esse tema, a banca leva em conta a memória discursiva do candidato, interage então com o conhecimento que ele traz consigo sobre os discursos que circulam ou circularam na sociedade em outro lugar, em outra situação. Essas vozes coletadas e rearranjadas contribuem para a construção de sentidos do discurso do candidato, tanto no momento da leitura da prova de Redação quanto no momento da produção de seu texto.

3.2 As vozes da coletânea

A coletânea representa o feixe de discursos coletados. Nela a posição-sujeito assumida pela banca elaboradora da prova se submete ao que pode ou não ser dito dentro da formação discursiva em que ela se insere. Essa posição é o lugar de autoridade, lugar que representa uma instituição de ensino, reflete os pensamentos da sociedade e tem o poder para discutir de acordo com o momento histórico.

Ao elaborar a prova de Redação, a banca tenta não emitir um ponto de vista único sobre um tema, por isso, vale-se de vários discursos sobre o assunto. Assim, ao enunciar sobre o tema, convoca também os discursos dos outros sobre ele, estabelece uma relação dialógica entre o enunciado que constrói sobre o tema e o que os outros enunciados veiculados na mídia abordam sobre ele.

Ao ler a coletânea, observamos que os excertos que a compõem são retirados da mídia: jornais como a Folha de São Paulo, sites de polícia, ciência, páginas de notícias do provedor UOL, matéria da revista *Istoé*. O suporte de onde são retirados esses textos são veículos midiáticos que apresentam um discurso confiável. São fontes de circulação nacional e que, ao longo dos anos, conquistaram a confiança de leitores mais intelectualizados, mais exigentes quanto à fidedignidade de suas reportagens. Esses textos trazem vozes referentes a assuntos polêmicos, recorrentemente difundidos na mídia.

Assim, os enunciados que aparecem na coletânea refletem não só a posição da banca, mas também retomam a posição dos autores de cada texto e dos suportes onde foram veiculados. São posições-sujeito de jornalistas, de cientistas, de religiosos, as quais são definidas discursivamente. Foucault (2009, p.107) entende essa situação como o ponto em que “o sujeito dissolve-se, pois, numa complexa e variável função de discurso”, uma função de aproximar textos em oposição discursiva como os que aparecem na dispersão dos meios comunicativos tem essa função de dissolvimento.

Ao lermos a coletânea, observamos que dentre os vários discursos que a permeiam, há enunciados que podem levar a crer ou não no discurso da ciência e a crer ou não no discurso religioso, ou ainda crer nos dois, ou não acreditar em nenhum. E essas opções, a respeito desses discursos, refletem os dizeres dos autores originais, mas também refratam seus dizeres ao cotejar ideologias em oposição ou contraste. Ao direcionar os dizeres para discutir se são para controlar a sociedade pelo medo ou para promover a qualidade de vida, a banca abre-se para as duas possibilidades. A coletânea visa às possibilidades diferentes de posicionamento do candidato, ao inserir propositalmente o conflito de opiniões que direcionam a reflexão do leitor.

No caso da prova, o candidato ao vestibular pode concordar com as ideias apresentadas ou discordar delas. Como há muitos fios discursivos em atravessamento e podem abrir muitas direções discursivas, vamos nos ligar, especificamente, a observar como a oposição da formação discursiva (FD) *crença versus dúvida* atua na coletânea.

Segundo Fiorin (2008), Bakhtin renova a concepção de diálogo, ao mostrar que o processo dialógico ocorre, produzindo interligação entre textos e entre discursos. Assim, queremos ver como se aproximam ou se distanciam as relações dialógicas da FD *crença X dúvida* na coletânea elaborada pela função-autor da banca.

O que vemos na prova é exatamente esse processo, a banca se utiliza de textos veiculados na mídia e que também retomam discursos proferidos por outros falantes em outros lugares. No caso da prova, temos o discurso da ciência, da religião, do Estado, de articulistas, cientistas sociais em diálogo, criando um novo diálogo com o candidato. E esse, por sua vez, cria uma réplica ao mesclar vozes entre as posturas que a coletânea possibilita como leitura; entre o candidato e a banca na situação imediata do momento da prova, Por isso o candidato, ao construir a carta, dialoga com seu interlocutor no momento em que produz sua redação e pressupõe um leitor que não é a banca, mas sugerido por ela.

O que Bakhtin afirma é que o sentido das palavras não está dado. A enunciação é o resultado da interação de dois indivíduos socialmente organizados. Isso significa que a *palavra* ao ser lançada a um interlocutor varia de acordo com a função da pessoa desse interlocutor. Para Pêcheux (1997), o contexto de produção marca discursivamente os dizeres.

Ocorre que os textos da coletânea, ao serem publicados nos jornais, sites ou revistas, criam, respectivamente, sentidos específicos em seu contexto de produção. Entretanto, ao serem juntados numa coletânea, permitem o surgimento de um novo contexto de produção e abre possibilidades de novos sentidos e atravessamentos de formações discursivas. Portanto, o diálogo entre as ideologias dos recortes textuais da coletânea geram um novo texto, com efeitos de sentido refratados.

Quando organizados na coletânea os textos constroem um outro sentido diferente daquele criado quando são escritos e publicados em fontes e datas diferentes. Mas há, ainda, novos sentidos que se inserem quando o candidato os lê na coletânea de uma prova de Redação de vestibular. Cada um desses excertos dialoga com os demais e cria novos efeitos de sentidos, às vezes, sem descartar os primeiros.

A coletânea se insere em condições de produção modificadas ao longo do processo: elaboração da prova. Outras vozes se inserem no processo de seleção dos textos que compõem a prova, na relação dos textos com a temática da prova, na relação dos textos entre si, nas considerações implícitas da própria banca. Por isso, a coletânea encadeia FDs entre os textos e cada proposta da prova e, ainda entre a coletânea e o candidato. Confirmamos nesse processo a força do interdiscurso, pois essas informações estão, pelo menos em parte, na memória discursiva do candidato. Muita coisa não se diz, mas ele sabe que essas interligações acontecem.

Vejamos as condições de produção de cada processo. Primeiro, é preciso entender que os textos selecionados pela banca, como já dissemos, são retirados de jornais, revistas, sites, considerando-se o lugar social da voz do veículo de comunicação. Afinal, observamos que são fontes de grande circulação e credibilidade nacional. A escolha dessas fontes e desses textos cria um efeito de sentido de veracidade que também leva em conta o lugar social da banca, que é de autoridade no assunto, e por isso define o que na situação da prova do vestibular é possível se discutir.

Em segundo lugar, ao elaborar a prova, a banca não seleciona e nem usa os textos aleatoriamente, ao contrário, nota-se que há uma sequência lógica de ideias na

ordem de aparecimento na coletânea. Assim, um trecho estabelece relação com o outro sucessivamente; ora um explica o outro; ora contrapõe-se ao anterior; ora aponta causas ou consequências entre si. Ao recortar os excertos do suporte original em que estão afixados e colá-los na coletânea, os elaboradores da prova recriam um texto a partir de dizeres outros, um novo feixe de discursos, o da coletânea, com novos efeitos de sentido. A banca faz adaptações dos textos, filtra-os e a o fazê-lo os coloca sob sua ótica.

E em terceiro lugar, a elaboração do texto do candidato vai enfeixar os sentidos e entrelaçá-los. E essa elaboração depende da leitura que ele fizer da coletânea para relacioná-la com o seu conhecimento de mundo e com seus valores discursivos a fim de construir seu texto. Nesse processo, observamos que o uso dos enunciados no contexto da coletânea é construído, para levar em conta as atitudes responsivas do candidato. Ao enunciar, a banca reconhece a importância de seu interlocutor nesse diálogo e, desde o início da elaboração da prova, já espera sua resposta, estabelecida numa ativa compreensão responsiva. Bakhtin (2003, p. 132) trata dessa ideia ao afirmar que

[c]ompreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*. [...] É por isso que não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa responsiva. A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na palavra nem na alma do interlocutor. Ela é o efeito da *interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro*. (grifos do autor)

A enunciação é o resultado da interação de indivíduos socialmente organizados. Isso significa que a banca ao lançar *a palavra* ao candidato reconhece que ela varia de acordo com essa pessoa. Desse modo, reconhece que a heterogeneidade discursiva promove mudanças de sentido a partir do momento em que o leitor se vale da coletânea para construir seu texto e essa mudança ocorre também de um candidato para o outro.

A análise por esse prisma aponta para a banca como um sujeito que parece ter a ilusão de ser a origem do que diz. Isso porque, na realidade, segundo Pêcheux (1997) ela enuncia de acordo com aquilo que a determina, o que é da sua ordem ideológica e da ordem da formulação, mesmo prevendo os possíveis enunciados que possam surgir a partir da leitura da coletânea, há ainda outros e outros sentidos possíveis a serem engendrados.

3.2.1 Regularidades na dispersão da coletânea

Ao lermos o tema da prova, percebemos que as formações discursivas que a movem *pânico moral estratégia de controle da sociedade ou uma forma de manter sua qualidade de vida*, são retomadas nos enunciados que se apresentam em toda coletânea. Além disso, os textos reforçam a ambiguidade discursiva que a caracteriza tanto no que diz respeito às suas singularidades quanto à observação das regularidades na dispersão discursiva.

Numa primeira leitura, observamos que uma das regularidades é o fato de todos os textos serem de fontes midiáticas. Desse modo, temos na mídia impressa os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* e também a revista *Istoé*, todos de circulação nacional. Na mídia virtual, há sites de internet como o *Google* e provedores como *UOL*.

Observemos como essas informações corroboram a construção de sentidos do tema. O jornal *A Folha de S. Paulo* é um veículo de comunicação nacional, editado na cidade de São Paulo, e o segundo maior jornal de circulação do Brasil⁴. A circulação média diária em 2010 é de 294 . 498 exemplares e é um dos jornais de mais credibilidade do país. Faz parte do interdiscurso que os textos dessa fonte são confiáveis. A informação de que o texto foi publicado no caderno MAIS! não está disponível para o candidato. Esse caderno circula somente aos domingos e tem como foco assuntos sobre Ciência e Letras, ou seja, os discursos veiculados nesse caderno também são da formação discursiva da Ciência.

O jornal *O globo*⁵, também de circulação nacional, foi fundado em 1925, é conhecido por sua orientação política conservadora e um dos jornais de alta confiabilidade. A revista semanal *Istoé* é um veículo de grande tiragem no país e tem alta credibilidade na publicação de assuntos diversos e, além disso, os sites trazem um histórico de relativa credibilidade por causa do vasto número de acessos rápidos e seguros.

Essas informações reforçam a voz de autoridade do discurso que os excertos trazem para a prova. Com isso, percebemos que a banca tem a preocupação de apresentar textos que sejam retirados de fontes confiáveis. Usar textos de fontes questionáveis, ao contrário, colocaria em questão a seriedade da prova e esse suporte exige fontes reconhecidas nacionalmente.

⁴ Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC).

⁵ Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Globo>, acesso em 15 de janeiro de 2012.

Outro aspecto de fidedignidade são os autores dos textos. Esses, na maioria, são doutores e estão vinculados a instituições superiores de ensino. O autor do texto 1, Dr. Peter Burke é um historiador inglês da Universidade de Cambridge que já atuou como professor-visitante na Universidade de São Paulo (1994-1995). O texto 2 é de autoria do Dr. George Felipe de Lima Dantas, ex-agente da Segurança Pública da Polícia Militar do Distrito Federal e professor universitário em assuntos de segurança pública. O biólogo Dr. George Felipe Jean Remy Davée Guimarães, autor do texto 3, é professor de Ciências Biológicas e Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Além desses cientistas, temos como autores o Dr. Luiz Felipe de Cerqueira e Silva Pondé, filósofo e ensaísta brasileiro, professor de Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Anna Oliverio Ferraris, psicóloga e psicoterapeuta que dirige a revista italiana de *Psicologia Contemporanea*. E ainda a Dr^a. Lilia Katri Moritz Schwarcz, antropóloga brasileira da Universidade de São Paulo e também fundadora da editora Companhia das Letras.

Temos, nesses discursos, as vozes da mídia, sendo respaldadas pelas vozes da ciência e especialmente da academia universitária. Os autores dos textos falam num suporte midiático, mas não são jornalistas, são todos cientistas. Seus pronunciamentos falam de áreas de conhecimento distintas da ciência: sociologia, história, psicologia e a antropologia. Mas, quando são reunidos na coletânea, esses enunciados constroem diálogos interdiscursivos que permitem o alçamento de outras FDs entrelaçadas pela voz da banca elaboradora da prova sobre pânico moral e suas consequências.

Quando cita essas fontes, a banca tece diálogos interdiscursivos e se apropria dos discursos de outrem como se fosse seu. Trabalha com as FDs que já foram ditas em outro lugar, em outra situação e cria, ao colocá-las numa ordem sequencial que considera a mais adequada, o seu próprio discurso. Observamos que temos o jogo interdiscursivo, o que é, segundo Orlandi (2001, p. 33), “conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos.” Para que as palavras na coletânea façam sentido, é preciso que elas tenham feito sentido antes. É preciso que o que tenha sido dito por esses estudiosos, especificamente, em um momento particular se apague na memória para que passe ao “anonimato” e possa fazer sentido na coletânea.

3.2.2 Relacionando as vozes da coletânea

Percebemos, na coletânea, que há enunciados que se referem ao conceito de pânico moral, como “reação excessiva a uma ameaça real ou imaginária” ou como uma reação exacerbada e ainda a concepção de medo.

Ao analisarmos os excertos, direcionamos nosso olhar para as formações discursivas que se opõem entre, de um lado, os que acreditam nas profecias religiosas ou acreditam nas previsões científicas e, de outro lado, os discursos sobre o pânico ser para controlar e/ou promover a qualidade de vida.

Ao buscarmos a origem da palavra pânico, verificamos que vem do nome do deus dos caçadores Pã na mitologia greco-romana. O mito nos conta que um certo navegador viu-se em situação trágica após proclamar a morte de Pã. Essa narrativa tem sido interpretada como o anúncio do fim do mundo. Assim, vemos que o temor do desaparecimento completo faz parte das ansiedades humanas que buscava explicações para o medo terrível, o pânico, em explicações míticas. Esse pavor está, interdiscursivamente, inscrito nos seres humanos e grande parte da humanidade acredita que esse fim virá. Com isso, novos pânicos são estimulados com o anúncio do fim dos tempos para dezembro de 2012. A banca quer verificar se o candidato está atemorizado e como vê as opiniões científicas que se contrapõem.

Vejamos que a banca pressupõe um leitor que provavelmente não saiba o que é pânico moral, ela dispõe para ele uma concepção, mas também não é qualquer uma. É uma concepção de alguém de autoridade, publicada num veículo midiático confiável, como vemos a seguir:

Texto 1: “Os pânicos podem representar **reação excessiva**, mas são reação a um **problema real**.”

Texto 2: A expressão “**pânico moral**”, utilizada por cientistas sociais, é pouco conhecida do público em geral. O conceito pode conotar, por exemplo, **o pânico** ou **reação exacerbada** a desvios de conduta ou ilícitos supostamente capazes de ameaçar a ‘ordem moral’ dominante.”

Texto 7: “sentir medo não significa ser covarde.(...) A função do **medo** é “**avisar**” **o organismo dos perigos**. **Em geral, portanto, o medo é benéfico** – somente quando **é excessivo** (em casos patológicos de pânico, fobia) pode ser prejudicial”. (grifos nossos)

Nos dois primeiros textos da coletânea transcritos acima, a expressão “pânico” se apresenta com o mesmo significado. Porém, no texto 1, a expressão “reação” vem

acompanhada do adjetivo “excessiva” (aquilo que sobra) e, no texto 2, do adjetivo “exacerbada” (mais intenso, mais violento). Há uma recorrência dos sentidos do pânico como uma reação excessiva, mas se ter medo é benéfico, o medo exagerado não o é.

Percebemos, na coletânea, que a expressão *pânico moral* traz consigo um significado múltiplo e contraditório, considerando as formações discursivas a que ela se relaciona: *pânico moral* como reação excessiva, mas reação a um problema real; *pânico moral* como reação exacerbada, capaz de ameaçar a ordem dominante; *pânico moral* reação excessiva, reação prejudicial.

Essas formulações possibilitam verificar o percurso histórico dessa expressão *pânico moral*. Quando enunciada pelo historiador inglês, Peter Burke, a expressão se relaciona à consequência de ameaças reais, problemas de ordem econômica, falência de banco, questões sociais como pragas e perseguições a pessoas, alvos de preconceitos. *Pânico moral* como reação exacerbada a desvios de conduta ou ilícitos traz uma carga de significação no que tange à ameaça da “ordem da moral dominante”, o *pânico moral* como sendo a causa de uma “desordem social”.

A mídia tem credibilidade e, muitas vezes, ela faz uma espécie de alarde que, em vez de propiciar uma reação positiva na população, provoca uma reação exagerada, negativa: o pânico descontrolado.

Pânico como uma reação excessiva, numa concepção psicológica representa um medo exagerado, patológico, portanto uma FD de perspectiva negativa. Já, o medo, segundo a psicóloga italiana, é uma reação natural, sua função é avisar o organismo dos perigos, sejam eles reais e ou imaginários. Para ela, o medo pode ser positivo, muitas vezes uma questão de sobrevivência e controle da sociedade. Assim, na coletânea, o pânico é visto como algo negativo, as FDs predominantes refletem uma perspectiva negativa do pânico. A mídia ao difundir as informações na tentativa de evitar transtornos, provoca um descontrole social. O pânico em situações que não expressam real perigo, pode ser uma doença que atrapalha o convívio social.

O que povoa essa rede de sentidos em torno da expressão *pânico moral* é o fato de que o pânico como uma reação exagerada pode estar sendo estimulado. Com isso, verificamos que ocorre o pânico numa ordem: primeiro, o pânico aparece diante de ameaças e perigos reais; depois, ele surge diante do fato de que a mídia superdimensiona essas ameaças; aí o pânico se instala. A contraposição ocorre quando o *pânico* é provocado apenas para manter a ordem e o controle populacional

ou quando é apenas um aviso de que há perigo quanto à qualidade de vida, mas termina por desencadear uma desordem.

No excerto do texto 7, ao discorrer cientificamente sobre o medo:

Texto 7 - Por trás dos estados de ansiedade há, muitas vezes, tormentos inconscientes que amplificam os medos normais e levam à perda do controle. Há ainda situações em que **nossa própria capacidade de prever perigos nos faz cair em armadilhas** do falso alarme e de uma ansiedade que brota de ameaças imaginárias.

a psicóloga, estabelece uma relação entre o medo ser uma reação positiva de alerta a algum perigo versus o medo amplificado como consequência de tormentos inconscientes. Esses tormentos podem fazer com que, segundo ela, entremos em pânico por falsos alarmes. Logo, se é um medo amplificado em consequência de tormentos inconscientes, é negativo.

A afirmação sobre o fato de que “prever perigos nos faz cair em armadilhas” nos remete aos discursos sobre as previsões do fim do mundo, que nesse contexto representam um fato negativo, pois essas previsões podem ser uma armadilha, não uma promoção de qualidade de vida, mas um fator negativo. O uso dos termos “falso alarme” reforçam o que foi dito sobre “prever perigos”, subentende-se que o que é dito sobre as previsões são, além de falsas, alardes, ou seja, atitude de quem se exhibe, ostenta, de algum modo discursos infundados, amplificados, dúbios, portanto, não confiáveis. O uso dessas expressões “falsas” se relaciona aos discursos midiáticos sobre o aquecimento global e as previsões sobre o suposto fim do mundo, nesse sentido, esse enunciado depõe contra outras regularidades discursivas da ciência, da religião que são alardeadas pela mídia.

Outra regularidade que observamos é a de que a mídia tem um papel importante na disseminação do pânico, quer dizer que a mídia tem a confiabilidade do leitor e, portanto, seus textos reforçam a crença. Essa FD é retomada na coletânea, parece que a banca quer apontar para esse aspecto importante, pois usa só textos da mídia e propõe um tema que discute o papel da mídia. De um lado, a mídia divulga e intensifica seus alertas com o propósito de informar para precaver a sociedade dos perigos versus, de outro, e ao mesmo tempo, instala o pânico, a desordem, porque a sociedade, ao se informar, pode perder o controle.

Isto está dito no tema da prova e nos enunciados da coletânea e esses efeitos de sentido no contexto da coletânea da prova podem levar o candidato a reproduzir exatamente a discussão que a banca promove no tema: a relação da expressão *pânico moral* como estratégia de controle e/ou qualidade de vida. Ao empregar as conjunções “e” e “ou” deixa entrever que se podem suscitar as duas consequências, uma não excluindo a outra. O medo é benéfico, o pânico é patológico, mas uma FD não exclui necessariamente a outra.

Nesse sentido, o candidato ao entrar em contato com a coletânea deve perceber as leituras possíveis e acreditar ou não nos discursos ali presentes. Sabemos que a mídia é uma fonte de informação que deve ou deveria ser confiável. Mas, ao mesmo tempo que ela informa e também provoca dúvida nas pessoas quanto à veracidade das informações ou quanto ao grau de veracidade que a informação traz consigo. E assim se instaura a contradição: crer ou duvidar nas informações divulgadas pela mídia.

Vejamos o que está dito na coletânea a respeito do discurso do papel da mídia ao divulgar as informações:

Texto 1: “Será possível encontrar um **caminho intermediário** entre **ignorar ameaças reais e sucumbir a pânico**s coletivos? **Os meios de comunicação** têm um papel importante a desempenhar quanto a isso.”

Texto 2: “mensagens indutoras do pânico moral podem **ser disseminadas pela mídia**, tendo sua origem em indivíduos ou grupos interessados em [...]”

Texto 4: “A tese catastrofista se espalha e avoluma, **incendiada pela internet**, e há quem acredite piamente que até 2012 o mundo irá, mas de lá não passará.”

Texto 5: Esse texto é um cartaz de divulgação do filme 2012, lançado no final do ano de 2009.



Disponível em: <<http://images.google.com.br/imgres>>. Acesso em: 6 nov. 2009.

A afirmação, excerto 1, “encontrar um caminho do meio”, reforça o discurso da coletânea sobre o controle ou qualidade de vida, ou seja, acreditar, mas não entrar em pânico. O alerta, seja da mídia, da religião ou da ciência, serve para se ter cuidado, não para entrar em pânico. “Encontrar o caminho do meio” significa saber que o perigo é real e que os boatos amplificados pelos meios de comunicação não são muito confiáveis.

Ao usar as expressões “disseminar” e “incendiar”, o discurso deixa entrever que a mídia vai além daquilo a que discursivamente se propõe: informar. Informar significa instruir, ensinar, dar aviso, comunicação, notícia, tomar conhecimento, inteirar-se de algum fato, mas ao afirmar que a mídia “dissemina”, o trecho afirma ou reforça a ideia de que a mídia exagera em relação ao que noticia. “Disseminar” significa semear, espalhar, derramar, difundir, propagar, vulgarizar.

O uso do verbo “disseminar” perpassa o sentido da vulgarização das informações, tornando-as repetitivas e podendo fazer com que a população entre em pânico. A oposição criada entre as expressões “informar” e “disseminar” pode conotar uma ideia negativa a respeito do papel da mídia, pois “informar” seria uma atitude positiva, acertiva, ao contrário “disseminar” seria exagerar, vulgarizar consequentemente provocar o pânico.

Esse uso do termo “disseminar” pode criar ainda um efeito de sentido sobre o que a mídia divulga, ela não só difunde, propaga e espalha, ela vai além, vulgariza e ao vulgarizar pode implicar em consequências diversas: mudar hábitos da população,

provocar o pânico desnecessariamente. Isso pode gerar um comportamento oposto, isto é, que as pessoas não acreditem no que a mídia difunde e não a levem a sério, uma vez que o que é dito o é tão exaustivamente que nem vale a pena ouvir, sequer acreditar.

No excerto 4, a expressão “incendiada pela internet”, também se opõe ao discurso de que a função da mídia é informar. Incendiar significa uma ocorrência de fogo não controlado, que pode ser extremamente perigosa para os seres vivos e as estruturas. Essa expressão “incendiar” nesse contexto remete a uma ideologia negativa em relação ao que é difundido pela mídia. É como se ela brincasse com fogo, provocasse um incêndio, brincando com algo sério, perigoso. O fogo quando se alastra queima tudo, por isso, o uso do verbo “incendiar” pode representar a ideia de que, ao difundir determinadas informações, a mídia não deixa espaço para dúvidas e questionamentos, para outros dizeres.

O uso dessas expressões “disseminar” e “incendiar” reforça a dúvida entre acreditar nos discursos da mídia ou não. Ainda que os textos sejam publicados na mídia, falam em nome da ciência, da religião. Assim, a coletânea, ao mesmo tempo em que traz os discursos que reforçam a crença, traz também os enunciados que levam à dúvida.

A oposição entre as FDs que levam à crença e à dúvida no discurso da ciência ou da religião por meio da mídia é reforçada pelo o discurso da arte, o enunciado do cinema, que, na prova, é representado pelo texto publicitário via cartaz. Faz parte da coletânea o cartaz do lançamento do filme 2012, que trata da temática das previsões e profecias para o fim do mundo em 2012.

Para a construção de sentido do discurso da coletânea, nada mais coerente que unir os discursos sobre as previsões do fim do mundo e talvez do pânico. A direção de marketing do filme tem o cuidado de produzir cartazes diferentes de acordo com a história de cada país. O cartaz, que foi criado para divulgar o lançamento do filme no Brasil, traz um jogo de imagens que remetem aos discursos religiosos e científicos os quais fazem parte de nossa memória discursiva.

Na vertente religiosa bíblica, a crença se embasa no discurso de que Deus criou o mundo, mas um dia tudo vai acabar e vai acontecer um juízo final. O imaginário religioso é reforçado pelo dilúvio que destruiu tudo e só o profeta Noé teria escapado numa Arca. Sabemos que na história da humanidade as pessoas sempre tiveram a necessidade de explicar por mitos os processos da natureza e por isso foram movidas

a crenças difundidas. Essa crença nos deuses ou em um só Deus que iria salvar uma parte é marcada pela imagem do Cristo no cartaz. Não é uma figura qualquer, mas o Cristo Redentor, símbolo do Rio de Janeiro e também símbolo brasileiro da crença num cristianismo católico. Nossa memória discursiva tem conhecimento de que essa imagem está num dos lugares mais altos da cidade: o Corcovado. E se as águas chegam até lá, fica implícita toda a tragédia próxima do fim do mundo, divulgada pela religião e pela ciência.

No cartaz, a data de 2012 chama a atenção para a recente previsão da catástrofe final. O jogo de FDs atravessa essas imagens, pois traz o discurso cinematográfico (uma FD da ficção) aliado ao da publicidade (a FD do alarde), o Cristo Redentor (a FD de que as cidades litorâneas serão inundadas), o discurso religioso (a FD do dilúvio) e o discurso da ciência (a FD do problema ambiental). Os entrecruzamentos criam um jogo discursivo que pode levar o leitor, no caso da prova, o candidato, a perceber novamente a oposição das FDs entre acreditar ou não no discurso da mídia ou da ciência e ou da religião.

A imagem das águas que engolem o Cristo remete ao discurso científico sobre o aquecimento global, segundo o qual, o derretimento das geleiras pode ocasionar inundações, tempestades implicando em tragédias. Essas concepções coincidem com a profecia sobre os castigos de Deus. Assim, os pressupostos científicos aliam-se às predições religiosas para instigar cada vez mais a população a se controlar em suas pretensões mundanas.

O homem tem se prestado a, durante séculos, acreditar nesses discursos ou não, fica dividido entre a religião e a ciência, acreditar em um e negar o outro. Essa pseudobrincadeira tem colocado esses discursos em cheque: agora ciência e religião parecem concordar sobre o discurso do fim do mundo, não só sobre isso, mas sobre o que pode ocasionar esse grande final. Isso seria a abertura da possibilidade de união de crenças opostas. Se o homem não cuidar, não respeitar a natureza, não seguir as regras ele coloca um fim em tudo que conquistou até aqui. Assim o leitor optará pelo “controle” necessário para evitar o fim.

A mídia, em busca de credibilidade, cria um jogo de vozes e também de crenças que se contrapõem propositalmente. De um lado, mostra os aspectos positivos do pânico, de outro levanta posicionamentos contrários. Isso é conveniente por dois motivos: pode dar ao leitor a impressão de liberdade para optar, mas, ao mesmo tempo, pode trazer insegurança por parte de leitores menos avisados e mais crédulos.

A banca ao selecionar esses textos também o faz propositalmente para lembrar ao candidato que ele vive na dispersão de discursos que se contrapõem constantemente. Assim, a crença no discurso sobre o fim do mundo é reforçada quando mostra os problemas ambientais e sociais com os quais cada indivíduo convive. Em contrapartida, as vozes críticas também são apresentadas para lembrar o leitor de que nem sempre se pode concordar com certos aspectos.

E assim entre os enunciados presentes nos textos da coletânea, temos os enunciados que refutam as crenças no discurso da mídia:

Texto 4 (...) Mas o que **há de real** nessa confusão de **história, astronomia, astrologia e religião**?

Texto 6 (...) Imagino que essas pessoas “**conscientes**” em breve proporão tratamentos de choque para **pessoas degeneradas** como eu. Tombarei gritando pelo direito às churrascarias. Por que essas pessoas “**conscientes**” não falam dos direitos das rúculas em continuarem, de forma singela, a fazer fotossíntese? (...) Esses caras são uns bobos que nunca viraram gente grande. (...) gente grande sabe que a felicidade não faz parte dos planos da natureza. O que escolher? A **carne ética** ou a **rúcula santa**? Um dia vão sair correndo dando pauladas em quem não se converter à “**Santa Alimentação**”.

Texto 8 (...) “como posso saber **qual das garrafas escolher se os rótulos são iguais?**”, pergunta Alice. Ao que Humpty-Dumpty responde: “Aquele que acredita em rótulos, no mais das vezes se engana”. Não estamos para entrar em no País das Maravilhas, mas andamos de certa maneira **fisgados pelos rótulos e seu poder de encantar**.

Nos excertos 4, 6, e 8, os discursos que se apresentam levantam questionamentos feitos pela voz da ciência, em relação à veracidade das informações que a própria mídia divulga.

No excerto 4, retirado do texto da revista *Istoé*, a voz da própria mídia questiona a veracidade dos discursos da história, da astronomia, da astrologia e da religião, difundidos por ela mesma. Novamente a oposição entre as FDs crer ou duvidar nesses discursos vem propositalmente instigar o candidato.

No excerto do texto seis, retirado do texto do sociólogo Pondé, o uso da expressão “conscientes” se contrapõe ao uso da expressão “degenerados”, ou seja, a expressão conscientes faz parte das FDs que discorrem sobre as pessoas que têm a capacidade de perceber a relação entre si e um ambiente. Referem-se aos discursos que difundem o bem-estar, a saúde por meio de uma mudança na alimentação, não

comer carne vermelha, não fumar, alimentar-se somente de vegetais nada que prejudique o reino animal.

O autor se coloca em contestação ao discurso alimentar de viés vegetariano, do lado das FDs sobre os “degenerados” que comem carne, do lado daqueles que perderam as qualidades próprias de sua espécie. Ironiza o discurso da alimentação balanceada para ter uma saúde melhor. Mas, ao fazer essa oposição, ele usa as aspas no termo “conscientes” e aí se instala a ironia, pois ele se nega a parar de comer carne e isso o leva para o lado dos degenerados. Fica em suspenso a possibilidade de que esse hábito prejudique a si próprio porque se mata um animal. A crítica se torna humorística, pois, para esse autor, a promoção da morte dos animais não é muito diferente dos crimes urbanos ou mesmo das guerras. Podemos até pensar no fato de um grupo de pessoas perseguirem outras e excluí-las de ambientes porque fumam ou comem carne.

Ao questionar entre qual caminho seguir: “A carne ética ou a rúcula santa” o autor joga valendo-se da ironia quando associa termos de cunho religioso a termos do campo da alimentação. Não há opção, ou se é ético ou se defende uma linha discursiva da religião e cria o efeito de sentido de que aquele que segue o discurso religioso não pode ser ético e por isso mesmo pode apresentar atitudes de intolerância: “correr dando pauladas em quem não se converter à Santa Alimentação”. O que essas expressões deixam entrever é que essas pessoas “conscientes” não são tão conscientes assim, são tão degeneradas quanto as que comem carne vermelha ou fumam. Se assim é, em quem acreditar? Que caminho discursivo seguir?

O adjetivo “santa” caracteriza tanto o substantivo “rúcula” quanto o substantivo “alimentação”, cria um efeito de sentido irônico, pois esse adjetivo é atribuído àquilo que é divino, justo, tolerante, magnânimo e se criticamos e discriminamos as pessoas porque elas fumam, na verdade, não há nada de santo, nem na rúcula, nem na alimentação, muito menos nas pessoas que fazem campanha contra o consumo de cigarro e de certos alimentos. Essas atitudes refletem intolerância, falta de respeito, muito diferente do que se espera de uma atitude “santa”.

O jogo com as expressões “ética” e “santa”, “carne” e “rúcula” permite ao leitor perceber o funcionamento discursivo entre a relação daquilo que é dito com o sujeito que diz de acordo com a ideologia. Temos nesse excerto as FDs da religião representadas pelos termos “ética” e “santa” e as FDs da ciência representadas pelos termos “carne” e “rúcula” e ao se unirem “carne ética” e “rúcula santa”.

É possível entrever o atravessamento dessas ideologias; tanto da religião quanto da ciência, tanto no que se diz a respeito daquilo que é sagrado enquanto alimentação e daquilo que é saudável para o corpo cientificamente falando. Mas na relação entre uma FD e outra percebemos a contraposição, uma FD afirma e nega a outra simultaneamente, não para que haja um nivelamento entre essas negações, mas principalmente para que cada uma demarque em uma prática discursiva determinada o ponto em que elas se constituem, as formas que assumem, as relações que estabelecem entre si e o domínio que comandam.

Desse modo, essa construção discursiva vai fazendo com que a dúvida se estabeleça no leitor, ele pode não saber em qual discurso acreditar, qual o caminho seguir, o da ciência ou o da religião.

No excerto retirado do texto 8, a antropóloga, ao fazer o questionamento sobre “qual das garrafas escolher se os rótulos são iguais?”, estabelece novamente uma relação de ideias que cria a dúvida sobre o que é dito. Assim, deixa entrever que o que é dito é sempre a mesma ideia ou sempre a mesma linha de raciocínio e se é assim fica difícil decidir em que acreditar. Os rótulos são iguais, os produtos podem ser os mesmos ou se apresentar como iguais.

Se de um lado, há o discurso da crença do outro, há o da dúvida e se a mídia se vale tanto do discurso da ciência quanto do discurso da religião, tanto do discurso da crença quanto da dúvida: um questiona o outro, um se contrapõe ao outro e a si mesmo, isso torna ainda mais difícil decidir em qual deles acreditar. O próprio discurso aponta para as suas fissuras suas possibilidades de equívocos.

Ao reforçar esse discurso sobre os “rótulos serem iguais”, a autora joga com as expressões “fiscados pelos rótulos e seu poder de encantar”, ou seja, “fiscado” significa ser pescado, e para isso é preciso preparo, isca, vara adequada, paciência e manejo. Ser fiscado, nesse contexto, aqui significa que se aprisiona e que esse aprisionamento é premeditado, preparado com antecedência, com imagens apropriadas, somos manipulados. Essas construções discursivas são capazes de levar a população a nem questionar o que é dito. Por isso, o poder de encantar e de conquistar seguidores, de seduzir aliados que vão acreditar e seguir aquilo que está sendo dito.

O que determina as FDs entre crer e duvidar dos discursos são essas relações de sentido construídas por meio de enunciados dispersos, porém são regulares. Vimos que os discursos estão dispersos aqui e ali, seja na voz da ciência, da mídia, da

religião dentro delas e entre elas, mas há uma regularidade na coletânea que constrói seus dizeres de modo a instigar o discurso da crença e da dúvida.

Essas regularidades caracterizam, segundo Foucault (2009, p. 165), “um conjunto de enunciados, sem que seja necessário estabelecer uma diferença entre o que seria novo e o que não seria.” Vimos que as regularidades não se apresentam de modo definitivo: não são as mesmas regularidades que atuam, seja num discurso ou outro, mas são campos homogêneos de regularidades enunciativas, esses enunciados caracterizam uma formação discursiva, mas tais campos são diferentes entre si. Vimos que há expressões que são idênticas do ponto de vista gramatical e semântico, mas que são enunciativamente diferentes.

Os enunciados que compõem as FDs que concorrem para colocar em dúvida a crença do que é difundido na mídia acerca das profecias do fim de mundo, contrapõem-se a outros enunciados da coletânea que conferem um status de verdade digna de fé aos discursos científicos e que a mídia, ao difundi-los, contribui para promoção da qualidade de vida:

Texto 3 (...) O problema deixou de ser daquele bisneto(a) que você provavelmente não iria conhecer mesmo, e passou a ser um ameaça para você e todos nós. Não é à toa que as seguradoras apoiaram o IPCC e outros grupos de pesquisa. (...) **A discussão pode estar algo atrasada mas é saudável e muito instrutiva.**

Texto 3 (...) **de fato o marketing** ecológico parece ter se tornado obrigatório e alastrou-se como uma praga. Já reparou como, por um lado, as petroleiras viraram companhias de energia, os bancos agora são do planeta e as montadoras reinventam caminhos, embora para os mesmos carros, alguns cada vez mais verdes, e amarelos?

Texto 4 (...) Não há como **ignorar os sinais** de que o **fim se aproxima**: crise econômica mundial, gripe suína, aquecimento global, alterações no ciclo solar, guerras e desigualdade.

Ao afirmar que a discussão sobre o aquecimento global está um tanto quanto “atrasada, mas é saudável e instrutiva” o biólogo enuncia não apenas sobre esse discurso, mas também sobre o que é dito acerca do aquecimento global.

Se a discussão está atrasada é porque alguma consequência negativa ocorreu – por exemplo, o aumento da temperatura acima do previsto pela ciência e isso talvez não tivesse ocorrido se a discussão tivesse acontecido há mais tempo.

Estar atrasado significa ter passado da hora, do momento em que deveria ter acontecido. Como então ser saudável e instrutiva, são duas FDs que se opõem “atrasada” acarreta em prejuízos no aqui e agora, “saudável e instrutiva” significa que ainda há tempo de, através de discussões acerca do aquecimento global, salvar o planeta. Ou seja, mesmo estando atrasada, a discussão ambiental pode promover mudanças nos hábitos das pessoas, promovendo também a qualidade de vida e beneficiar o planeta. Ao fazer uso desses enunciados o autor deixa perpassar a crença no discurso da ciência sobre o aquecimento global e suas consequências. Discurso difundido na mídia e questionado por ela e por outros estudiosos.

Há, nesse excerto, enunciados que levam a crença no discurso da ciência sobre o aquecimento global, e outros sobre o *marketing ecológico* que questionam o uso que determinadas empresas que fazem uso desse discurso para conseguirem a confiabilidade dos consumidores e venderem seus produtos. Ou seja, acredita no discurso da ciência, mas questiona o uso que fazem desse discurso para promoção de vendas. Ao afirmar que o *“marketing ecológico se alastrou como uma praga (...) as petroleiras viraram companhias de energia, os bancos são planetas, as montadoras reinventam caminhos, embora para os mesmos carros”*.

A expressão *marketing* traz em si a concepção de um estudo, um processo que determinam os produtos e ou serviços que possam interessar ao consumidor, como também as estratégias usadas para alcançar esses objetivos.

Essas afirmações surgem na mesma formação discursiva, nas mesmas condições enunciativas. São enunciadas num momento em que se tem questionado a relação do homem com a natureza, com o planeta, são enunciados da formação discursiva em defesa do meio ambiente, sobre o aquecimento global e suas negativas consequências, mas se contradizem porque, ao serem enunciados na voz do *marketing ecológico*, discursam sobre aquilo que deveria ser praticado em prol do planeta, mas que na verdade são só discursos, não há mudança efetiva nas atitudes, é apenas uma estratégia para se vender os produtos.

Além de, se de um lado o discurso é usado para promover a qualidade de vida; de outro, promove a lucratividade das empresas que parecem não estar preocupadas com o alerta. Os enunciados, portanto, podem levar o leitor a crer no discurso da ciência, mas duvidar do mesmo discurso quando enunciado na voz do *marketing ecológico*.

Segundo Foucault (2009, p.165),

[n]ão se deve mais procurar o ponto de origem absoluta, ou de revolução total, a partir do qual tudo se organiza, tudo se torna possível e necessário, tudo se extingue para recomeçar.[...] Quando um enunciado se instaura não implica dizer que as pessoas vão dizer e pensar a mesma coisa, ao contrário, as homogeneidades e heterogeneidades enunciativas se entrecruzam com continuidades e mudanças linguísticas identidades e diferenças lógicas sem que umas e outras caminhem no mesmo ritmo ou se denominem necessariamente.

Os enunciados sobre o fim do mundo foram sofrendo transformações ao longo da história da humanidade e hoje o que se instaura a esse respeito são as FDs do aquecimento global e suas prováveis consequências serem redefinidos por, segundo discursos científicos, atribuírem ao aquecimento uma das causas do fim do mundo em 2012. O discurso sobre o fim do mundo é contínuo, mas suas causas se transformaram e isso estabelece mudança nas FDs que se entrecruzam.

Vimos, nesse excerto, que o outro discurso que se instaura nas FDs sobre o fim do mundo é o do *marketing ecológico*, significando outro modo de pensar. As indústrias se apropriam do discurso não para promover a qualidade de vida, mas para se beneficiarem financeiramente. Os termos são os mesmos “marketing ecológico”, mas ao serem enunciados criam sentidos diferentes: servem para significar um discurso que prima pela preservação do planeta, mas serve também para trabalhar positivamente a imagem das indústrias e fazer com que elas se beneficiem financeiramente.

Ao reforçar os discursos das FDs da crença nas profecias e previsões, temos na voz da mídia, revista *Istoé*, excerto 4, a afirmação de que “Não há como *ignorar os sinais* de que o *fim se aproxima*: crise econômica mundial, gripe suína, aquecimento global, alterações no ciclo solar, guerras e desigualdade.” “Os sinais” a que o enunciador se refere são fatos que estão acontecendo e que a população está presenciando: crise econômica nos Estados Unidos e Europa afeta a economia mundial; a gripe suína se alastra e mata pessoas no mundo todo; as altas temperaturas constadas nos últimos anos. Desse modo, torna-se difícil, senão impossível, duvidar dos discursos proféticos e das previsões, afinal a população vive e discursiviza essas situações.

O último excerto da coletânea, uma charge, retrata um cruzamento de ruas e a exposição de várias placas de trânsito enunciando que não se pode seguir, nem virar à esquerda, nem à direita e nem retornar. Não há saída.



Disponível em: <http://oglobo.com/blogs/arquivos_upload/2009/06/2992850-fim-do-mundo1.jpg>. Acesso em: 16 nov. 2009.

As placas de trânsito têm o objetivo de organizar o tráfego de veículos, dar uma direção aos motoristas: seguir em frente, não retornar, virar à esquerda, à direita, proibir virar e ou retornar a fim de controlar o movimento. Elas têm por finalidade informar sobre as condições proibições, obrigações ou restrições no uso das vias. Sua linguagem é imperativa e desrespeitá-las constitui infração, mas muitas vezes o motorista pode se ver numa situação sem saída, sem saber que caminho seguir.

No contexto da prova, observarmos que a imagem das placas de trânsito, impedindo o motorista de seguir, se relaciona com o título da charge: “fim do mundo” e, ao estabelecer relação com os demais enunciados da coletânea sobre o fim do mundo, cria o efeito de sentido de que não há uma saída, não há como seguir. Esse enunciado dialoga com o que está dito a respeito do medo, o medo exagerado que pode paralisar, ou seja, o pânico paralisador. Não há o que fazer quando se está em pânico e a população em pânico não pensa, não caminha, não segue.

A banca, ao colocar esse texto em último lugar, fecha a linha de raciocínio sobre o pânico, parece querer antecipar uma conclusão para o leitor: não há como seguir. Mas, numa leitura atenta, observamos que a oposição das FDs, de que as placas servem para organizar, também podem servir para desorganizar, parar o trânsito. Temos uma metáfora dos discursos que promovem o pânico. Visto desse modo, o pânico pode servir tanto para controlar, limitar e ou paralisar as pessoas, quanto pode servir para promover a qualidade de vida.

O fim do mundo significa que não há saída, chegou ao fim. Chegou ao fim a coletânea e há somente duas opções sobre o pânico: controlar e ou promover, não há saída. As placas controlam o trânsito e ou promovem sua qualidade.

Na coletânea, vimos que todo enunciado se relacionava a uma certa regularidade e nenhum deles poderia ser considerado como inativo e valer como sombra ou decalque de um enunciado inicial. De acordo com Foucault (2009), todo campo enunciativo é, ao mesmo tempo, regular e vigilante.

A coletânea, como vimos, é construída a partir de regularidades enunciativas a partir de FDs sobre a crença no discurso religioso e científico e que remontam à temática da prova sobre o fato de esses discursos promoverem o pânico, seja para promover a qualidade de vida, seja uma estratégia para controlar a sociedade pelo medo. Há também enunciados que discorrem sobre o importante papel da mídia ao difundir essas informações de modo exagerado: na reapresentação de imagens, seja na retomada das informações a todo momento, pode também provocar o pânico sobre o provável fim do mundo em 2012.

Ao enunciar dessa forma, a banca estabelece relações entre FDs diversas que se atravessam. A voz da ciência discute hábitos alimentares, questões sobre o aquecimento global, questões de usos linguísticos. Por meio do discurso religioso, discutem-se profecias sobre o fim do mundo

E desse modo, podemos observar que os enunciados não estão voltados apenas para aquilo que discorre: a crença ou a dúvida no discurso da mídia, da ciência e da religião, mas também estão voltados para os discursos dos outros sobre a crença ou a dúvida no discurso da mídia, da ciência e da religião o que promovem uma reviravolta dialógica entre e sobre eles. (BAKHTIN, 2003)

3.2.3 Sobre a proposta de Redação

Ao refletir sobre a concepção de texto e gênero textual apresentada no manual do candidato, a banca, na prova de Redação de 2010/1 apresenta três opções de produção de gênero textual: Reportagem, Crônica e Carta de leitor.

Ao propor a escrita de um dos gêneros textuais, a banca apresenta sua concepção sobre o gênero, sua função social, para depois definir as condições de produção a que o candidato deve seguir.

Assim, a banca espera que o candidato, ao fazer a leitura da coletânea, consiga selecionar os enunciados que melhor se relacionam com a proposta escolhida. Vimos que, na proposta, a banca diz ao candidato de que lugar ele deve enunciar: leitor de um jornal ou revista de circulação nacional, portanto, a banca pressupõe um

candidato que lê jornal, está informado sobre as discussões atuais. Ao direcionar o objetivo de cada proposta e gênero, a banca já prevê com quais textos especificamente, o candidato deve dialogar ao construir seu discurso. Numa atitude responsiva espera que o candidato, no lugar de leitor, deve saber relacionar os discursos da coletânea à proposta e ao seu projeto de texto; estabelecer o interdiscurso e criar, portanto, outros diálogos e outros efeitos de sentidos.

O candidato, de seu lugar discursivo, ao optar pela carta, também cria uma expectativa em relação à banca. Isso porque, mesmo escrevendo a um jornal ou revista, numa situação simulada, evidentemente, sabe que seu interlocutor no contexto da carta é um, o editor do jornal, mas no contexto do vestibular, outro. Aquela banca que avalia seu texto e decide sobre sua aprovação ou reprovação no vestibular. Essas condições de produção influenciam na construção de sentido do seu discurso. O candidato sabe que está sendo avaliado e, também espera uma atitude responsiva da banca: ser aprovado ou não.

Dentre os gêneros propostos pela prova, escolhemos trabalhar a carta de leitor por entendermos que ela é um dos gêneros, através do qual, o candidato pode ter mais oportunidade de direcionar e estreitar ainda mais o enfoque de sua linha de raciocínio. Sempre levamos em conta as condições de produção: quem escreve, o que escreve, para quem escreve, por que escreve e como escreve.

Esse gênero também deixa explícita a relação dialógica da linguagem, fenômeno que é intrínseco à linguagem humana. Ao estabelecer o “diálogo” entre quem escreve (o leitor de jornal), para quem escreve (o editor), ao mesmo tempo estabelece um diálogo entre diversos enunciados. A carta atua de maneira que uma fala responde à outra, aos enunciados das matérias divulgadas no jornal, responde o leitor pela carta de leitor. E, para isso, o leitor “dialoga” com outros enunciados, seja para “responder” aos enunciados e “responder” aos enunciados precedentes, seja para esperar as possíveis respostas futuras. É como se cada enunciado fosse uma fala num diálogo: essa fala responde a vozes anteriores e também pode ser respondida, posteriormente, por outras vozes.

Nossa escolha pelo gênero carta acontece porque o nosso enfoque são os enunciados, por isso tecemos algumas considerações sobre o gênero carta de leitor. Na visão de Bakhtin (1997), as sociedades e culturas são várias, assim como suas atividades, cuja mediação é feita pela linguagem. Os usos dessa linguagem são tão variados quanto variadas forem as atividades humanas, que moldam a linguagem por

meio de enunciados relativamente estáveis, garantindo a comunicação verbal. Esses enunciados constituem os chamados gêneros discursivos. Os gêneros discursivos são textos empiricamente realizados, encontrados na sociedade de forma materializada, tais como: notícia, artigo, entrevista, carta, bilhete, crônica, romance, receita culinária, situados no espaço e no tempo.

A carta de leitor é um gênero que circula no contexto jornalístico em seção fixa de jornais e revistas, denominada comumente de cartas, cartas à redação, carta do leitor, painel do leitor, destinada à correspondência dos leitores.

Se pensarmos na situação de produção do candidato no momento do vestibular, a carta pode ser analisada como um gênero que revela uma prática discursiva que vem sendo utilizada e transformada ao longo do tempo, mas que não perdeu suas características formais: a seção de contato, vocativo; o núcleo da carta, desenvolvimento, onde se expõem o(s) motivo(s) pelo(s) qual(is) se escreve, os argumentos; as marcas de interlocução e a saudação final. Porém, sua classificação ocorre de acordo com a situação em que ela se realiza e de acordo com o propósito do locutor.

A carta é um gênero textual, segundo Pessoa (2002, p.197), “que permite pesquisar a sua própria evolução, sua função em épocas distintas, além de verificar seu papel no desenvolvimento ou (re)criação de outros gêneros”.

No nosso caso, podemos considerar que temos a carta de leitor como gênero de outro gênero, pois ela surgiu a partir do momento que os jornais perceberam no seu uso uma relação direta com o leitor, com a população. Esse é um gênero muito utilizado pelo leitor de jornal e revistas, para emitir sua opinião sobre matérias publicadas por esses veículos de comunicação.

Já na situação da redação do vestibular, ao propor que o candidato discorra sobre um assunto muito discutido no momento e escreva uma carta ao jornal ela simula essa função social da carta e faz com que o candidato fale não para banca como candidato, mas para o editor do jornal e opine sobre as reportagens publicadas no jornal a respeito do tema.

Quanto ao contexto no sentido mais amplo, as condições de produção, fazem parte o sentido sócio-histórico, ideológico, de acordo com Pêcheux (1997). Em outras palavras, a carta é utilizada em situação de ausência de contato imediato entre remetente e destinatário, que não se conhecem (o leitor e a equipe editorial do jornal ou da revista). Visa a atender vários propósitos comunicativos: opinar, agradecer,

reclamar, solicitar, elogiar, criticar, entre outros. É um gênero de domínio público, de caráter aberto, com o objetivo de divulgar seu conteúdo. Nesse sentido, entendemos que a carta de leitor é o instrumento que o cidadão usa para manifestar sua opinião e ou reivindicar questões políticas, culturais e emocionais.

Podemos, assim, dizer que a seção Cartas dos Leitores é o espaço ocupado pela voz do povo. O mais modesto operário, sem condições de contactar diretamente uma autoridade, redige, a seu modo, sua carta ora para solicitar, ora para defender seu ponto de vista. Vê nesse espaço do jornal, talvez o único meio para que suas aspirações cheguem ao gabinete do prefeito, do governador. Pode ocorrer também o contrário, algumas autoridades se valerem desse espaço para responder à solicitação do leitor e falar à população em geral.

Ao escrever para o jornal, o leitor sabe que esse é um espaço livre, aberto a apresentação e trocas de opiniões, lugar de exercício de crítica e de idéias, o leitor opina mesmo que sua opinião seja contrária a do jornal.

A seguir, apresentamos a proposta da prova (UFG 2010/1) segundo a banca:

A carta de leitor é um gênero discursivo no qual o leitor manifesta sua opinião sobre assuntos publicados em jornal ou revista, dirigindo-se ao editor (representante do jornal ou da revista) ou ao autor da matéria publicada (quando o seu nome é revelado). Por ser de caráter persuasivo, o autor da carta de leitor busca convencer o destinatário a adotar o seu ponto de vista e a acatar suas ideias por meio dos argumentos apresentados.

Diante da discussão gerada entre proponentes do pânico moral e seus opositores, escreva uma carta de leitor para ser publicada em um jornal ou em uma revista de circulação nacional. O objetivo é divulgar sua opinião sobre as consequências da produção do pânico moral e convencer os leitores de que a posição defendida por você é mais adequada. Para isso, selecione dados da realidade e da coletânea para compor seus argumentos na defesa do ponto de vista quanto à divergência de opiniões acerca do pânico moral. Por meio da defesa e da refutação de ideias, você deve persuadir os leitores a aceitarem o Pânico Moral como estratégia para promoção da qualidade de vida ou como forma de limitar a liberdade das pessoas pelo medo.

Observamos que na proposta a banca orienta cada passo que o candidato deve percorrer durante o processo de sua produção textual. Primeiramente, define e explica o gênero, pois pressupõe candidatos que não tenham esse conhecimento. Depois, orienta quanto ao objetivo da carta: *opinar sobre as consequências da produção do pânico moral e convencer os leitores de que a posição defendida pelo candidato é a mais adequada*. Propõe ainda que o candidato selecione dados da realidade e da coletânea para compor seus argumentos, quanto à divergência de opiniões acerca do pânico moral.

A partir dessas orientações, a banca espera que o candidato, ao ler a proposta, perceba que na coletânea há enunciados que estabelecem uma relação direta com a proposta da carta. Espera que ele dialogue com esses enunciados ao construir seu discurso e mostre, portanto, sua habilidade de ler, de estabelecer relações: (1) entre o que está dito: escrever a carta e falar das consequências do pânico moral e (2) o que não está dito: dialogar com alguns enunciados específicos presentes na coletânea.

Se o diálogo é condição da linguagem, quando se escreve, estabelece-se uma relação dialógica, em sentido amplo, entre o enunciador (autor/escrevente) e o enunciatário (leitor). A atividade verbal sob a forma escrita, assim como a falada, também se orienta em função de intervenções anteriores da mesma natureza. Ao analisar o texto escrito, é necessário levar em conta não só o conteúdo e a relação do enunciador com esse conteúdo, mas principalmente a relação do enunciador com o outro e com os discursos desse outro, explicitados ou presumidos Brait (2002).

É isso que a banca espera que o candidato faça, que ele, ao enunciar, considere os discursos presentes na coletânea e outros que já existam na sociedade e que façam parte de seu universo de conhecimento.

Em relação às cartas do leitor, é preciso reafirmar a sua importância pelo fato de ela promover discussões relacionadas a assuntos discursivizados pela sociedade da época e que são noticiados nos jornais ou ainda relacionados a aspectos pessoais. E, assim, há a motivação para escrever ao jornal, pois, o leitor vislumbra não só a possibilidade de ser ouvido, mas a possibilidade de ver sua crítica opinião ou pedido pessoal serem publicados e lidos por milhares de pessoas.

Diante do exposto sobre as condições de produção na prova de Redação, fazemos, no próximo capítulo, a análise das redações dos candidatos.

CAPÍTULO 4

COMPREENDENDO OS DISCURSOS

O enunciado não deve ser tratado como um acontecimento que se teria produzido em um tempo e lugar determinados, e que poderia ser inteiramente lembrado e celebrado de longe em um ato de memória.

Foucault

No capítulo anterior, vimos que a coletânea traz excertos em que as contradições entre crença e desconfiança são alinhavadas como Formações Discursivas (FDs) aparentemente soltas numa dispersão. No entanto, sabemos que essas contradições são fruto de uma seleção que remonta à temática da prova, sobre o pânico moral como estratégia para promover a qualidade de vida ou para controlar a sociedade pelo medo. Essa proposta induz à discussão entre a credibilidade da ciência ou da religião.

Vimos que há também enunciados que chamam a atenção para o importante papel da mídia quando difunde informações de modo exagerado sobre o provável fim do mundo em 2012. Mas, alguns excertos da coletânea apontam a responsabilidade da mídia quanto à difusão do pânico. Com isso, verificamos que outras FDs se formam. Temos, de um lado, a crença em que a difusão das informações pela mídia é necessária e promove a qualidade de vida. De outro lado, menciona-se a mídia como uma vilã que se aproveita de seu papel importante para manipular e limitar a liberdade das pessoas. Além disso, tem-se, ainda, que se pode crer ou não nas previsões e profecias.

O questionamento presente no tema sobre “o pânico controlar pelo medo ou promover a qualidade de vida” permite a leitura de que se deve escolher uma das duas FDs para se discorrer: o controle pelo medo ou a busca da qualidade de vida. Isso significa que o enunciador deve expor sua opinião acerca do medo como controle de viés religioso ou de viés científico. Mas, ao optar pela qualidade de vida, a perspectiva

dirige-se para o discurso da ciência. No entanto, percebemos que a coletânea pode permitir também ao candidato acreditar que essa escolha está atravessada pelo discurso da mídia, o que é uma possibilidade contraditória. Como já vimos, o controle parece estar ligado à manipulação, atitude que soa negativamente, promover qualidade de vida, parece benéfico, atitude positiva. Por isso, segundo Foucault (2009) uma FD é um espaço de dissensões múltiplas e as contradições não são nem aparências a transpor, nem princípios secretos que seria preciso destacar.

Neste capítulo, vamos observar como o candidato, num processo de leitura, dialoga com a coletânea e é capaz de se filiar a uma ou a outra FD para construir seu próprio enunciado sobre a crença ou a dúvida no discurso religioso ou no discurso científico para conduzir ao controle social pelo medo ou para promover a qualidade de vida.

Na sequência, analisamos primeiro os enunciados que se relacionam com as FDs sobre a crença nos discursos da religião. Em seguida, discorreremos sobre os enunciados que fazem parte das FDs sobre a dúvida nesses mesmos discursos.

Lembramos que, ainda que o corpus seja a redação de vestibular, nosso enfoque não é a organização textual, mas o discurso, como a materialidade discursiva se manifesta na relação entre os discursos da coletânea de textos da prova e o produto apresentado pelo candidato. O nosso objetivo é descrever como os discursos presentes na coletânea da prova repercutem na redação do candidato e, sendo assim, não vamos nos ater a questões de normas gramaticais.

4.1 Sobre a crença e a dúvida no discurso religioso

Vimos que na coletânea há enunciados que fazem parte das FDs do discurso religioso sobre o fim do mundo. Sabemos que desde a Idade Média, passando pelo Renascimento, tanto a religião quanto a ciência foram disputando o universo discursivo da população. As religiões, há séculos, contribuem para que a crença no fim do mundo promova um pânico e a busca de conforto nas palavras divinas. Seus discursos ecoam na bíblia, mas também em previsões e profecias como as do povo maia. Vejamos como o candidato 110-8 usa enunciados sobre a crença no discurso religioso:

[...] Os textos religiosos a quais se refere como provas cabais de um fim trágico **são questionáveis quanto provas**, haja visto que a religião **torna-se capaz de alienar** tanto quanto a **mídia moderna**. [...]

Nesse excerto, ao citar o discurso religioso, o candidato questiona a credibilidade das informações, fundamentando-se no fato de a sociedade ser alienada e movida pelo medo. Ao fazer essa afirmação, o candidato reconhece que há, na memória discursiva, enunciados que se apresentam movidos pelo medo, mas insere sua argumentação de que ao se deixarem dominar pela crença deixam de ser críticos e não questionam os discursos difundidos tanto pela mídia quanto pela religião. O candidato 110-8 deixa entrever que tem conhecimento do quanto o discurso religioso e o midiático influenciam no comportamento da população. Falamos sobre o aspecto midiático mais à frente, quando discorreremos sobre a crença no discurso da mídia.

Mas, ao reconhecer, coloca-se fora desse grupo alienado ao afirmar que: “Os textos religiosos [...] são questionáveis quanto provas” e complementa que a religião e a mídia moderna podem alienar. Nesse sentido, reafirma sua tese de que se a população é alienada, essa alienação decorre do medo e da falta de questionamento sobre o que é dito tanto pela religião quanto pela mídia. Esse aspecto é uma inferência resultado do diálogo do candidato com os textos da coletânea nos seguintes excertos.

Excerto 1- [...] Os meios de comunicação têm papel importante a desempenhar quanto a isso. [...]

Excerto 2- [...] Mensagens indutoras de pânico moral podem ser disseminadas pela mídia, tendo sua origem em indivíduos ou grupos interessados em mudar normas coletivas ou práticas sociais, estando para tanto dispostos a compelir os demais a aceitarem tais mudanças, mesmo sob um clima de medo coletivo e perplexidade.

A leitura do candidato 110-8 não se restringe à coletânea, mas dialoga com sua memória discursiva sobre a história do poder dos discursos religiosos, que sempre tentaram conduzir a sociedade por meio de ameaças, castigos, fossem eles verdadeiros ou fictícios. O candidato coloca o discurso midiático no mesmo plano do discurso religioso tanto no que diz respeito aos seus poderes de influenciar a população quanto no que se refere à veracidade de suas informações. Cria o efeito de sentido de que ambos, a religião e a mídia, não merecem credibilidade, pois, em vez de conscientizar racionalmente e promover a qualidade de vida, controlam a sociedade

pelo medo, paralisando-a. Reconhece que a sociedade alienada é uma sociedade paralisada, conduzida pelo medo – “movida pelo medo social” – pois tem um discurso incapaz de questionar o que se diz sobre o fim do mundo.

Quando o autor enuncia que “[...] a religião **torna-se capaz de alienar** tanto quanto a **mídia moderna**. [...]”, ocorre a comparação entre o poder da mídia e da religião, observa-se que há uma separação entre a voz da mídia e a voz do discurso religioso. Se um aliena tanto quanto o outro é porque aquilo que é dito pela mídia e aquilo que é dito pelo discurso religioso não é enunciado pela mesma voz, mesmo que as informações e as intenções de “alienar”, segundo 110-8, sejam as mesmas.

4.2 Discurso da ciência: controle pelo medo ou qualidade de vida

Assim como há momentos de suspeita quanto ao discurso religioso ou o alarde da mídia, temos enunciados que discutem o poder do discurso da ciência.

105-21

Finalizada na semana passada, a **COP-15**, uma tentativa de ratificar um novo acordo para **diminuir as emissões de carbono**, realizada na Dinamarca, foi pressionada o tempo todo por manifestantes. Isso mostra os **efeitos positivos do pânico moral**. [...] De acordo com dados coletados pelo Centro Hadley, no Reino Unido, a previsão do aumento na temperatura pode ser de até 8°C em 50 anos. Logo, mesmo que haja ficção no filme, o **aquecimento global pode provocar sim o fim dos tempos se continuar nas proporções em que se encontra**. [...]

Esse candidato 105-21, para defender sua tese de que o fim do mundo está próximo e que o aquecimento global, traz enunciados da coletânea que pertencem à FD da ciência, ao citar o aumento de temperatura segundo o Centro Hadley:

Texto 3 - [...] De acordo com dados coletados pelo Centro Hadley, no Reino Unido, a previsão do aumento na temperatura pode ser de até 8°C em 50 anos.[...]

Esses enunciados, ditos na voz da coletânea, fazem parte da FD sobre o discurso da ciência, são dizeres enunciados de um lugar de autoridade, legitimado como verdadeiro, o da ciência e portanto confiáveis. Além de fazerem parte da FD sobre o discurso da ciência, a imagem de catástrofe ambiental é tomada, ainda, numa

ficção pelo discurso da arte quando aparecem, no cartaz cinematográfico, as cenas de inundações. Segundo os cientistas, o aquecimento global promoverá inundações e, no texto do candidato, isso é retomado quando ele afirma que: “mesmo que haja ficção no filme, o aquecimento global pode provocar sim o fim dos tempos [...]”.

Nota-se, nesse dizer do candidato 105-21, que ele reconhece que as imagens do filme são fictícias, discurso da arte, mas, ainda assim, ele toma a coletânea como base para afirmar que crê no aquecimento global, causador de inundações e tragédias relacionadas à natureza.

Expressa sua crença no discurso da ciência sobre o aquecimento global, ao retomar o enunciado da coletânea

Texto 3- Finalizada na semana passada, a COP-15, uma tentativa de ratificar um novo acordo para diminuir as emissões de carbono [...]

e, ao fazê-lo, filia-se à FD sobre o pânico moral ser uma estratégia para promover a qualidade de vida.

Ao enunciar, distingue o discurso da ciência do discurso da arte, mas ao entrecruzá-los, reconhece que ambos dialogam, ainda que façam parte de campos discursivos distintos, um da ciência o outro da arte. O escritor o faz, a fim de tornar sua afirmação ainda mais contundente quando defende o seu ponto de vista sobre o fim dos tempos.

O enunciador 110-21 não só acredita no discurso da ciência, mas também o reconhece entrecruzado com o discurso da arte, pois, ainda que seja ficção, aí repercute o discurso da ciência. O candidato revela uma habilidade ao relacionar as imagens da inundação com o reflexo do discurso da ciência. Percebemos que o enunciador relaciona dois excertos diferentes da coletânea ao reforçar o aquecimento global ao viés religioso (Cristo Redentor) sobre o fim dos tempos.

Usa das FDs do discurso da ciência e da arte, entrecruzando-os, assim como estão entrecruzados no cartaz do filme presente na coletânea. Relacionamos à afirmação de Bakhtin (1997) sobre o fato de o signo refletir e refratar a realidade. Tanto o discurso do cartaz, como o discurso do filme e o discurso da ciência e da religião estão refletidos e refratados em um e em outro e ainda no discurso do candidato criando um outro efeito de sentido.

No cartaz, predominam as FDs da arte, mesmo que as imagens da inundação reflitam o discurso da ciência como reação ambiental e o da religião como inundação bíblica. Nas palavras de Foucault, o discurso é o caminho de uma oposição a outra, pois dá lugar ao que vemos, mas obedece ao que oculta (FOUCAULT, 2009, p. 172). Observamos nessas FDs as oposições entre os discursos da religião e da ciência; da arte, da religião e da ciência, construindo um outro enunciado. Ainda que estejam de algum modo ocultos, ora no cartaz, ora no discurso do candidato, pois o que vemos no cartaz é o discurso da arte e no excerto 3, o discurso da ciência.

Quando o candidato 110-21 opina, oculta os discursos nos quais se fundamenta e vale-se deles como se fossem seus. Esquece-se de que a língua não é estável, nem transparente, apaga a noção de que a coletânea carrega dizeres de outros sujeitos, não reconhece o discurso do outro no seu próprio discurso. (Pêcheux, 1997, p. 163)

Já o candidato 159-27, para fundamentar seu discurso se baseia na FD da ciência sobre o medo.

159 – 27

Não poderia descrevelo, mas uma coisa é certa: se **ignorássemos as ameaças** que nos circundam **não havia alguém para continuar**. Ao mesmo tempo, se sucumbíssemos aos pânicos morais não desenvolveríamos. **É o temor ao perigo que nos faz agir de forma a evitá-lo, programa o cérebro para encontrar alternativas ou até soluções**. O medo das consequências do aquecimento global é o que **motivou a descoberta de fontes energéticas sustentáveis**, assim como o **medo das doenças** nos faz manter **hábitos saudáveis** preciso, com isso, perceber que o pânico moral, por até **controlador que seja, prima para um bem maior**, no caso, o bem da moral e até da própria existência. **Encaminhando a sociedade para um caminho considerado o mais correto**. [...]

Segundo esse enunciador, o medo é um mal necessário para que a sociedade tenha qualidade de vida. Dialoga, inicialmente, com o questionamento feito no texto 1 da coletânea sobre as oposições enunciativas “encontrar um caminho intermediário entre ignorar ameaças e sucumbir a pânicos coletivos?”:

Texto 1: “Será possível encontrar um **caminho intermediário** entre **ignorar ameaças reais** e **sucumbir a pânicos** coletivos? **Os meios de comunicação** têm um papel importante a desempenhar quanto a isso.”

Ao filiar-se às FDs sobre a possibilidade de se ignorarem as ameaças e ou sucumbir a pânicos coletivos, parafraseando o questionamento, o candidato 159-21

assume uma atitude responsiva. Quando Bakhtin (2003) discorre sobre responsividade não necessariamente significa responder a um questionamento, mas sim um possível diálogo com o que é dito e pode vir a ser dito sobre isso. Nesse caso, percebemos que há responsividade entre o que foi dito na coletânea sobre pânico e o que é dito no texto do candidato sobre as opções acerca das ameaças sobre o fim do mundo.

Ao afirmar que não há como fugir às ameaças ou escapar ao pânico moral, o enunciador 159-21 vê a impossibilidade de escolha que se coloca na pergunta-tema, “se ignorássemos, não haveria ninguém para seguir”, diz ele. Desse modo, reconhece que as ameaças são para o bem da sociedade, pois se não se ouve o mundo acaba, nas suas palavras “não há ninguém para seguir”. “Se sucumbíssemos ao pânico, não desenvolveríamos”, ou seja, o medo paralisa, não há como seguir quando se está com medo. Portanto, para esse candidato, é mais uma questão de equação das duas oposições: ignorar X sucumbir. Para que haja qualidade de vida é preciso não se render ao medo, mas também não se pode ignorar as ameaças.

Ao fazer essa relação de oposições, dialoga seu discurso com a FD da coletânea sobre o medo, fazendo um entrecruzamento do que é dito a respeito das ameaças e a respeito do medo - presente no texto 7 da coletânea - ser benéfico segundo a psicóloga italiana:

Texto 7- “Sua função é “avisar” o organismo dos perigos. Em geral, portanto, o medo é benéfico – somente quando é excessivo (em casos patológicos de pânico, fobia) pode ser prejudicial. Por outro lado, uma pessoa totalmente destemida não teria vida longa: atravessaria a rua no sinal vermelho, cairia ao se debruçar na janela ou não hesitaria em enfrentar um leão.”

Temos, nesse trecho, as palavras de uma autoridade científica sobre o medo. Portanto, fazendo parte das FDs do discurso da ciência sobre o medo, o autor do texto 159-27, assim como o candidato do texto 105-21, se fundamenta no discurso da ciência, mas não sobre o aquecimento global propriamente dito. Apenas aceitam o aspecto de ele provocar o medo e consideram que isso é benéfico. A psicóloga descreve o aspecto fisiológico do medo e seus benefícios quando não é excessivo.

Ao afirmar que “É o temor ao perigo que nos faz agir de forma a evitá-lo, programa o cérebro para encontrar alternativas ou até soluções”, o candidato 159-27 explora a opinião científica sobre o lado benéfico do medo. E vale-se exatamente do

enunciado sobre o medo ser positivo ao afirmar que “O medo das consequências do aquecimento global é o que motivou a descoberta de fontes energéticas sustentáveis, assim como o medo das doenças nos faz manter hábitos saudáveis”, mostra que o medo faz com o ser humano busque soluções e alternativas para lidar com as ameaças sobre o fim do mundo.

Há nesse discurso do candidato 159-27 o entrecruzamento entre as FDs da ciência sobre o medo e as FDs da ciência sobre causas e consequências do aquecimento global.

Desse modo, deixa perpassar a ideia de que o pânico é uma estratégia positiva para promover a qualidade de vida. Ressalta que o pânico moral, “por até controlador que seja, prima para um bem maior, no caso, o bem da moral e até da própria existência”, o medo é visto como um bem, pois, se não fosse o pânico não existiríamos, seríamos exterminados.

Assim, o candidato mostra que o temor promove a qualidade de vida quando afirma que “o medo motivou a descoberta de fontes energéticas sustentáveis”, “o medo de doenças faz com que as pessoas mantenham hábitos saudáveis” e é seguindo a linha de raciocínio presente, nesse texto 7 da coletânea, de que “o medo é benéfico” que o candidato defende sua tese. Compreende que o medo do aquecimento reforçou como consequência o discurso sobre o fim do mundo e, assim, o homem criou a energia sustentável, “o medo de doenças fez com o homem criasse hábitos saudáveis”.

Apoiamo-nos em Orlandi (1997, p. 36) para compreender que o funcionamento discursivo se assenta na tensão entre os processos parafrásticos. Segundo ela, em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível está na memória discursiva dos sujeitos. A paráfrase representa assim um jogo de desdobramentos de dizeres ocupando o mesmo espaço do dizer. Produzem-se diferentes formulações e reformulações do mesmo dizer sedimentado. E é exatamente essa capacidade de escrita que se espera do candidato em relação à coletânea.

O que o sujeito 159-27 diz já foi dito na coletânea. Ele parafraseia o que está lá, produzindo uma relação dialógica, mas dizendo outra vez, de outro modo, com suas palavras, que tanto o pânico quanto o medo, tanto o fato de se de ignorar quanto o fato de se sucumbir às emoções podem, se não forem bem administrados, provocar uma catástrofe. Por isso, é preciso “encontrar um caminho intermediário entre ignorar e sucumbir”, o que é dito na coletânea e que, provavelmente, já foi dito em outro

momento em outro lugar, e tenha ficado na memória do falante, por isso é possível dizer. Esse é o fenômeno da memória do discurso.

Também, valendo-se do discurso da ciência, o produtor do texto 22-22 retoma excertos da coletânea para “garantir” que o fim do mundo está próximo.

22-22

[...] Segundo **estudiosos o mundo deve acabar** na data prevista anteriormente, porque nesse mesmo dia se encerra o calendário Maia, um dos povos mais sábios que habitaram a Terra. [...] Depois de muitos estudos realizados, por **estudiosos em astrologia**, astronomia e religião, nos fazem **crer** que realmente **o fim está** próximo. [...]

Ao enunciar, o sujeito 22-22 atribui sua crença nos discursos sobre o fim do mundo aos discursos de estudiosos, sejam eles de FDs do discurso religioso cristão católico e ou das FDs das profecias religiosas. Não fazendo distinção entre as FDS, refere-se tanto a uma FD quanto à outra como se fossem todos estudiosos, indistintamente, e ao denominá-los como estudiosos insere uma conotação de que todos são dignos de credibilidade. Fazendo parte de FDs diferentes, esses enunciados, ao discorrerem sobre as profecias de fim de mundo filiam-se a outra FD sobre a crença na profecia e ou na previsão de um fim próximo.

Ao lermos o enunciado: “Depois de muitos estudos realizados, por estudiosos em astrologia, astronomia e religião, nos fazem crer que realmente o fim está próximo”. - observamos a oposição entre o que é enunciado fazendo parte da FD do discurso católico cristão e entre outros discursos, profecias e ou previsões sobre o fim do mundo. Entendemos “profecia” como termo que se refere ao campo semântico religioso e “previsão” fazendo parte do campo semântico da ciência.

O discurso da astrologia e astronomia pertencem à FD da ciência, no nosso caso sobre as previsões em relação ao fim do mundo; já o discurso religioso pertence à FD da religião sobre as profecias do fim do mundo. E é valendo-se desse entrecruzamento de FDs, sem distingui-las, mas tomando-as como um discurso de estudiosos, portanto de autoridade, que o enunciador 22-22 adere à FD da crença no discurso da ciência sobre o fim do mundo. Esse enunciado “Depois de muitos estudos realizados, por **estudiosos em astrologia**, astronomia e religião, nos fazem **crer** que realmente **o fim está** próximo. [...]” ocorre a partir da retomada que o candidato faz dos enunciados presentes na coletânea no texto 4:

Texto 4 (...) O rol de tragédias identificadas com a data está escrito em profecias das mais variadas culturas: oráculos romanos e gregos, o calendário maia, textos de Nostradamus, a *Bíblia*, o I Ching e até um programa de computador que filtra a internet atrás de tendências de comportamento. É assim, misturando realidade com ficção e ciência com religião, que se criou a mais nova profecia para o fim do planeta. (...)

Observamos que o enunciador da coletânea distingue as FDs quando afirma que é “misturando ciência com religião, que se criou a mais nova profecia para o fim do planeta.” Reconhece que as FDs valem -se de teorias similares sobre o fim do mundo, porém cada uma fala de um lugar diferente, a religião para controlar, como sabemos, sempre atemorizou os cristãos com discursos de ameaças contra aqueles que não seguissem os seus ditames.

Já no discurso do candidato 22-22, observamos que tanto a religião quanto à ciência estão certas sobre o que dizem acerca do fim do mundo, para o candidato, não há como questioná-los, são discursos que, ao longo da história, foram se sedimentando e que tomaram um valor de verdade inquestionável.

Ao retomar o que é dito na coletânea, e jogar com enunciados das FDs da ciência e da religião, o candidato reafirma que é nessa associação entre esses discursos que se criou a nova profecia para o fim do planeta. No excerto da coletânea, como vimos, a voz que fala distingue as FDs, religião e ciência, ao contrário da voz que fala do lugar do candidato 22-22 que não o faz. Para ele, são todos discursos de estudiosos e isso é o que o faz crer nos dizeres sobre o fim do mundo, pois reconhece o lugar social tanto da religião quanto da ciência, são lugares de onde falam pessoas que têm autoridade, estudaram para dizer o que dizem, portanto, não podem ser questionados. Esse jogo discursivo nos remete a afirmação sobre enunciado de Foucault (2009, p.165),

[n]ão se deve mais procurar o ponto de origem absoluta, ou de revolução total, a partir do qual tudo se organiza, tudo se torna possível e necessário, tudo se extingue para recomeçar.[...] Quando um enunciado se instaura não implica dizer que as pessoas vão dizer e pensar a mesma coisa, ao contrário, as homogeneidades e heterogeneidades enunciativas se entrecruzam com continuidades e mudanças linguísticas identidades e diferenças lógicas sem que umas e outras caminhem no mesmo ritmo ou se denominem necessariamente.

Assim, o enunciador 22-22 sabe que esses discursos são ditos há séculos, mas não reconhece exatamente sua origem. Do mesmo modo seu discurso se rompe entrecruzando FDs que estão dispersas.

Como a banca, ao selecionar os textos, o faz segundo seu crivo sobre os discursos presentes na sociedade a respeito do fim do mundo, neste excerto, o que o candidato diz sobre os discursos científicos e religiosos entrecruzam-se.

Para o candidato 22-22, o que é dito por estudiosos, independentemente de qual segmento, e sem que isso implique uma incoerência discursiva, ao contrário,

mostra que essa heterogeneidade discursiva é possível, uma vez que para ele são todos discursos enunciados por autoridades, sejam da religião, da astronomia e ou astrologia e, desse modo, é possível acreditar nesses discursos porque historicamente essas FDs conquistaram a credibilidade da população, seu discurso é enunciado como verdadeiro, não são passíveis de questionamentos, ao contrário, quando uma afirmação é dita por um estudioso seja ele da religião, da ciência, da astrologia e ou astronomia, deve-se acreditar.

O que é dito na coletânea - texto 1 - sobre as causas do pânico como a gripe suína e a crise econômica não são suficientes para que o candidato 110-8 acredite no que a coletânea diz sobre o provável fim do mundo. Ao contrário do candidato – 22- 22, esse candidato 110-8 não crê nos discursos sobre o fim do mundo.

110-8

As provas de que o fim do mundo está próximo, as quais se refere em seu artigo da revista Istoé de maio deste ano, são **fundamentadas em especulações de uma sociedade alienada**. [...] **A crise econômica ou a gripe suína não são provas de como a crise de 29 ou a gripe espanhola dos séculos XIX e XX e o mundo ainda não teve seu fim**, como foi cogitado no início deste século. A nova produção milionária de Hollywood assim como o aquecimento global **usam da política do medo** para transmitirem **suas mensagens e fazerem sucesso**. [...] Neste aspecto de **nossa realidade** só nos resta **sair da caverna e vencer o pânico que nos é imposto**.

O enunciador 110-8 dialoga com o enunciado do texto 1 :

Texto1- [...] Um exemplo vívido – e que oferece paralelos desconfortáveis com relação à situação presente – é o pânico financeiro que tomou os EUA em 1873. A crise surgiu depois de um surto de gripe equina e do colapso de um grande banco (o Jay Cooke & Co.) e resultou em uma depressão econômica que durou alguns anos. [...]

Ao elaborar seu texto, o enunciador 110-8 defende a ideia de que “os discursos são especulações”, portanto passíveis de serem questionados. Para ele, são especulações que emergem em função de uma sociedade alienada, pois, em outras épocas, houve epidemias e crises financeiras e ainda assim o mundo não acabou o que reforça a conclusão de que o mundo não irá acabar em 2012.

O candidato 110-8 entrecruza os enunciados pertencentes à FDs diversas como as de âmbito econômico: “a crise econômica”, epidemias: “gripe suína”, aquecimento global e cinematográfico: “A nova produção milionária de Hollywood

assim como o aquecimento global usam da política do medo para transmitirem suas mensagens e fazerem sucesso.” E, assim, relacionando um enunciado ao outro, chama atenção para que a sociedade reaja a especulações sem fundamentação convincente. Novamente, observamos que, ao se instaurar um enunciado criam-se outras possibilidades de enunciação e o falante pode dizer novamente algo anterior ou não. Surgem, então, as homogeneidades em jogo com as heterogeneidades enunciativas e elas se entrecruzam com continuidades e mudanças linguísticas, identidades e diferenças lógicas. (FOUCAULT, 2009, p.165).

O discurso do candidato 110-8 está constituído de dizeres de FDs diversas, da ciência, da arte, da economia, mas quando ditos entrecruzados concorrem para defender a tese de que ele não acredita nos discursos sobre o fim do mundo, seja ele científico ou religioso, seja ele midiático. Ao retomar os discursos presentes na coletânea o faz para desconstruir o discurso da crença do que é dito sobre o fim do mundo. Para ele, o discurso catastrófico é apenas para que alguns sujeitos especulem e tirem proveito próprio: “[...] usam da política do medo para transmitirem suas mensagens e fazerem sucesso [...]”. Portanto, para o candidato, o pânico é uma estratégia proposital para controlar a sociedade pelo medo e tirar alguma vantagem com isso, seja financeira, seja ideológica. Temos uma perspectiva discursiva diferente das fornecidas pela coletânea.

O enunciador 106 -22, como pode ser visto no excerto a seguir:

106-22

Resumidamente falando, deixar ser levado pelos chamados pânicos **coletivos é uma forma de limitar a visão** para perceber a realidade tal qual ela é. **Medos, catástrofes** existem, existiram e continuarão juntamente com a humanidade. O que resta é não permitir que eles sejam um instrumento **limitativo**.

usa os mesmos enunciados para afirmar o contrário do candidato 197-28 este vale-se dos enunciados sobre as catástrofes, inundações, aquecimento global como argumentos para sustentar sua crença nos discursos das profecias e previsões. Para ele, as catástrofes, os medos são provas de que o fim do mundo está próximo. Enquanto para 106-22, o fato de “as catástrofes e medos sempre existiram e continuarão existindo e por isso esses fenômenos não são suficientes para fundamentar a tese de que o fim do mundo está próximo.”

O que foi dito, na coletânea, sobre o fim do mundo estar próximo, e que é preciso mudar a relação o homem com o meio ambiente para evitar catástrofes e o fim do mundo, ao serem ditos no texto do candidato no momento da prova, cria um efeito de sentido contrário, esses dizeres filiam-se às FDs da dúvida sobre o discurso das previsões.

Se as catástrofes já aconteceram, segundo esse candidato, “é sinal de que fazem parte do processo da natureza, podem acontecer outras vezes”, independentemente do que afirme a ciência ou a religião. As catástrofes são fatos naturais e não da relação do homem com natureza. Temos novamente uma perspectiva diferente daquelas fornecidas pela coletânea. Desta feita, a coletânea não só abre direcionamentos, mas também deixa em aberto outras perspectivas discursivas que o candidato 110-8 queira acionar a partir de seu conhecimento de mundo.

Vemos que o sentido da palavra não está em si mesma, mas no uso que o falante faz dela em relação àquilo que já foi dito por outra pessoa em outro lugar, em outro momento. Ao se valer desses dizeres, assim como já foi feito na coletânea, esse candidato joga com a dúvida em relação ao discurso da religião e ao da ciência. Crê na força da natureza, mas desconfia de que os fatos catastróficos possam ser efeito do poder divino ou consequência do descontrole humano como apregoa a ciência.

Outros enunciados sobre o discurso da ciência se apresentam nos textos dos candidatos, como na prova do candidato o 105-21, para filiar-se às FDs sobre o pânico ser uma estratégia para promover a qualidade de vida. Para isso, o candidato afirma:

105 -21

O **medo é uma das emoções primárias mais incríveis** que possuímos permitindo que nos **avise** de **algum perigo** que nos cerca. Levando-nos a lidar com **novas assombrações, fictícias ou não**, e permitir com a pessoa aprenda e madureça. Além de permitir a própria **sobrevivência**. [...] o “pânico moral” realiza, por meio do medo, a **tentativa de “encaminhar”** a sociedade para **caminhos mais eticamente corretos**.

Vale-se dos dizeres da psicóloga italiana, presente no texto 7 da coletânea, por meio de uma paráfrase e reforça que o pânico é uma estratégia para promover a qualidade de vida.

Texto 7: O medo, assim como outras emoções primárias, está inscrito no código genético de muitos seres vivos, inclusive no dos humanos. Sua função é “avisar” o organismo dos perigos. Em geral, portanto, o medo é benéfico – somente quando é excessivo (em casos patológicos de pânico, fobia) pode ser prejudicial. [...]

Lidar com nossas assombrações – sejam elas concretas ou fictícias – é um processo de aprendizagem, que implica a aquisição de autonomia e amadurecimento, construídos no contrato com o outro.

seja, continuar a viver ou a existir. Acredita que é preciso que haja a possibilidade de um amadurecimento da população ao lidar com o medo e isso possa tornar a sociedade mais ética.

Quando esse sujeito enuncia, carrega consigo marcas discursivas do social, do ideológico, do histórico e parece ter a ilusão de ser a fonte de sentido. Atua como uma forma-sujeito que, segundo Pêcheux (1997), é o preenchimento desse lugar de sujeito, pois o que ele diz apresenta o saber da formação discursiva sobre os benefícios do medo, FD da ciência, ou seja, se inscreve na FD à qual ele se filia e o constitui enquanto sujeito do discurso.

Seu discurso se constrói a partir de dizeres anteriores, o que foi dito pela psicóloga sobre o medo e por isso esse interdiscurso designa o espaço discursivo ideológico onde se desdobram as FDs da ciência e da mídia em função das relações de dominação, subordinação e contradição que essas FDs estabelecem com outras FDs.

E como efeito, quando 105-21 adere a essa ou àquela FD, num misto de discursos, a relação de sentidos vai se construindo, fazendo parte da prática discursiva. O que o candidato diz tem relação com outros dizeres, mostrando-nos que todo dizer é aberto a relações históricas de sentido.

O efeito de sentido é diferente quando o dizer sobre o medo é enunciado pela psicóloga, quando publicado na Folha, quando lido no momento da prova em relação com os outros textos da coletânea, quando dito pelo candidato em seu texto e quando lido pela banca para ser avaliado.

No trecho a seguir, o candidato 159-1 afirma que o objetivo do pânico moral é a *proteção* do meio ambiente. Proteger pode significar amparar, auxiliar ou até mesmo socorrer e o uso dessa expressão no contexto deixa perpassar a ideia de que o candidato reconhece que o pânico tem a função de promover a qualidade de vida. É uma visão positiva a respeito do pânico

159- 1

[...] Hoje a principal utilização do **pânico moral** é para a **proteção do meio ambiente**. [...] É **praticamente impossível** assistir a um telejornal sem ver notícias sobre o **aquecimento global**. Mas isso **não quer dizer que seja algo ruim**, pois essa é uma das maneiras de se **evitar a destruição do planeta**, pois hoje as indústrias se preocupam com o meio ambiente, em grande parte pelas **ideias e cobranças da mídia**. [...]

O candidato 159-1 filia-se a outra FD, ao se referir ao papel da mídia em noticiar as matérias sobre o aquecimento global, dialoga com os seguintes discursos da coletânea,

Excerto 1, “ **Os meios de comunicação têm um papel importante a desempenhar** quanto a isso.”

Excerto 2: “mensagens indutoras do pânico moral podem **ser disseminadas pela mídia**, tendo sua origem em indivíduos ou grupos interessados em [...]”.

Excerto 4: “A tese catastrofista se espalha e avoluma, **incendiada pela internet**, e há quem acredite piamente que até 2012 o mundo irá, mas de lá não passará.”

O enunciador 159-1 destaca o discurso sobre o importante papel da mídia em relação à difusão do pânico ao afirmar que é “praticamente e impossível assistir a um telejornal sem ver notícia sobre o aquecimento global”. As expressões “praticamente e impossível” deixam entrever que o autor reconhece a importância dos meios de comunicação na difusão de informações. Esses veículos de comunicação estão sempre informando e chamando a atenção para as causas do aquecimento global. Essa afirmação pode conotar, também, a ideia de que a mídia exagera. E exagero pode significar algo negativo, que ultrapassa os limites. O uso do operador argumentativo “mas” introduz um contra-argumento num jogo de antecipação acerca de o que vai pensar o leitor: “mas isso não quer dizer que seja algo ruim”.

Ao introduzir esse enunciado, através desse operador, estabelece-se uma oposição entre aquilo que é dito sobre ser bom e sobre ser ruim. Deixa entrever que para algumas pessoas a repetição insistente de notícias pode ser ruim. Entretanto, o autor reconhece que a recorrência é necessária, pois é um modo de alertar a população sobre o fim do mundo. Aquilo que é repetitivo ao enunciar as notícias não é necessariamente negativo, porque inova os acontecimentos. Conforme nos afirma Foucault (2002, p.26) “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento sua volta”.

Nesse caso, 159-1 se posiciona, reconhece o quanto a mídia é repetitiva quando retoma o que é dito na coletânea “mensagens indutoras de pânico moral podem ser disseminadas pela mídia”. Mas reconhece que existem discursos afirmando a negatividade da repetição, “grupos interessados em mudar normas coletivas [...] mesmo sob um clima de medo coletivo e perplexidade”, mas, ainda que negativo 159-1 acredita que “essa é um das maneiras de se *evitar a destruição do planeta*.”

Essa afirmação pode ainda estabelecer relação com o enunciado do texto 3 da coletânea texto 3 sobre o fato de “a discussão estar um pouco atrasada, mas é saudável e muito salutar”. Destarte, joga com a oposição entre “proteger” e “destruir”. O pânico atua, no sentido de preservar, mas proteger significa evitar a “destruição do planeta”.

Observamos que o candidato 159-1 ao afirmar que “É praticamente impossível assistir a um telejornal sem ver notícias sobre o aquecimento global” estabelece relação com a FD do discurso da mídia sobre o fim do mundo e com relação à FD sobre o modo de a mídia difundir as notícias sobre o fim do mundo e sobre a FD das pessoas considerarem a repetição de notícias algo negativo, (BRAIT, 2002). Entrelaça esses discursos para defender sua tese de que “a principal utilização do pânico moral é para proteção do meio ambiente”.

A seguir, analisamos enunciados que se filiam às FDs sobre a crença no discurso da mídia.

4.3 Crença no discurso da mídia:

Sabemos que a mídia nas últimas décadas tem atingido um poder de influência sem dimensão. Para Guareschi (2005, p. 9), “a mídia é o quarto poder”, e, desse modo, tem um papel importante na criação de imagens e na configuração de um ambiente que imprime nas pessoas a necessidade de se pensar sobre algo, ou seja, não o que pensar, mas sobre o que pensar. Ela pode, portanto, na maior parte do tempo, não ter êxito em determinar o que pensar, mas tem êxito em dizer sobre o que pensar.

A mídia, ao pautar os assuntos da esfera social, atinge uma influência tal que consegue fazer com que a intensidade da cobertura de um fato corresponda a sua relevância para o público. Essa correspondência, podemos observar, se evidencia na escolha do tema da prova que estamos analisando, na escolha dos textos da coletânea e ainda na escolha que os

candidatos fazem dos enunciados presentes na coletânea sobre a crença ou a dúvida no papel da mídia. Vejamos:

O autor 106-22 reconhece a importância dos meios de comunicação têm um papel importante em relação à orientação a ser dada à população sobre certas situações.

106-22

[...] Como afirmado nessa mesma reportagem, **os meios de comunicação têm um papel muito importante no que diz respeito** à orientação quanto como **reagir diante de situações extremas**. Contudo, **têm sido estes os veículos da disseminação do descontrole. cardápio é farto**: desde filmes, inclusive aquele que anuncia o fim do mundo para daqui a dois anos, à informações precipitadas sobre doenças emergentes.

O candidato 106-22 não demonstra crença nos discursos da mídia sobre o fim do mundo. Acredita, sim, que a mídia ao difundir matérias sobre surtos de doenças, previsões e profecias sobre o fim do mundo, inclusive filmes, ela atua na tentativa de controlar a sociedade e promover a qualidade de vida, o que gera um descontrole social.

Para desenvolver seu texto, esse candidato retoma enunciados presentes no texto 1 da coletânea

Texto 1- [...] Os meios de comunicação têm papel importante a desempenhar quanto a isso.

e, ao fazê-lo, reconhece a importância da mídia em orientar a população em situações de pânico, segundo o candidato 106-22, situações extremas, são situações que podem causar pânico. Todavia, reconhece também que, ao pressupor, está orientando a população e promovendo a qualidade de vida, o modo como a mídia o faz, termina disseminando o descontrole.

Esse candidato, ao estabelecer a relação entre controle e descontrole, demonstra sua compreensão sobre o tema “promover a qualidade de vida ou controlar a sociedade pelo medo”, o controle pelo medo para o candidato é uma forma de descontrole. Nas palavras de Bakhtin (2003, p. 132), “compreender é opor à palavra a contrapalavra. Não há sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal”. Para o candidato controlar pode significar descontrole, o excesso de informação pode provocar o pânico e com isso provocar o descontrole.

A prova de Redação prevê essa atitude responsiva quando propõe, no tema, as duas possibilidades: controlar e ou promover a qualidade de vida, e esse candidato a compreende. O enunciador 106-22 exclui de sua leitura a coexistência das duas possibilidades. Para ele, a importância da mídia não coexiste com o excesso de informações “precipitadas”.

No enunciado a seguir, o candidato 110-8 também se filia à FD da crença de que o pânico controla a sociedade pelo medo. No entanto, interliga essa relação de controle ao fato de a sociedade ser alienada. Ou seja, uma sociedade que não conhece os fatores sociais, políticos e culturais que a condicionam só pode agir do modo como age. Para ele, a responsabilidade é da população, ela é que não se deve deixar levar pelos chamados pânicos coletivos.

110-8

[...] Neste contexto a população mundial, atualmente, é **alienada e massificada, movida pelo medo social**. [...]

Nesse sentido, o candidato 110-8 reconhece o poder da mídia em controlar o leitor e se coloca fora dessa parcela da população. Não se vê como alienado e com medo, pois se posiciona como um questionador do que é dito pela mídia. Destarte, retoma o que é dito na coletânea, nos textos 1 e 2, sobre o poder da mídia para influenciar a população e promover o pânico e estabelece o raciocínio de que há indivíduos ou grupos interessados em compelir os demais sob clima de medo e perplexidade.

Texto 1 - [...] Os meios de comunicação têm papel importante a desempenhar quanto a isso. [...]

Texto 2- [...] Mensagens indutoras de pânico moral podem ser disseminadas pela mídia, tendo sua origem em indivíduos ou grupos interessados em mudar normas coletivas ou práticas sociais, estando para tanto dispostos a compelir os demais a aceitarem tais mudanças, mesmo sob um clima de medo coletivo e perplexidade.

se ela refletisse e tivesse mais conhecimento de sua história, buscaria se informar mais sobre esse tipo de cerceamento. Reconhece que a sociedade alienada é uma sociedade paralisada, conduzida pelo medo – “movida pelo medo social” - incapaz de questionar o que dizem sobre as ameaças do fim do mundo.

Ao retomar outro enunciado do texto 2,

Texto 2 - A consciência crítica da nação, ao contrário, deve examinar cuidadosamente o mérito dessas postulações indutoras de mais um tipo de pânico.

o candidato 110-8 cria um outro efeito de sentido sobre a importância da mídia. Na sua compreensão, ao contrário do candidato 106-22, o pânico ocorre não porque a mídia difunde informações precipitadas, mas porque a população é alienada, mal informada. E, assim, filia-se à FD sobre o fato de que é a população que não tem discernimento, opondo-se à FD sobre a importância da mídia ao disseminar informações e provocar o pânico. Ou seja, de acordo com o candidato 110-8, somente uma sociedade crítica, informada, não permite que o pânico aconteça. E, desse modo, adere a FD de que o pânico é para controlar a sociedade pelo medo.

Lembramos das palavras de Foucault (2002, p.37)

[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala.

ao enunciar, o sujeito fala sem considerar qualquer tipo de restrição, o que está dito na coletânea está a sua disposição para elaborar e criar o discurso que lhe seja pertinente. Se, na coletânea, os enunciados, em sua maioria, atribuem à mídia a responsabilidade de promover o pânico, para esse autor 110-8, o que provoca o pânico é a falta de senso crítico da população.

Observamos que da ordem do discurso da coletânea, seja do lugar da banca, seja do lugar dos enunciadores dos discursos ali presentes e da relação entre esses discursos, são regiões abertas a cada sujeito que dele, do discurso, se vale.

O autor 174-25 também acredita que o pânico é uma estratégia eficiente de limitar a sociedade pelo medo.

174- 25

Conclui que o **pânico moral é uma forma extremamente eficiente de limitar a liberdade da população pelo medo.**

Me causa grande indignação saber que existem pessoas que defendem este fenômeno e o consideram uma **estratégia para promover a qualidade de**

vida. Reconheço que seria uma tática eficaz de melhorar o que está errado se vivêssemos em país honesto e socialmente consciente, mas a realidade brasileira é diferente.

[...] **A população deveria analisar cuidadosamente a veracidade e o mérito que as informações prepursoras de um pânico moral deve receber**, para evitar grande estresse com coisas pequenas e tirar do escuro assuntos mais importantes.[...]

O **pânico moral torna-se a venda de olhas perfeita** quando bem **manipulado**, pois toda a população fica tão desesperada com uma nova gripe que matou menos que a dengue, todos estão tão apavorados que se esquecem da corrupção dos políticos. **Esse é o poder da mídia e a ignorância do povo.**

Para construir seu raciocínio, 174-25 dialoga com a FD do tema sobre o pânico moral ser para controlar a sociedade pelo medo. O candidato usa, no lugar do verbo “controlar”, o verbo “limitar”. “Controlar” significa restringir, ficar sob vigilância, de algum modo dominar, estar no domínio. “Limitar” também está no âmbito de restringir, aquilo que não se pode ultrapassar, o que significa que para o candidato, o pânico promove o controle, limita a liberdade das pessoas.

Além de se filiar à FDs de que o pânico serve para limitar a sociedade pelo medo, o enunciador 174-25 se diz indignado em saber “que existem pessoas que defendem este fenômeno e o consideram uma estratégia para promover a qualidade de vida”. Dialogando com os enunciados presentes no texto 2 da coletânea:

Texto 2- [...] Mensagens indutoras de pânico moral podem ser disseminadas pela mídia, tendo sua origem em indivíduos ou grupos interessados em mudar normas coletivas ou práticas sociais, estando para tanto dispostos a compelir os demais a aceitarem tais mudanças, mesmo sob um clima de medo coletivo e perplexidade. [...]

Mas, vejamos. A indignação desse enunciador 174-25 não é atribuída exatamente à estratégia, e sim ao fato de o Brasil não ser um país honesto e socialmente consciente. Filiando-se, assim, às FDs que dizem respeito ao país ser honesto e opondo-as às FDs sobre a as pessoas serem conscientes. Deixa perpassar a ideia de que, se a sociedade fosse consciente a desonestidade não imperaria e, assim, as informações difundidas pela mídia seriam confiáveis. Ao estabelecer a relação entre desonestidade e consciência, o enunciador extrapola os discursos presentes na coletânea, vai além da expectativa da banca. Para a banca, existem algumas leituras possíveis e prováveis e quando o candidato vai além do que a banca espera dessas leituras prováveis, há uma extrapolação.

Essa relação nos remete ao que os PCNs nos traz como concepção de leitor competente: “O leitor competente é capaz de ler as entrelinhas, identificando, a partir do que está escrito, elementos implícitos, estabelecendo relações entre o texto e seus conhecimentos prévios ou entre o texto e outros textos já lidos. (PCN, p.70)

Em nenhum lugar da coletânea está dito que as pessoas são desonestas, mas se diz que há “pessoas ou grupos interessados em mudar normas coletivas ou práticas sociais, estando para tanto dispostos a compelir os demais a aceitarem tais mudanças”. O candidato 174-25 estabelece relação entre esse dizer e o que ele pode significar. Há a coerção porque, nas palavras do candidato, as pessoas são desonestas, estão pensando somente nos seus interesses e não nos interesses da população. Destarte, ao jogar com esses enunciados estabelece relação com conhecimentos prévios, com outras informações exteriores à coletânea.

Reforça a afirmação presente no texto 1 da coletânea

Texto 1 [...] Os meios de comunicação têm papel importante a desempenhar quanto a isso.

Ao se valer do enunciado “esse é o poder da mídia e a ignorância do povo”, acrescenta à FD da crença de que a mídia tem um importante papel na divulgação do pânico moral.

Ao fazer a oposição entre os enunciados: país honesto, sociedade consciente versus poder da mídia e ignorância do povo, filia-se à FD da importância da mídia, mas afirma que esse poder existe porque o país não é honesto e a sociedade é ignorante. Uma sociedade ignorante não vê o que realmente acontece, por isso, o candidato afirma que “o pânico moral torna-se a venda de olhos perfeita quando bem manipulado”. Destarte, reforça que não acredita ser esta uma estratégia para promoção da qualidade de vida e, sim, para controlar a sociedade e isso acontece porque a sociedade não é consciente, se fosse o pânico não aconteceria.

O enunciador afirma isso quando retoma o enunciado do texto 2

Texto 2,- [...] A consciência crítica da nação, ao contrário, deve examinar cuidadosamente o mérito dessas postulações indutoras de mais um tipo de pânico. [...]

ao enunciar que “A população deveria analisar cuidadosamente a veracidade e o mérito que as informações prepursoras (sic) de um pânico moral deve receber”.

Esse entrecruzamento de FDs e enunciados dispersos nos lembram as palavras de Foucault (2009, p. 132) sobre Formação Discursiva

[a] formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, uma vez que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência.

Ao enunciar, o autor 174-25 vai entrecruzando enunciados que fazem parte de FDs dispersas para filiar-se a FD de que a mídia promove o pânico. Por isso, tem um importante papel quanto a isso e o controle ocorre porque a sociedade é alienada.

Para sua defesa, vale-se de enunciados da coletânea e entrecruzando-os, dando a eles outro efeito de sentido cria seu discurso. FDs sobre o pânico ser para controlar a sociedade pelo medo. Observamos que o autor praticamente faz uma paráfrase do que está dito no tema da prova: “o pânico moral é uma estratégia para controlar a sociedade pelo medo”, quando afirma que “o pânico moral causa medo e que ele diminui nossa liberdade”.

Para esse candidato 174-25, as consequências do pânico são um problema, o pânico provoca medo e o medo diminui a liberdade das pessoas. Ao fazer essa leitura, vai além dos discursos apresentados na coletânea e, conseqüentemente, da discussão que ela propõe. Extrapola e discute primordialmente a descrença em relação à mídia, mas há uma digressão em relação ao tema base sobre a crença na religião ou na ciência.

A seguir, temos enunciados que também se filiam a FD do poder da mídia em difundir informações que promovam o pânico, mas que se contrapõe à FD de que seja também para controlar e não promover a qualidade de vida.

159-27

[...] estou aqui para apresentar as consequências e os riscos do pânico moral. Não é de hoje que temos esse problema, são **muitos alertas** e artigos querendo **limitar nossa liberdade de escolha através do medo**. [...] Muitos tentam controlar a população através **do pânico moral, causando medo, o que diminui a nossa liberdade**.

O candidato 159-27 direciona sua linha de raciocínio dialogando com a proposta da carta de discutir as consequências do pânico moral ser uma estratégia para promover a qualidade de vida ou controlar a sociedade pelo medo.

Para ele, “o pânico é uma forma de limitar a liberdade, através do medo”. Jogando com os termos “alertas”, “limitar e controlar”. Ao usar o termo “alerta” não o reconhece como sendo uma atitude positiva de proteção, mas sim uma atitude negativa, que limita e diminui a liberdade das pessoas. Do mesmo modo, “limitar e controlar” são termos que denotam nesse contexto um sentido negativo, de restringir a liberdade das pessoas. Esse enunciador 159-27 reconhece que o pânico e sua difusão são o problema e não as causas do pânico.

Vemos que “os discursos são práticas descontínuas, que se cruzam, por vezes, mas também se ignoram ou se excluem.” (FOUCAULT, 2002, p.52)

O candidato 105-13 afirma que as reportagens sobre o aquecimento global provocam pânico nas pessoas.

105 – 13

Quando vemos **reportagens alarmantes** sobre **o aquecimento global** que dizem que a temperatura média da Terra aumentará até 8°C em menos de um século, **ficamos desesperados em busca de alguma solução de uma pequena ajuda**. Mas creio que seja **exagero da mídia** e dos governos ao dar esse e outros tipos de notícias, **somente para controlar** as pessoas através do medo. Que é justamente o chamado pânico moral. **Usado como forma de mudar comportamentos sociais ou normas coletivas**.

[...] O fato é que **nem tudo o que vemos e ouvimos dos meios de comunicação é a pura verdade**. Certos **ocorridos mundiais são “aumentados” ou até mesmo inventados** para nós fiquemos atordoados e, sem percebermos, atendamos às vontades dos grupos responsáveis pelas mensagens. [...] **Não podemos acreditar que a verdade venha-nos facilmente pela TV ou jornal, porque não vem**. Devemos **analisar criticamente** as informações que recebemos para termos uma melhor visão do mundo em que vivemos.

Ao afirmar que “ao ouvir reportagens alarmantes sobre o aquecimento global, (...) ficamos desesperados em busca de solução de uma pequena ajuda”, o sujeito 105-13 retoma o que é dito no texto 3 da coletânea:

Texto 3 – [...] o Centro Hadley, no Reino Unido, com base em estudos sobre clima, previu aumento de temperatura de até 8 °C. Mas não em um século, e sim em 50 anos. [...]

No primeiro momento, o candidato usa a primeira pessoa do plural, deixando entrever que a mídia atinge o objetivo de promover o pânico para que as pessoas mudem suas atitudes. Em seguida, vale-se de enunciados que se opõem a essa FD, pois diz na primeira pessoa do singular que “creio que seja exagero da mídia e dos governos ao dar esse e outros tipos de notícias, somente para controlar as pessoas através do medo. Que é justamente o chamado pânico moral.”

Ao jogar com essas oposições, primeira pessoa do plural e primeira do singular e com termos “desesperados e ajuda”, cria o sentido de que num primeiro momento, quando uso o pronome nós, o enunciador inclui a sua reação diante das informações e a reação de outras pessoas, ao usar o verbo crer na primeira pessoa do singular “creio” exclui a conclusão de outras pessoas e a toma para si, é ele quem crê que o discurso é para controlar.

O enunciador 105-13 não crê que as informações sejam para promover a qualidade, o que pode significar que outras pessoas creiam. Reforça sua crença, filiando-se a FD de que o pânico é para controlar a sociedade pelo medo ao afirmar que “O fato é que nem tudo o que vemos e ouvimos dos meios de comunicação é a pura verdade. Certos ocorridos mundiais são “aumentados” ou até mesmo inventados para que nós fiquemos atordoados e, sem percebermos, atendamos às vontades dos grupos responsáveis pelas mensagens” e filia-se à FD de que o pânico é uma estratégia para controlar a sociedade pelo medo.

Nos enunciados a seguir, observamos que mais um candidato, o de número 174-6, filia-se à temática o pânico promove a qualidade de vida.

174 – 6

[...] os meios de comunicação alertam sobre o perigo do aquecimento global. Apesar de todo barulho feito por esses meios, medidas insignificantes foram tomadas [...] enquanto calotas polares se desmancham. Os meios de comunicação vêm tentando causar um pânico moral na população e caso este ato não obtenha resultado nós veremos muitas cidades serem alagadas pelos oceanos, como já acontece. [...] Algumas pessoas podem ver o pânico moral como forma de limitar a liberdade usando o medo como artifício, mas, caso a situação de pouca importância com o clima não mude, o real medo virá quando não houver mais nenhuma providência a ser tomada. O pânico moral se tornou objeto de salvação.

Para defender seu ponto de vista, retoma os enunciados presentes do excerto três onde há a afirmação de que

Texto 3 - a discussão pode estar algo atrasada, mas é saudável e instrutiva”, ao enunciar que “os meios de comunicação **alertam** sobre o perigo do aquecimento global.

O uso do verbo “alertar” carrega um sentido positivo de cuidar, avisar. Filiando-se a FDs que acreditam na importância da mídia na difusão dos perigos do aquecimento global e sua repercussão na promoção da qualidade de vida.

Em seguida, ao afirmar que “os meios de comunicação vem tentando causar um pânico moral”, e usar o verbo “tentar”, o produtor do texto 174-6 deixa entrever possibilidades de leituras. Dentre elas, a de que pode não acontecer o resultado esperado, as pessoas podem não entrar em pânico, podem não levar a sério o que os meios de comunicação divulgam. Caso isso aconteça, o pânico não atinja seu objetivo: “alertar as pessoas sobre o perigo do fim do aquecimento global” “o resultado será cidades alagadas pelos oceanos, como já vimos”.

Ao enunciar sobre as consequências, o sujeito 174-6 se apropria do que já foi dito antes seja imagens divulgadas pela mídia seja na televisão, no jornal impresso, seja através do cartaz do filme hollywoodiano 2012 sobre o fim do mundo presente na coletânea. Ao se apropriar, faz desses já ditos objetos de seu discurso, usando também as articulações entre eles. Aquilo que é dito sobre a voz da ciência e da religião no discurso da mídia e da arte. Os sentidos, no interior das FDs sobre a crença e a dúvida no discurso da mídia, dependem, evidentemente, do interdiscurso que estabelece com outras FDs.

Esse uso regular dos discursos nos remete ao princípio da regularidade. Segundo Foucault, (2002, p. 53) “deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade.”

E, desse modo, a relação estabelecida entre os enunciados cria um efeito de sentido de que a voz que fala acredita que o pânico promove a qualidade de vida, tem o objetivo de salvar o planeta, acredita no discurso da mídia e das previsões, mas, em contrapartida, reconhece que há pessoas que não acreditam no discurso da mídia, nem das previsões, e se elas não acreditam e não seguem que a mídia determina o resultado pode ser catastrófico: o fim do mundo.

São vozes que refletem ecos de enunciados indissolúveis que se repetem ao longo do tempo. Sempre há quem acredita no discurso e há sempre quem duvida. E o candidato vale-se desse discurso para afirmar que, se não acreditarem, o resultado

pode ser catastrófico. É a fala de um sujeito histórico social que circula entre discursos e faz circular discursos.

Enquanto o candidato anterior 174-6 se filiou a FD da ciência sobre o aquecimento global, para enunciar sobre o pânico promover a qualidade de vida o candidato 197-28 filia-se as FDs da ciência sobre o pânico limitar as pessoas.

197-28

Sua última publicação se referia ao chamado pânico moral – também chamado de “pânico coletivo” – onde você se definia apenas como “... **forma de limitar as pessoas pelo medo, através da mídia...**” É fato que a mídia, desde seu surgimento, até os dias de hoje vem, cada vez mais, tentando **manipular** dimensões como padrões de beleza, felicidade, etc, porém, no que se refere ao pânico urbano e mundial, esta assume **papel único de alertar e disseminar** ideias **necessárias para a sobrevivência da humanidade**. [...]

Para elaborar sua linha argumentativa, o candidato 197-28, retoma o enunciado da coletânea em que fala sobre o pânico ser uma forma de limitar as pessoas, mas, ao retomar a fala e discorrer sobre a mídia, ele não usa o a expressão, ele usa o termo manipular.

Manipular não apresenta a mesma significação de limitar. Limitar significa determinar limites, estabelecer que algo não pode ser ultrapassado. O limite seria usar o pânico para promover a qualidade de vida, dizer à sociedade que não se deve fazer isso ou aquilo. Opondo-se a essa ideia, o enunciador usa a expressão manipular. Essa expressão pode significar uma influência no indivíduo, para que ele se comporte de uma dada maneira a fim de servir a interesses alheios e não os próprios.

Ao jogar com essas expressões, deixa perpassar a ideia de que a mídia, ao difundir as informações, favorece pessoas que não estejam necessariamente interessada em promover o bem-estar da população como ela quer se fazer entender. Retomando o enunciado presente no texto 2 da coletânea que afirma:

Texto 2- [...] Mensagens indutoras de pânico moral podem ser disseminadas pela mídia, tendo sua origem em indivíduos ou grupos interessados em mudar normas coletivas ou práticas sociais, estando para tanto dispostos a **compelir os demais a aceitarem tais mudanças**, mesmo sob um clima de medo coletivo e perplexidade. [...]

Ainda que reconheça o poder de manipulação da mídia, o candidato se filia às FDs sobre a crença no importante papel da mídia em promover a qualidade de vida,

quando afirma que ela “assume papel único de alertar e disseminar ideias necessárias para a sobrevivência da humanidade.”

Ao se valer das expressões “papel único” e “sobrevivência da humanidade”, o candidato exclui de seu discurso as FDs do discurso da ciência e da religião. Atribuindo apenas à mídia a “sobrevivência da humanidade.” Novamente, observamos o que Foucault (2002, p. 53) afirma sobre os discursos serem práticas descontínuas, que ora se cruzam e ora se ignoram, se excluem.

Enquanto outro candidato 174-6 vale-se da expressão salvação - expressão do campo semântico da religião, este candidato usa o termo “sobrevivência”, esse termo “sobrevivência” é de cunho científico, biológico, instintivo.

Vemos, nesses enunciados, a retomada do jogo discursivo presente no tema da prova: “o pânico é uma estratégia para controlar a sociedade pelo medo e ou uma estratégia para promover a qualidade de vida.” Ao construir o jogo discursivo, o produtor do texto 197-8 não exclui nenhuma das FDs, ele reconhece que há a possibilidade de as duas coexistirem, criando o efeito de sentido de que a mídia tanto manipula, quanto alerta, ou seja, tanto controla como promove a qualidade de vida.

Relembramos as palavras de Foucault (2009, p. 175),

[u]ma formação discursiva não é, pois, o texto ideal, contínuo e sem aspereza, que corre sob a multiplicidade das contradições e as resolve na unidade calma do pensamento coerente; (...) É antes, um espaço de dissensões múltiplas; um conjunto de oposições diferentes cujos níveis e papéis devem ser descritos.

Esse candidato 197-8 se vale de uma leitura que permite a possibilidade das duas FDs fazerem parte de seu jogo discursivo sem que se apresente contraditório.

Para reforçar sua crença no discurso que a mídia divulga sobre o fim do mundo, o autor joga novamente com duas FDs: o discurso da TV e o discurso daquilo que se vê fora da TV. Ele afirma que “a população está em pânico não apenas porque vê na televisão as reportagens (...) e sim porque vê ao vivo.” A população entra em pânico porque vê na televisão e também porque vive a experiência das tragédias.

Dentro das FDs da crença e na dúvida do discurso da mídia sobre as previsões do fim do mundo, o enunciador 197-8 joga com as FDs do que é visto através das imagens que a mídia divulga e através daquilo que ela própria experiencia enquanto tragédia, inundações, terremotos e tornados. Dialogando com aquilo que é dito na coletânea sobre o papel da mídia ao divulgar as notícias sobre o fim do mundo:

Texto 4: “disseminar mensagens indutoras do pânico moral” e “a tese catastrofista se espalha e se avoluma, incendiada pela internet.”

Texto 5: Esse texto é um cartaz de divulgação do filme 2012, lançado no final do ano de 2009.



Disponível em: <<http://images.google.com.br/imgres>>. Acesso em: 6 nov. 2009.

Observamos que, tanto na coletânea quanto nos textos dos candidatos, há discursos que se referem ao importante papel da mídia e acreditam que ela seja vilã por manipular e limitar as pessoas, enquanto outros discursos afirmam que a difusão das informações que provocam o pânico é o único caminho para salvar a humanidade e há ainda outros que afirmam ser necessário encontrar o caminho do meio: o equilíbrio entre os discursos sobre o perigo reais e os discursos que a mídia divulga e amplifica.

Ao fazermos essa observação remetemo-nos à concepção de dispersão segundo Foucault (2009, p. 42) “as possibilidades estratégicas diversas e opostas que permitem a ativação de temas incompatíveis, ou ainda a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes.”

Assim, como proposto no tema: o pânico é uma estratégia de controle ou para promover a qualidade de vida, o enunciador 197-28 retoma o que já foi dito criando o efeito de sentido de que a mídia tanto manipula quanto alerta, controla e promove qualidade de vida. Reforça ainda seu argumento na crença do que a mídia divulga sobre o discurso do fim do mundo quando afirma que “a população está em pânico não apenas porque vê na televisão as reportagens (...) e sim porque vê ao vivo.” A população entra em pânico porque vê na televisão e também porque vive a experiência das tragédias.

Ao falarem sobre a crença e a dúvida no discurso da mídia, observamos que os enunciados que se filiaram às FDs da crença também se filiaram às FDs da crença nos

discursos da ciência e da religião. Os que não se filiaram às FDs da crença no discurso da mídia também não se filiaram às FDs dos discursos da ciência e da religião.

O que nos leva a entender que, para os candidatos, o discurso é midiático independente de sua origem, se de cunho religioso ou científico.

Diante do que é exposto, observamos que, ao enunciar, os candidatos se detiveram na sua maioria às Formações discursivas presentes na coletânea e que a escolha lexical está relacionada aos termos usados nos discursos presentes na coletânea da prova.

No capítulo seguinte, tecemos algumas considerações acerca de nossa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES

Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo ou emprestar-lhes uma fugidia aparência.
Foucault

Seguindo as concepções de linguagem de Bakhtin (1995) e posturas sobre o discurso de Pêcheux (1997) e de Foucault (2009), especificamente guiadas pelo método arqueológico, proposto por Foucault (2009), investigamos algumas regularidades encontradas em dispersão nos textos, tendo em vista a produção e a circulação dos discursos a partir de determinadas posições-sujeito.

Fizemos uma interpretação segundo a Análise do Discurso por meio dos dispositivos teóricos constituídos pela noção de discurso como efeito de sentidos, formação discursiva, formação ideológica e interdiscurso.

Um de nossos objetivos era descrever algumas regularidades de formações discursivas da coletânea. Dedicamo-nos a observar que a coletânea traz enunciados regulares que se filiam às Formações Discursivas da *crença e da dúvida* no discurso da ciência e da religião, mas também acaba por envolver a preocupação na crença ou não na mídia sobre o provável fim do mundo em 2012.

Verificamos que as Formações Discursivas da crença que aparecem no enunciado da prova sobre produção de texto acerca do “*Pânico moral: estratégia de controle da sociedade ou uma forma de manter sua qualidade de vida*”, são retomadas nos enunciados que se apresentam em toda coletânea. Os textos que a compõem reforçam a ambiguidade discursiva que a caracteriza, tanto no que diz respeito à oposição entre o crédito nas profecias religiosas ou na voz científica tanto quanto a confiabilidade na mídia. Verificamos que isso ocorre mostrando suas singularidades, além de indicar a observação das regularidades na dispersão discursiva.

Para nossa surpresa, observamos que todos os textos da coletânea foram recortados de fontes midiáticas. Da mídia impressa, temos os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* e também a revista *Istoé*, todos de circulação nacional. Na mídia virtual, há sites de internet como o *Google* e provedores como *UOL*. Essa regularidade nos indica que a banca valoriza tais textos como fonte confiável.

Vimos, também, que os excertos que trazem a voz da ciência, adaptados à mídia, apontam uma regularidade discursiva subsidiada pelas vozes da ciência, especificamente da academia universitária. Os autores dos textos não são jornalistas, são todos cientistas, doutores, professores pesquisadores ligados a alguma instituição de ensino. Emitem-se saberes que falam de áreas distintas do conhecimento da ciência: sociologia, história, psicologia e a antropologia.

Outra regularidade que observamos é o uso recorrente de enunciados filiados às FDs sobre a importância da mídia na disseminação do pânico. O que direciona a leitura da coletânea para crença ou dúvida no discurso midiático. Afinal, o uso de textos midiáticos está em cem por cento da coletânea. Há enunciados regulares sobre o fato de a mídia divulgar e intensificar os alertas que provocam o pânico com o propósito de informar, para precaver a sociedade dos perigos e outros que se filiam às FDs de que essas informações, ao mesmo tempo, instalam o pânico e provocam a desordem porque a sociedade ao se informar pode perder o controle.

E vemos uma regularidade que acompanha a coletânea: a contraposição entre o fato de que quando o *pânico* é provocado apenas para manter a ordem e o controle populacional ou quando é apenas um aviso de que há perigo quanto à qualidade de vida, mas termina por desencadear uma desordem.

Os enunciados da coletânea refletem a posição da banca, ou melhor, a discussão que a banca “pauta”, a posição dos autores de cada texto e dos suportes onde foram veiculados. A coletânea reflete os discursos em oposição discursiva entre acreditar ou não nos discursos da ciência, da religião e ou da mídia. Esses discursos aparecem recorrentes na coletânea, mas, nos meios de comunicação, eles estão dispersos e permitem ver as regularidades de discursos que circulam na sociedade.

Outro de nossos objetivos era observar os discursos e contradiscursos presentes nos textos dos candidatos. Observamos que o próprio tema já propõe uma discussão por oposição quando questiona se o “*Pânico moral: estratégia para promover a qualidade de vida ou para controlar a sociedade pelo medo?*”. Desse modo, dentre os dez textos analisados, há regularidades em ressonância nos discursos dos

candidatos. Nos textos produzidos em situação do vestibular, verificamos que esses se filiam em cinquenta por cento às FDs sobre a “crença” nos discursos sobre o *fim do mundo* e esses discursos se entrecruzam entre a crença na ciência, na religião e na mídia. E os outros cinquenta por cento filiam-se às FDs sobre a “dúvida” nas previsões e profecias sobre o fim do mundo. Vimos que, nessa regularidade apresentam-se os discursos dispersos, uma vez que eles se dividem meio a meio.

Esse resultado reflete o modo como se apresentam os discursos da coletânea. Como vimos, os excertos também constroem os discursos em oposição, pois a coletânea apresenta uma contraposição discursiva que permite ao candidato distinguir as opções de discursos ali presentes. O pânico moral pode ser usado para controlar pelo medo ou para promover a qualidade de vida. O candidato percebe os discursos sobre o tema em determinada regularidade e entende que pode se posicionar a favor ou contra uma das linhas de raciocínio. Desse modo: o pânico é percebido como estratégia para controlar a sociedade ou o pânico pode promover a qualidade de vida ou, ainda, as duas opções sem que uma exclua a outra.

Num jogo dialógico, a relação discursiva ocorre por oposições, tanto nos discursos da coletânea quanto nos textos dos candidatos. Ou se acredita na previsão do fim do mundo ou se duvida, e se o candidato opta por acreditar, ele se vale de enunciados que se filiam à crença no discurso da mídia, das previsões e das profecias. Se o enunciador opta por discorrer sobre a dúvida no discurso da mídia, filia-se também às FDs que discorrem sobre a dúvida, tanto no discurso da mídia, quanto nos discursos das previsões, no discurso da ciência, quanto nos discursos das profecias, no discurso da religião.

Ao enunciar, o sujeito não considera os autores dos textos presentes na coletânea, mas dá credibilidade ao lugar de onde falam, se de uma instituição religiosa ou científica; Os textos mostram enunciadores que se atêm aos excertos que discorrem sobre o importante papel da mídia na difusão dos discursos que podem provocar pânico. Falam como se os enunciados fizessem parte das FDs do discurso da mídia, como se fossem a voz da mídia, como se o sujeito que fala na coletânea fosse somente a mídia e não um sujeito que fala do lugar de uma instituição religiosa ou científica, num linguagem heterogênea. O candidato não percebe a própria heterogeneidade e a heterogeneidade discursiva presente na coletânea.

Ao ler a coletânea, o sujeito escolhe falar sobre a mídia porque essa voz é muito mais forte. Firma-se na ideia de que se os textos são de fontes midiáticas, assim,

quem fala é a mídia. A mídia deve ser apenas o suporte por meio do qual se veiculam os discursos da ciência, da religião, ou seja, os discursos em circulação na sociedade. Ao ser criada, a função primordial da mídia era informar, porém com a ampliação do seu alcance em consequência dos avanços tecnológicos, ela mais que informa, ela leva os interlocutores a pensarem ou discutirem sobre aquilo que pauta.

Podemos acreditar nos discursos religiosos, mas não crer no discurso sobre o fim do mundo; podemos confiar no discurso da ciência, mas não acreditar nos discursos sobre o aquecimento global. Vimos que os discursos presentes na coletânea estavam dispersos em oposição, levando o candidato a pensar sobre o que a mídia divulga.

Ao pautar sobre o que se deve pensar, no nosso caso sobre as previsões do fim do mundo, suas causas e consequências, a mídia joga com essas vozes em oposição e independentemente dos assuntos que seleciona ou de suas fontes científicas, religiosas, e ou do lugar de onde eles se originam, ao serem enunciados pela mídia, a sua voz assume o poder de voz maior e, no caso da prova de Redação em estudo, maior que a voz da banca, maior que a própria voz da temática.

Com essa leitura, notamos que a coletânea da prova do vestibular da UFG 2010/1 é importante para propiciar ao candidato caminhos a seguir no que diz respeito àquilo que é dito na mídia sobre o tema, permitindo a ele depreender aspectos contraditórios do tema e pode também permitir um desvio do foco.

Ao usarem os textos da coletânea, os candidatos não se detiveram na discussão sobre a crença e a dúvida no discurso da ciência e ou da religião, eles direcionaram a discussão para o importante papel da mídia em relação à difusão das previsões e profecias sobre o fim do mundo.

Os textos heterogêneos na dispersão nos mostram a concepção linguística da banca e um candidato capaz de, embora não tenha habilidade linguística que se espera de um candidato ao vestibular, se posicionar discursivamente. Em relação à leitura dos discursos, ele se apresenta relativamente bem, entende e compreende os posicionamentos discursivos apresentados na coletânea.

Outro dos nossos objetivos era proporcionar uma reflexão acerca da produção de textos escritos de alunos de ensino médio. Acreditamos que ao avaliar a redação do aluno talvez o professor ou o corretor que não seja o professor, possa não perceber que o desvio da temática ou do foco temático ocorra em função de a linguagem ser esse lugar de interação onde as possibilidades e dizeres sejam diversas e opostas que

possam permitir a relação de temas aparentemente incompatíveis, ou ainda, a introdução de um mesmo tema em Formações discursivas distintas. E, não percebendo essa possibilidade de leituras, ao avaliar o texto do aluno encontre dificuldades para orientá-lo sobre o que melhorar ou adequar em relação à sua leitura do tema.

Acreditamos que uma avaliação da escrita do candidato pressuponha que o corretor também compreenda que, ao enunciar, o aluno, a forma-sujeito que ele, o falante se inscreve numa determinada formação discursiva, é aquela com a qual ele se identifica e que o constitui enquanto sujeito, e o que o aluno diz já foi dito por alguém em algum lugar, não está ali por mero acaso.

Um dos motivos que nos fizeram escolher o gênero carta de leitor foi o fato de que a carta de leitor deixa explícito o diálogo entre quem escreve (o leitor de jornal) e para quem se escreve (o editor), estabelecendo, ao mesmo tempo, um diálogo entre diversos denunciados. Mas, observamos que, entre os dez textos analisados, apenas um dos candidatos usou marcas de interlocução dirigidas ao editor de Jornal. Isso reflete o que está no comando da proposta: “escreva uma carta de leitor”, ou seja, a proposta não define para o candidato com quem, exatamente, ele deve dialogar.

Nosso enfoque, como já foi dito, não é a organização textual, mas o discurso. Discurso entendido como a materialidade discursiva, e como ele se manifesta na relação entre a relação dos discursos da coletânea de textos da prova de Redação e o produto apresentado pelo candidato. Descrevemos como os discursos presentes na coletânea da prova repercutiram na redação do candidato e, sendo assim, não nos atemos a questões de normas gramaticais.

Esse dado nos é relevante para refletirmos sobre o fato de que um bom leitor não é necessariamente alguém que escreve bem. A leitura pode fornecer a quem escreve sobre o que escrever, mas não necessariamente como escrever. Um texto mal escrito revela alguém que tem dificuldade com a escrita e cabe ao professor atentar para relação entre leitura e escrita, pois os dois processos caminham juntos, mas não ocorrem mecanicamente.

Outro aspecto que gostaríamos de comentar é o fato de que ao ler, o aluno lê em todas as épocas, mas escreve, evidentemente, na sua. E esses escritos seguem modelos que são incorporados mais ou menos inconscientemente, os quais refletem sua absorção de modelos no contexto sócio histórico em que vive.

Desse modo, entendemos que a Análise do Discurso contribui para um olhar mais apurado sobre aquilo que é dito nas redações dos alunos e também dos

candidatos ao vestibular. A AD apresenta dispositivos de análise que contribuem para uma melhor avaliação daquilo que é dito nas redações de vestibular e escolares. Quando digo melhor, quero dizer menos previsível, se é que se pode assim denominar, menos preconceituosa. Uma leitura que considere o momento em que o candidato enuncia, o seu lugar, ainda que o texto seja o mesmo, o momento em que o aluno o lê e o interpreta é outro, sua leitura pode ser outra, em função dos diálogos que ele estabelece considerando o que traz em sua memória discursiva.

Afinal, os sentidos são partes de um processo enunciativo. São realizados num contexto, mas não se restringem a ele. Os sentidos têm historicidade, um passado e eles se projetam num futuro.

E isso que acabamos de dizer, com certeza, já foi dito em outro lugar, em outro momento, de um outro modo, numa outra situação de comunicação, por outra(s) pessoa(s).

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV. *Marxismo e filosofia da Linguagem*. Tradução por M. Lahud e Y. Vieira. 7. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1995.

_____. M. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 2 ed., Martins Fontes. São Paulo, 2003.

BEZERRA, M. A. *Por que cartas do leitor na sala de aula*. In: Dionísio, A. P.; Machado, A. R. e Bezerra, M. A. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BONINI, A. *Projeto Gêneros do Jornal* (as relações entre gênero textual e suporte). Florianópolis, 2002.

BRAIT, B. *Interação, gênero e estilo*. In: Preti, Dino (org.) *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 125-158.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BURKE, P. *Biografia*. Disponível em < <http://historica.me/profiles/blogs/peter-burke-trajetoria-de-um>>. Acesso em 15 de janeiro de 2012.

CATELLAN, J. C. & BOTTEGA, R. M. D. *O texto como agenciamento autoral de vozes: a redação no vestibular*. Letras e letras, Uberlândia, v. 19 (2), p. 41-56, 2003.

CHAPARRO, M. C. da C. *Jornalismo, discurso em dois gêneros*. Tese apresentada como requisito ao Concurso de Livre Docência do Departamento de Jornalismo e

Editoração da ECA, na especialidade de Processos de Jornalismo impresso. São Paulo: 1997. p. 32.

COSTA VAL, M. da Graça. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

DANTAS, G. F. de L. *Biografia*. Disponível em:

< <http://blogandoseguranca.blogspot.com/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2012.

_____, G. F. de L. *O pânico moral*. 02/11/2002. Disponível em: <<http://www.mail-archive.com/policia-br@grupos.com.br/msg09576.html>>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

DENZIN, N. e LINCOLN, Y. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução por S. R. Netz. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERNANDES, E. M. F. *A produção escrita e a reescrita: indícios significativos no processo de produção de textos*. 2007. 227 f. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

FERRARIS, A. O. *Biografia*. Disponível em: <http://www.annaoliverioferraris.it/info>.

Acesso em 15 de janeiro de 2012.

_____, A. O. *Que medo*. Disponível em:

<http://www2.uol.com.br/vivermente/reportagens/que_medo>. Acesso em 15 de janeiro de 2012.

FERREIRA, M. N. L. *Emprego das preposições: atualização nas redações do vestibular*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1979.

FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo; Ática, 2008.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz F. B. Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

_____. M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____, M. *O que é um autor*. 4. Ed. Trad: António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Rio de Janeiro: Vega, 2002.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GREGOLIN, M. R. *Bakhtin, Foucault, Pêcheux*. In: BRAITH, Beth Org. *Bakhtin: outros conceitos- chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 33 a 52.

_____. M. R. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos. Claraluz, 2004.

GUALBERTO, M. I. F. *Análise descritiva da concordância verbal no vestibular*. Dissertação (Mestrado em Linguística) Faculdade de Letras, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1979.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Mídia, educação e cidadania :tudo o que você deve saber sobre mídia / Pedrinho A. Guareschi, Osvaldo Biz.*– Petrópolis ,RJ: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, J. R. D. *E a discussão ambiental chega à cozinha*. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/155082>>. Acesso em: 20 out. 2010.

GUIMARÃES, G. F. J. R. D. *Biografia*. Disponível em: <http://www.biof.ufrj.br/content/jean-remy-davee-guimaraes>. Acesso em: 15 de janeiro de 2012.

HILA, C. V. D. *As representações do contexto de produção da redação do vestibular*. In.: Anais do IV Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais. Santa Catarina, 2007. p. 837-852.

HUAISS, A. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Disponível em:

<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=p%E2nico+moral&x=13&y=10&stype=k>.

Acesso em: maio de 2010.

LEMOS, C. T. G. *Redações no vestibular: algumas estratégias*. In.: Cadernos de Pesquisa. Campinas, Unicamp – IEL, n° 23, 1977.

MACHADO, R. *Por uma genealogia do poder*. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p.vii-xxiii.

_____. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.

MALDIDIER, D. *Inquietação do discurso: (RE) Ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

_____. *A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux*. In: PIOVEZANI; SARGENTINI, V. (org.) *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 39 - 62.

MANUAL DO CANDIDATO. Vestibular UFG 2010/1. Disponível em: http://www.vestibular.ufg.br/ps2010-1/manual_do_candidato_ps2010_1.pdf

Acesso em outubro de 2010.

MELO, J. M. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1994.

O GLOBO. *Histórico*. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Globo>. Acesso em 15 de janeiro de 2012.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. 3 ed. S.P. : Cortez, 1996.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3 ed. S.P.: Pontes, 2001a.

_____. *Discurso e texto: formação e circulação de sentidos*. Campinas, S.P.: Pontes, 2001b.

_____. *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas, S.P.: Pontes, 2004.

PÃ. *O Deus pã*. Disponível em:

<http://www.mundodosfilosofos.com.br/pa.htm> Acesso em: 10 de março 2012.

PÂNICO MORAL. *Explicando pânico moral*. Disponível em:

< <http://gamehall.uol.com.br/loadingtime/?p=420>>. Acesso em maio de 2010.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa/ secretaria de educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

PAVANI, C. F. & KÖCHE, V. S. Redação de vestibular: um gênero discursivo heterogêneo. In.: Caderno Seminal digital, Ano 12, N° 5, V. 5 (Jan/Jun 2006).

PÊCHEUX, M. A *Análise de Discurso: três épocas* (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução: B. S. Mariani, E. P. Orlandi. Campinas, S.P.: Unicamp, 1990. p. 311-318.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PÉCORÁ, A. *Problemas de redação*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PESSOA, M. B. (2002). *Da carta a outros gêneros textuais*. In Duarte, M. E. L. e Callou, D. (orgs.) *Para a história do português brasileiro*. Vol. IV. Notícias de corpora e outros estudos. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, p. 197-205.

PILAR, J. *A redação como gênero*. In.: MEURER, J. L. e MOTTA-ROTH, D. (orgs). *Gêneros textuais e práticas discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. p. 159-172.

PONDÉ, L. F. C. e S. *Biografia*. Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Felipe_Pond%C3%A9. Acesso em 15 de janeiro de 2012.

ROCCO, M. T. F. *Crise na linguagem: a redação no vestibular*. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

RODRIGUES, S. *Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.

SHWARCZ, L. K. M. *Biografia*. Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Lilia_Moritz_Schwarcz. Acesso em: 15 de janeiro de 2012.

THEREZO, G. P. *Como corrigir redação*. Campinas, São Paulo: Alínea, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: Prova de Redação do processo seletivo 2010/1. Goiânia: Centro de seleção da UFG. Disponível em http://www.vestibular.ufg.br/estatisticas/2010-1/2%20etapa/grupo3_2dia.pdf. Acesso em: maio de 2010.

ZANUTTO, F. & OLIVEIRA, N. A. F. *O gênero redação de vestibular: o que prova essa (re)produção textual?* In.: MATHESES - Revista de Educação - v. 5, n. 1 - p. 83-103 - jan./ jun. 2004.

ANEXO B

UFG/CS PROCESSO SELETIVO 2010-1 REDAÇÃO

A prova de redação apresenta três propostas de construção textual. Para produzir o seu texto, você deve escolher um dos gêneros indicados abaixo:

A – Reportagem

B – Crônica

C – Carta de leitor

O tema é único para os três gêneros e deve ser desenvolvido segundo a proposta escolhida. A fuga do tema ou cópia da coletânea anulam a redação. A leitura da coletânea é obrigatória e sua utilização deve estar a serviço do seu texto. Independentemente do gênero escolhido, a redação NÃO deve ser assinada.

Tema

PÂNICO MORAL: ESTRATÉGIA PARA PROMOVER A QUALIDADE DE VIDA OU PARA CONTROLAR A SOCIEDADE PELO MEDO?

Coletânea

1. PÂNICO MORAL

Pânicos coletivos – ou “pânicos morais”, como alguns sociólogos os denominam – são um fenômeno comum, talvez até comum demais. [...] Ocasionalmente o perigo é imaginário, como na onda de pânicos relacionados a bruxas que se espalhou pela Europa nos séculos 16 e 17 e resultou na morte de milhares de pessoas inocentes.

[...] Já em outras ocasiões o perigo é real, e não imaginário, mas os boatos servem para amplificá-lo, como no caso da praga que se abateu sobre a Europa em 1348 e retornou em diversas ocasiões. [...] Na esfera econômica, um pânico pode bastar para produzir os efeitos cuja possibilidade desperta o medo das pessoas, para começar. Um exemplo vívido – e que oferece paralelos desconfortáveis com relação à situação presente – é o pânico financeiro que tomou os EUA em 1873. A crise surgiu depois de um surto de gripe eqüina e do colapso de um grande banco (o Jay Cooke & Co.) e resultou em uma depressão econômica que durou alguns anos.

Em casos de pânico coletivo, é comum que surja uma busca por bodes expiatórios. Em outras palavras, grupos ou até mesmo indivíduos são culpados por situações que resultam, ao menos em parte, de debilidades do sistema econômico, social ou político. [...]

Histórias sobre complôs são tema recorrente nos pânico. Esses complôs são em geral atribuídos a grupos que já foram descritos como “demônios folclóricos”. Em outras palavras, pessoas são alvo de preconceitos em determinadas culturas – os católicos (em culturas protestantes), os judeus, os jesuítas, os aristocratas, os banqueiros (de olhos azuis ou de olhos castanhos), os maçons ou os comunistas. São grupos suspeitos de conspirar para envenenar, infectar, queimar, sequestrar ou empobrecer as pessoas comuns ou para promover um golpe de Estado ou uma revolução. [...] Histórias sobre vilões que envenenam os reservatórios de água ou satanistas que torturam e matam crianças estão em circulação há muitos séculos (pelo menos desde o século 14). Nesse contexto, não parece irracional falar em surtos de paranoia coletiva, desde que não descartemos os pânico como completamente irracionais, patológicos ou absurdos. Pode haver bons motivos para uma atmosfera de pânico ou incerteza que leve à difusão de rumores desse tipo. Os pânico podem representar reação excessiva, mas são reação a um problema real. [...] Será possível encontrar um caminho intermediário entre ignorar ameaças reais e sucumbir a pânico coletivos? Os meios de comunicação têm papel importante a desempenhar quanto a isso.

BURKE, P. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 mai. 2009, p. 5. From: G. F. L. D. To: Send: Sunday, september 08, 2002 11:42 PM Subject: [Polícia-br] SEGURANÇA PÚBLICA E “PÂNICO MORAL”

2. O PÂNICO MORAL

A expressão “pânico moral”, utilizada por cientistas sociais, é pouco conhecida do público em geral. O conceito pode conotar, por exemplo, o pânico ou reação exacerbada a desvios de conduta ou ilícitos, supostamente capazes de ameaçar a “ordem moral” dominante. Mensagens indutoras de pânico moral podem ser disseminadas pela mídia, tendo sua origem em indivíduos ou grupos interessados em mudar normas coletivas ou práticas sociais, estando para tanto dispostos a compelir os demais a aceitarem tais mudanças, mesmo sob um clima de medo coletivo e perplexidade.

Os cientistas sociais que tratam do tema, via de regra, estão mais interessados com o fenômeno da dinâmica das mudanças sociais e das estratégias da sua promoção, do que propriamente com a validade de postulações indutoras do “pânico moral”. A consciência crítica da nação, ao contrário, deve examinar cuidadosamente o mérito dessas postulações indutoras de mais um tipo de pânico. [...]

Um exemplo bastante atual da disseminação do pânico moral no Brasil é a vinculação de uma alegada falência do Estado em relação ao crime e à violência praticados por jovens. Tomados como causas dessa situação, são denunciados o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os ditames do artigo 228 da Constituição Federal quanto à idade mínima de responsabilidade penal (18 anos). Segundo o conteúdo dessas mensagens, o ECA supostamente minaria a autoridade policial, enfraquecendo o Estado e servindo de estímulo para a delinquência entre os jovens brasileiros, “não tão inocentes” com idades menores que 18 anos.

A grande discussão gerada entre proponentes do pânico moral e seus oponentes não pode resolver, entretanto, no aqui e agora, questões prementes e que requerem ações imediatas da gestão da defesa social e segurança pública: é a chamada “ética da

urgência”. Assim é em relação aos jovens de risco que estão delinquindo agora nas ruas, aos traficantes que neste exato momento fazem suas transações ilícitas e aos internos do sistema prisional que seguem coordenando seus crimes de dentro das prisões. É no equilíbrio entre medidas reativas, necessárias e imediatas, com a implementação articulada de políticas de médio e longo prazos para a defesa social e a segurança pública, que o Estado revelará sua competência na gestão de tão importantes questões de interesse público.

DANTAS, G. F. de L. *O pânico moral*. Disponível em: <<http://www.mail-archive.com/policia-br@grupos.com.br/msg09576.html>>. Acesso em: 16 out. 2009.

3. E A DISCUSSÃO AMBIENTAL CHEGA À COZINHA

Tenho saudades de uns poucos anos atrás, em que as previsões sobre o aquecimento global eram modestas, algo como 0,5 a 1 °C em um século. Já em 2007, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) estimava um aumento de 1,5 a 4 °C no mesmo período. Em setembro de 2007, o Centro Hadley, no Reino Unido, com base em estudos sobre clima, previu aumento de temperatura de até 8 °C. Mas não em um século, e sim em 50 anos.

Então talvez o aquecimento acabe sendo superior a 8 °C, e em um período inferior a 50 anos. O problema deixou de ser daquele bisneto(a) que você provavelmente não iria conhecer mesmo, e passou a ser uma ameaça para você e para todos nós. Não é à toa que as seguradoras apoiaram o IPCC e outros grupos de pesquisa.

Elas querem saber o que vem pela frente e quanto vai custar a trombada. [...]

A discussão pode estar algo atrasada, mas é saudável e muito instrutiva. Um dos aspectos mais importantes desse debate é que ele cria uma cultura de inventário e diagnóstico: as empresas estão se capacitando para inventariar suas emissões e discutindo custos e estratégias de redução.

De fato, o *marketing* ecológico parece ter se tornado obrigatório e alastrou-se como uma praga. Já reparou como, por todo lado, as petroleiras viraram companhias de energia, os bancos agora são do planeta e as montadoras reinventam caminhos, embora para os mesmos carros, alguns cada vez mais verdes, e amarelos?

Será que, juntando todo o material impresso das campanhas publicitárias que exibem folhas, árvores, mato ou floresta, daria para recobrir o que se queimou da floresta amazônica?

GUIMARÃES, J. R. D. *E a discussão ambiental chega à cozinha*. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/155082>>. Acesso em: 20 out. 2009. [Adaptado].

4. 2012, A NOVA DATA PARA O FIM DO MUNDO

No dia 21 de dezembro de 2012, um raro alinhamento do Sol com o centro da Via-Láctea dará início a uma série de eventos desastrosos. São esperados terremotos, dilúvios, pragas e distúrbios eletromagnéticos que culminarão com o fim dos tempos. Não há como ignorar os sinais de que o fim se aproxima: crise econômica mundial, gripe suína, aquecimento global, alterações no ciclo solar, guerras e desigualdade. A tese catastrofista se espalha e avoluma, incendiada pela internet, e há quem acredite

piamente que até 2012 o mundo irá, mas de lá não passará. Até Hollywood embarcou na onda e lança uma produção milionária em novembro explorando o tema. A origem distinta para previsões coincidentes seria a prova cabal para o fim trágico da humanidade. O rol de tragédias identificadas com a data está escrito em profecias das mais variadas culturas: oráculos romanos e gregos, o calendário maia, textos de Nostradamus, a *Bíblia*, o I Ching e até um programa de computador que filtra a internet atrás de tendências de comportamento. É assim, misturando realidade com ficção e ciência com religião, que se criou a mais nova profecia para o fim do planeta. Mas o que há de real nessa confusão de história, astronomia, astrologia e religião?

LOES, J. *IstoÉ*, São Paulo, 13 mai. 2009, p. 70-71.

5.



Disponível em: <<http://images.google.com.br/imgres>>. Acesso em: 6 nov. 2009.

1. A CARNE ÉTICA

Há algum tempo, uma charge nesta Folha desenhava o horror de uma pessoa que, coberta de sangue, comia um pedaço de carne num restaurante. O garçom, coitado, envergonhado, dizia ao consumidor da carne algo como: “Aqui não é permitido comer carne”. Os vizinhos de mesa, todos com suas alfaces no prato, olhavam estarecidos para o prato e a mesa do sanguinário homem.

A cor vermelha de sangue, no guardanapo, amarrado no pescoço da figura animalasca do carnívoro, traía sua insensibilidade para com o sofrimento da picanha em meio à batata frita. Algum tempo depois, por conta do debate acerca da forma fascista que

assumiu, entre nós, a lei contra o tabaco em locais públicos, eu dizia nesta coluna que em breve essas pessoas “conscientes” (tenho desenvolvido um horror todo peculiar por pessoas “conscientes”) iriam perseguir os carnívoros. [...]

Vamos concordar que torturar animais é feio, apesar de que grande parte da vida esteja sustentada na necessidade da tortura de alguns seres para que outros continuem a respirar. Também vejo nos olhos dos meus cachorros a docilidade de quem veio ao mundo para sofrer, aliás como todos nós, vítimas do nascimento. Mas ainda aprecio suculentas picanhas. O que fazer, eu sou incoerente mesmo, amo meus cachorros, mas sou indiferente aos pobres bezerrinhos. Imagino que essas pessoas “conscientes” em breve proporão tratamentos de choque para pessoas degeneradas como eu. Tombarei gritando pelo direito às churrascarias. Por que essas pessoas “conscientes” não falam dos direitos das rúculas em continuarem, de forma singela, a fazer fotossíntese? Onde está a consciência deles quando torturam seres inocentes como as berinjelas, trituradas entre nossos dentes horrorosos?

Não há dúvida de que há algo de monstruoso na humanidade, mas o que me espanta nesses “conscientes” é a cegueira para o fato de que a natureza não seja um mar dócil, mas sim um espaço de violência. Esses caras são uns bobos que nunca viraram gente grande, por isso, eles gritam por aí “rats have rights”.

Gente grande sabe que a felicidade não faz parte dos planos da natureza. O que escolher? A carne ética ou a rúcula santa? Um dia vão sair correndo dando pauladas em quem não se converter à “Santa Alimentação”.

PONDÉ, L. F. *A carne ética*. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1210200916.htm>. Acesso em: 20 out. 2009.

7. QUE MEDO

Contrariando um clichê muito difundido pelo senso comum, ter medo não significa ser covarde. Covardia é, sim, não ter coragem de reagir. O medo, assim como outras emoções primárias, está inscrito no código genético de muitos seres vivos, inclusive no dos humanos. Sua função é “avisar” o organismo dos perigos. Em geral, portanto, o medo é benéfico – somente quando é excessivo (em casos patológicos de pânico, fobia) pode ser prejudicial. Por outro lado, uma pessoa totalmente destemida não teria vida longa: atravessaria a rua no sinal vermelho, cairia ao se debruçar na janela ou não hesitaria em enfrentar um leão. Sob o efeito do medo, aumentam a atenção e a velocidade de reação. As batidas do coração aceleram, a pressão sanguínea sobe, os açúcares inundam o sangue e aumentam as secreções da glândula suprarrenal e da parte anterior da hipófise. Esse terremoto psicofísico prepara o corpo para lutar, fugir, imobilizar-se ou fingir não temer. [...] Por trás dos estados de ansiedade há, muitas vezes, tormentos inconscientes que amplificam os medos normais e levam à perda do controle. Há ainda situações em que nossa própria capacidade de prever perigos nos faz cair em armadilhas do falso alarme e de uma ansiedade que brota de ameaças imaginárias. [...] Lidar com nossas assombrações – sejam elas concretas ou fictícias – é um processo de aprendizagem, que implica a aquisição de autonomia e amadurecimento, construídos no contrato com o outro.

FERRARIS, A. O. *Que medo*. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/vivermente/reportagens/que_medo>. Acesso em: 20 out. 2009.

8. QUEM TEM MEDO DO POLITICAMENTE INCORRETO?

Há algum tempo uma polêmica inusitada surgiu nas páginas da imprensa norte-americana. O debate girava em torno do nome da tradicional história infantil, “A Branca de Neve e os Sete Anões”. Tomados pela voga do politicamente correto, alguns críticos reclamaram da nomenclatura “sete anões” e acabaram por propor uma saída à altura: “Branca de Neve e os sete verticalmente comprometidos”, esquecendo que a própria Branca de Neve também poderia ser entendida como uma ofensa a todos aqueles que não fossem brancos, como a neve. [...]

Folclore ou não, essa história está de volta, agora no Brasil, com a publicação, pela Secretaria dos Direitos Humanos, da cartilha “Politicamente Correto & Direitos Humanos”. Distribuído pela primeira vez em 2004, na Conferência Nacional dos Direitos Humanos, o material voltou à cena no começo do mês de maio, em novo seminário sobre o tema. [...]

Mas nada como recorrer à própria cartilha e tomar alguns de seus verbetes. Começamos com uma coincidência: o verbete “Anão”. Na definição da cartilha ficamos sabendo que “as pessoas afetadas por nanismo são vítimas de um preconceito particular: o de sempre serem consideradas engraçadas. Não há nada de especialmente engraçado em ter baixa estatura, fato que não torna ninguém inválido nem diminui sua dignidade”. Ou seja, toma-se a forma pelo conteúdo e chegamos a uma espécie de beco sem saída. Qual seria a conclusão: trocar anão por nanismo ou por “verticalmente comprometido”? [...] O mesmo ocorre com termos que carregam duplo sentido. “Bárbaro”, por exemplo, deve ser condenado, pois é sinônimo de cruel, grosseiro, incorreto, malvado, rude e violento ... é fato que o etnólogo Claude Lévi-Strauss teria uma vez dito que “bárbaro é aquele que acredita na barbárie”, mas e o uso oposto? Como incluir na cartilha uma opção para o outro contexto linguístico, quando bárbaro é aquele que pratica atos, digamos assim, geniais? [...]

Se a intenção da cartilha não é cercear, mas fazer refletir, seria preciso inserir esses termos em contextos e mostrar como adquirem sempre muitos sentidos. Definitivamente não é hora de nos fiarmos em nomes... A filosofia da cartilha lembra uma passagem de Lewis Carrol, em “Alice no País das Maravilhas”. Alice precisa beber do líquido de uma garrafa para ficar pequena e passar por uma porta ainda mais diminuta. No entanto, em vez de uma garrafa, Alice encontra duas, com um mesmo rótulo que diz “beba-me”. Mas o pior é que Alice descobre que seus efeitos serão opostos: enquanto o líquido de uma garrafa a fará crescer, e muito (impossibilitando assim sua passagem), o outro a deixará pequena e com direito a ganhar o passaporte de entrada para seu novo mundo. E é exatamente nesse momento que se trava o seguinte debate: “Como posso saber qual das garrafas escolher se os rótulos são iguais?”, pergunta Alice. Ao que Humpty-Dumpty responde: “Aquele que acredita em rótulos, no mais das vezes se engana”. Não estamos para entrar no País das Maravilhas, mas andamos de certa maneira fisgados pelos rótulos e seu poder de encantar.



Disponível em: <http://oglobo.com/blogs/arquivos_upload/2009/06/2992850-fim-do-mundo1.jpg>. Acesso em: 16 nov. 2009.

Propostas de redação

A – Reportagem

A *reportagem* é um gênero discursivo que se caracteriza por apresentar informações sobre temas específicos. Tem por objetivo transmitir ao leitor informações novas, objetivas (que possam ser constatadas) e precisas sobre fatos, personagens, ideias e produtos relevantes, com a finalidade de contribuir para formar sua opinião. Seus leitores são as pessoas que procuram se manter informadas e não se satisfazem, apenas, com a leitura das notícias diárias, mas procuram explorar de modo mais aprofundado os vários aspectos associados a um determinado acontecimento. Pode ter caráter opinativo, questionando as causas e os efeitos dos fatos, interpretando-os e orientando os leitores. Suponha que você seja repórter de um jornal e é escolhido para escrever uma reportagem num suplemento semanal do jornal dedicado à discussão acerca da previsão do fim do mundo para 2012. A ideia de produzir uma reportagem surge da repercussão de uma notícia sobre a previsão do fim do mundo veiculada pelo próprio jornal. Sua reportagem, além de apresentar informações, dados e depoimentos sobre o fato (quando, como, por que o mundo vai acabar em 2012), deve, com base na coletânea, discutir o tema *Pânico Moral*: estratégia para a promoção da qualidade de vida das pessoas e/ou forma de manipulação da sociedade?

B – Crônica

A *crônica* é um gênero discursivo no qual, com base na observação e no relato de fatos cotidianos, o autor manifesta sua perspectiva subjetiva, oferecendo uma interpretação que revela ao leitor algo que não é percebido pelo senso comum. Assim, o objetivo da crônica é discutir aquilo que parece invisível para a maioria das pessoas. Também, visa divertir ou levar à reflexão sobre a vida e os comportamentos humanos. A crônica pode apresentar elementos básicos da narrativa (fatos, personagens, tempo e lugar) e tem

como uma de suas tendências tratar de acontecimentos característicos de uma sociedade.

Com base nessa tendência, escreva uma crônica para ser publicada em uma revista semanal, discutindo as formas de disseminação do medo na sociedade atual. Procure fazer reflexões fundamentadas em fatos relacionados à violência urbana, ao aquecimento global, às restrições aos alimentos, aos vícios, aos usos da linguagem etc. Por meio do relato e da discussão desses fatos, revele aos leitores da revista as relações contraditórias que compõem as estratégias de produção do *Pânico Moral*: promover a qualidade de vida ou controlar a sociedade pelo medo.

c – Carta de leitor

A *carta de leitor* é um gênero discursivo no qual o leitor manifesta sua opinião sobre assuntos publicados em jornal ou revista, dirigindo-se ao editor (representante do jornal ou da revista) ou ao autor da matéria publicada (quando o seu nome é revelado). Por ser de caráter persuasivo, o autor da carta de leitor busca convencer o destinatário a adotar o seu ponto de vista e a acatar suas ideias por meio dos argumentos apresentados.

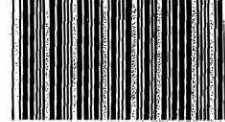
Diante da discussão gerada entre proponentes do pânico moral e seus opositores, escreva uma carta de leitor para ser publicada em um jornal ou em uma revista de circulação nacional. O objetivo é divulgar sua opinião sobre as consequências da produção do pânico moral e convencer os leitores de que a posição defendida por você é mais adequada. Para isso, selecione dados da realidade e da coletânea para compor seus argumentos na defesa do ponto de vista quanto à divergência de opiniões acerca do pânico moral. Por meio da defesa e da refutação de ideias, você deve persuadir os leitores a aceitarem o *Pânico Moral* como estratégia para promoção da qualidade de vida ou como forma de limitar a liberdade das pessoas pelo medo.

ANEXO C

Pacote: 110

8

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO
PROCESSO SELETIVO 2010-1



FOLHA DE REDAÇÃO

Assinale sua opção: →

☐ A

REPORTAGEM

☐ B

CRÔNICA



CARTA DE LEITOR

Assine somente no espaço indicado, no rodapé desta folha, mesmo se você optar pela carta.

TÍTULO:

Goiânia, 21 de dezembro de 2009

Senhores, J. Boes

As provas de que o fim do mundo está próximo, as quais se refere em seu artigo da revista *Isot* de maio deste ano, são fundamentadas em especulações de uma sociedade alienada.

A crise econômica ou a gripe suína não são provas de um fim. A humanidade já enfrentou problemas semelhantes como a crise de 29 ou a gripe espanhola dos séculos XIX e XX e o mundo ainda não teve seu fim, como foi cogitado no início deste século.

A nova produção milionária de Hollywood assim como o aquecimento global usam da política do medo para transmitir suas mensagens e fazerem sucesso. Dessa forma o pânico social adquire proporções globais e usa a humanidade de bode expiatório, alguém tem que ser culpado.

Neste contexto a população mundial, atualmente, é alienada e martirizada, movida pelo medo social. Os textos religiosos a quais se refere como provas cabais de um fim trágico são questionáveis quanto provas, haja visto que a religião

— SE NECESSÁRIO, USE O VERSO —

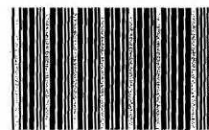
torrou-se capaz de calar tanto quanto a mídia moderna.

Portanto, acreditar, como seu próprio título sugere, em um novo data para o fim do mundo e tornar-se vítima de pânico moral. Neste aspecto de nossa realidade os nos resta mais da caverna e ~~verem~~ vencer o pânico que nos é imposto.

Pacote: 105

21

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO
PROCESSO SELETIVO 2010-1



FOLHA DE REDAÇÃO

Assinale sua opção: →

☐ A REPORTAGEM☐ B CRÔNICA☒ CARTA DE LEITOR

Assine somente no espaço indicado, no rodapé desta folha, mesmo se você optar pela carta.

TÍTULO: _____

Caros leitores,

O medo é uma das emoções primárias mais incisivas que possuem, permitindo que nos evite de algum perigo que nos cerca. Levando-nos a lidar com novas aventuras, ficções ou não, e permitindo com que a pessoa vive apurada e amadureça; além de permitir a própria sobrevivência.

Devido a essas qualidades, caros leitores, o "pânico moral" produz, por meio de medo, a tentativa de "encaminhar" a sociedade para caminhos mais eticamente corretos. Vivenciados principalmente pela mídia, o pânico moral pode se apresentar por diversas formas, sendo elas coletivas ou individuais, fictícias ou reais.

Um exemplo muito válido hoje é com relação ao filme 2012, que cita o fim dos tempos em 2012, principalmente causados pela própria ação humana, é uma mistura de misticismo, com religiosidade e realidade.

A possibilidade que o mundo acabe em 2012 gera muito medo nas pessoas, forçando-as a realizar ações para impedir tais catástrofes que foram causadas principalmente pelo homem, como o caso do aquecimento global. Isso permite que as pessoas populares, movidas pelo pânico, pressionem os governos, exigindo medidas para reduzir a poluição.

— SE NECESSÁRIO, USE O VERSO —

Finalizada na semana passada, a COP-15, uma tentativa de ratificar um novo acordo para ^{diminuir} ~~reduzir~~ as emissões de carbono, realizada na China, foi pressionada o tempo todo por manifestantes. Isso mostra os efeitos positivos do pânico moral.

Podem me contestar que o filme é ficção demais. Porém digo a vocês que é sim, pois todo filme, por mais fiel que seja à ficção. Entretanto, a intenção é de mostrar que as consequências da ação humana podem ser terríveis, se não agirmos em 2012 ou daqui a mil anos.

De acordo com dados coletados pelo Centro Hadley, no Reino Unido, a previsão do aumento na temperatura pode ser de até 8°C em 50 anos. Logo, mesmo que haja ficção no filme, o aquecimento global pode provocar um fim dos tempos de proporções em que se encontra.

Outro exemplo claro para os brasileiros é com relação ao Desaparecimento de Collor. Na medida em que o mídia o elogia, de mesmo, quando os meios, provocou a queda de Collor; impedindo que se corrompesse e suas ações contra a população fossem uma farsa.

É preciso, com isso, perceber que o pânico moral, por até os envolvidos que seja, prova para um bem maior, no caso, a bem da moral, a da própria existência. Encaminhando a sociedade para um caminho considerado o mais certo.

Pacote: 159
27

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO
PROCESSO SELETIVO 2010-1



FOLHA DE REDAÇÃO

Assinale sua opção: →



REPORTAGEM



CRÔNICA



CARTA DE LEITOR

Assine somente no espaço indicado, no rodapé desta folha, mesmo se você optar pela carta.

TÍTULO: *Pânico Moral*

Goiânia, 21 de dezembro de 2009

Caro leitor,

estou aqui para apresentar as consequências e os riscos do pânico moral. Não é de hoje que temos esse problema, são muitos alertas e artigos quando limitam nossa liberdade de escolha através do medo. Usando o medo para conscientizar dos perigos do aquecimento global, do possível fim do mundo em 2012 e do politicamente correto.

Pesquisas sobre o aquecimento global não parecem de ser realizadas e sempre uma mais preocupante que a outra, será que são dados concretos ou serão dados para assustar a população e assim fazer com que tome atitudes?

Fim do mundo em 2012, é apenas coincidência de algum fator que acontece nesse ano, como os oráculos romanos e gregos, o calendário maia, textos de Nostradamus, o Bíblia, o I Ching. Nenhuma prova concreta de que realmente acabará o mundo. Apenas mais uma forma de causar o pânico moral na população.

Qual motivo do medo do politicamente correto? Temor de algo que é considerado o adequado para obter, não sendo que

— SE NECESSÁRIO, USE O VERSO —

não significa que é certo.

Muitos tentam controlar a população através do pânico moral, causando medo, o que diminui a nossa liberdade.

Pacote: 22

22

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO
PROCESSO SELETIVO 2010-1



FOLHA DE REDAÇÃO

Assinale sua opção: →

A

REPORTAGEM

B

CRÔNICA



CARTA DE LEITOR

Assine somente no espaço indicado, no rodapé desta folha, mesmo se você optar pela carta.

TÍTULO: O fim do mundo, verdade ou mentira?

nos últimos dias não se fala em outra coisa, a não ser sobre o "fim do mundo".

É tudo isso nos faz pensar o porquê dessa previsão. Há quem acredite, e há também quem não acredite no fim do mundo, pois cada um tem opinião própria e pode seguir os seus princípios.

O ponto crucial de toda essa repercussão foi o lançamento do filme "2012", nele o mundo chega ao fim no dia 21 de dezembro de 2012. Deve-se acreditar?

não deve-se acreditar, mas também não deve-se descreditar, pois nos últimos tempos vem ocorrendo fatos, que nos faz pensar que o fim está próximo, mas não é por isso que nos prendemos a todos esses fatos.

Segundo estudiosos o mundo deve acabar na data prevista anteriormente, porque nesse mesmo dia, se encerra o calendário Maya, um dos povos mais sábios que habitaram a Terra.

Depois de muitos estudos realizados, por estudiosos em astrologia, astronomia e religião, nos fazem crer que realmente o fim está próximo.

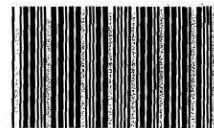
— SE NECESSÁRIO, USE O VERSO —

Órinas vezes o fim do mundo foi previsto, mas nunca ocorreu, por isso devemos aguardar, para vermos se desta vez a previsão será real, ou será mais um fato enganoso.

Pacote: 106

22

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO
PROCESSO SELETIVO 2010-1



FOLHA DE REDAÇÃO

Assinale sua opção: →

☐ A REPORTAGEM☐ B CRÔNICA☒ CARTA DE LEITOR

Assine somente no espaço indicado, no rodapé desta folha, mesmo se você optar pela carta.

TÍTULO:

Goiânia, 21 de novembro de 2009

Aos que não querem ser tomados pelo pânico,

Estive pensando sobre a pergunta que havia no fim de uma reportagem da Folha de São Paulo, do dia 3 de maio deste ano: "Será possível encontrar um caminho intermediário entre ignorar ameaças reais e sucumbir a pânico coletivos?", e cheguei à conclusão que é esse caminho intermediário o qual seguimos.

Não poderia descrevê-lo, mas uma coisa é certa: se ignorássemos as ameaças que nos circundam não havia ninguém para continuar. Ao mesmo tempo, se sucumbíssemos aos pânico morais não desenvolveríamos.

É o temor ao perigo que nos faz agir de forma a evitá-lo, programa o cérebro para encontrar alternativas ou até soluções. O medo das consequências do aquecimento global é o que motivou a descoberta de fontes energéticas sustentáveis, assim como o medo das dengas nos faz manter hábitos saudáveis.

— SE NECESSÁRIO, USE O VERSO —

Por outro lado, o pânico não exerce o mesmo papel. Tãl deturpa a realidade por meio do desespero. Acresce que o surgimento de um pânico coletivo não ocorre aleatoriamente, mas sim como estratégia de controle social, com a limitação da liberdade pelo medo exagerado.

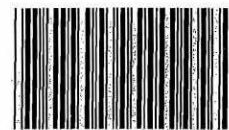
Como afirmado nessa mesma reportagem, os meios de comunicação têm um papel muito importante no que diz respeito à orientação quanto como reagir diante de situações extremas. Contudo, têm sido estes os veículos da disseminação do descontrole. O cardápio é farto: desde filmes, inclusive aquele que anuncia o fim do mundo para daqui a dois anos, à informações precipitadas sobre doenças emergentes.

Resumidamente falando, deixar ser levado pelos chamados pânico coletivo é uma forma de limitar a visão para perceber a realidade tal qual ela é. Medos, catástrofes existem, existiram e continuarão juntamente com a humanidade. O que resta é não permitir que eles sejam um instrumento limitativo.

Pacote: 159

1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO
PROCESSO SELETIVO 2010-1



FOLHA DE REDAÇÃO

Assinale sua opção: →



REPORTAGEM



CRÔNICA



CARTA DE LEITOR

Assine somente no espaço indicado, no rodapé desta folha, mesmo se você optar pela carta.

TÍTULO: Mídia e pânico moral: influentes fatores sociais

Caro editor,

Escrevo à revista para esclarecer meu ponto de vista sobre o pânico moral, o qual é provocado principalmente pela mídia, ou seja não só por esta revista, mas também por outras, além de estações de rádio, canais de televisão e internet. Todas estas mídias de comunicação começam a bombardar as pessoas com ideias em tom de ameaça, provocando temor por serem culpados de alguns fatos todos que não contra aquele ideal divulgado.

O pânico moral é um fator comum na sociedade contemporânea, mas já existe a algum tempo. Nem sempre os fatos disseminados apresentam ameaças reais para as pessoas, como no caso dos séculos XVI e XVII, onde a Igreja Católica dizia ter "bruxos", sendo estas ameaças "reais" para a sociedade. Mas também há casos onde o pânico é verdadeiro e o pânico moral é usado para amplificar o acontecimento.

Uma utilização clara do pânico coletivo é no combate ao tabagismo. Todos sabem que o fumo traz terríveis consequências para o fumante, mas isso graças a pesada disseminação das males do fumo através da mídia, o que chegou a gerar a impressão dessas males na própria embalagem do cigarro. Se falou tão mal dos fumantes que eles hoje sofrem até certo preconceito.

— SE NECESSÁRIO, USE O VERSO —

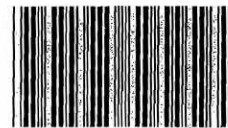
Um fato que pode nos dar medo, a todos nós que consumimos carne, é a crescente popularidade de grupos vegetarianos, pois a dia em que a mídia resolve espalhar o vegetarianismo, nós que não somos, vamos começar a ser vistos de maneira indiferente pelos que adotaram essa prática. Primeiro eles não falam sobre o sentimentalismo com os animais depois sobre as malefícios da carne para a saúde e depois não inventam métodos de combate ao hábito de comer carne.

Hoje a principal utilização da pânico moral é para a proteção do meio ambiente. É praticamente impossível assistir a um telejornal sem ver notícias sobre o aquecimento global. Mas isso não quer dizer que seja algo ruim, pois isso é uma das maneiras de se evitar a destruição do planeta, pois hoje as indústrias se preocupam com o meio ambiente, em grande parte pelas idéias e cobranças da mídia.

Não quero nesta carta sucumir a utilização da mídia para impor ~~idéias~~ ideais, pois a mídia possui influência enorme sobre a sociedade e que essa influência não seja usada de forma abusiva.

Pacote: 174
25

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO
PROCESSO SELETIVO 2010-1



FOLHA DE REDAÇÃO

Assinale sua opção: →



REPORTAGEM



CRÔNICA



CARTA DE LEITOR

Assine somente no espaço indicado, no rodapé desta folha, mesmo se você optar pela carta.

TÍTULO:

Goiânia, 21 de dezembro de 2009.

Caro editor,

Semana passada li em sua revista uma matéria sobre o que era o pânico moral e onde pensando sobre o que isto representa na nossa sociedade atual e quais consequências ocorreria. Conclui que o pânico moral é uma forma extremamente eficiente de limitar a liberdade da população pelo medo.

Me causa grande indignação saber que existem pessoas que defendem este fenômeno e o consideram uma estratégia para promover a qualidade de vida. Reconheço que seria uma tática eficaz de melhorar o que está errado se visássemos em um país honesto e socialmente consciente, mas a realidade brasileira é diferente.

Não seria novidade dizer que o povo brasileiro não é muito ligado à ética política e nem é muito preocupado em questionar o que lhe dizem ou protestar contra o que é errado. Diante disto os meios de comunicação tornam-se vilões que espalham o caos pela sociedade.

As pessoas não sabem diferenciar o que é verdade do que é exagero, assim torna-se muito fácil induzir a população ao pânico moral ao dizer palavras preocupantes sobre assuntos que nem são tão

— SE NECESSÁRIO, USE O VERSO —

graves assim. Percebemos isso quando há o sensacionalismo de determina-
das notícias, geralmente para esconder outras que costumam ser sobre
a política nacional, como no caso de Ebola, Ébola e a gripe suína.

O pânico moral torna-se a venda de olhos perfeita quando bem
manipulado, pois toda a população fica tão desesperada com uma nova
gripe que matou menos que a dengue, todos estão tão apavorados que
se esquecem da corrupção dos políticos. Esse é o poder da mídia e
a ignorância do povo.

A população deveria analisar cuidadosamente a veracidade e o
mérito que as informações pressurizam de um pânico moral
deve receber, para evitar grande estresse com coisas pequenas e tirar
do escuro assuntos mais importantes.

A sociedade não pode mais ser controlada pelo medo, deve
buscar uma melhoria na qualidade de vida por meio da verdade,
e tal verdade deve ser proporcional a sua real importância.

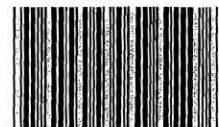
Atenciosamente,

leitor.

Pacote: 105

13

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO
PROCESSO SELETIVO 2010-1



FOLHA DE REDAÇÃO

Assinale sua opção: →

A

REPORTAGEM

B

CRÔNICA

X

CARTA DE LEITOR

Assine somente no espaço indicado, no rodapé desta folha, mesmo se você optar pela carta.

TÍTULO: Verdades do pânico moral

Quando vimos reportagens alarmantes sobre o aquecimento global que dizem que a temperatura média da Terra aumentará até 8°C em menos de um século, ficamos desesperados em busca de alguma solução de uma pequena ajuda. Mas creio que seja exagero da mídia e dos governos ao dar esse e outros tipos de notícias, somente para controlar as pessoas através do medo.

Que é justamente o chamado pânico moral. Usado como forma de mudar comportamentos sociais ou normas coletivas. Provocando de grupos que tentam a todo custo ditar como a população deve agir sob determinadas circunstâncias, saltando बात de certos assuntos.

O fato é que não tudo o que vemos e ouvimos dos meios de comunicação é a pura verdade. Certos jornais mundiais são "alimentados" ou até mesmo inventados para que não fiquemos atordoados e, sem percebermos, atendamos às vontades dos grupos responsáveis pelas mensagens.

É o que aconteceu no século 16 e 17, quando surgiu o बात sobre a existência de bruxas. O que culminou na morte de milhares de pessoas e no extremo medo por parte de crentes ingênuos. Não podemos acreditar que a verdade venha - nos facilmente pela TV ou jornal, porque não vem. Devemos analisar criticamente as informações que recebemos para ter-

— SE NECESSÁRIO, USE O VERSO —

mas uma melhor visão do mundo em que vivemos.

Pacote: 174 |
6

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO
PROCESSO SELETIVO 2010-1



FOLHA DE REDAÇÃO

Assinale sua opção: →



REPORTAGEM



CRÔNICA



CARTA DE LEITOR

Assine somente no espaço indicado, no rodapé desta folha, mesmo se você optar pela carta.

TÍTULO:

Goiânia, 22 de dezembro de 2009.

Caros leitores de "O Globo",

Seu também um leitor do grande jornal, e fico aborrecido com todas as discussões em torno do assunto pânico moral, como certamente vocês também se ficam. Meu objetivo nesta carta é mostrar-lhes a importância deste pânico.

Há muitos anos, creio que os leitores saibam, os meios de comunicação alertam sobre o perigo do aquecimento global. No entanto, apesar de todo o barulho feito por esses meios, medidas insignificantes foram tomadas em conferências à respeito do clima e outras conferências fracassaram e são adiadas enquanto os altos poderes se desmancham e animais como ursos polares perdem seu habitat e junto dele suas vidas.

Em 2007, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas estimou um aumento de 1,5 à 4°C na temperatura média global no período de 100 anos. Ainda em setembro de 2007, um centro de pesquisas do Reino Unido divulgou que esse aumento poderia ser de até 8°C em um período de

— SE NECESSÁRIO, USE O VERSO —

50 anos. Os meios de comunicação vem tentando causar um pânico moral na população e caso este ato não obtenha resultados nós veremos muitas cidades serem atingidas pelos efeitos, como já acontece.

Você acha, caro leitor, que seria possível promover algum movimento contra o aquecimento sem a tentativa de causar pânico moral? Não, muito pelo contrário, o pânico moral é completamente relevante para a sobrevivência mundial, existe nele a tentativa de parar com os tantos atos que condenam nossa existência.

Algumas pessoas podem ver o pânico moral como forma de limitar a liberdade usando o medo como artifício, mas, como a situação de pouca importância com o clima não muda, o real medo virá quando não houver mais nenhuma providência a ser tomada. O pânico moral se tornou um objeto de reflexão.

Atenciosamente,

Pacote: 197
28

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO
PROCESSO SELETIVO 2010-1



FOLHA DE REDAÇÃO

Assinale sua opção: →



REPORTAGEM



CRÔNICA



CARTA DE LEITOR

Assine somente no espaço indicado, no rodapé desta folha, mesmo se você optar pela carta.

TÍTULO: _____

Goiânia, 10 de dezembro de 2009

Caro senhor autor,

Tenho acompanhado de forma incansável, todas as suas publicações na revista "Ístoe", por admirar a forma com que sempre expõe as suas opiniões, ^{Porém} estas, sempre criadas de forma direta e muito crítica. ^{Portanto}, no mês de novembro, ainda deste ano, creio que tenha deixado a desejar.

Sua última publicação se referia ao chamado pânico moral - também chamado de "pânico relativo" - onde você o definia apenas como "... forma de limitar as pessoas pelo medo, através da mídia...". É fato que a mídia, desde seu surgimento, até os dias de hoje ^{vem} ~~tem~~, cada vez mais, tentando manipular dimensões como padrões de beleza, felicidade, etc., porém, no que se refere ao pânico urbano e mundial, esta assume papel único de alertar e disseminar ideias necessárias para a sobrevivência da humanidade.

A população está em pânico não apenas porque vê na televisão, reportagens sobre mortes de inocentes, assaltos, aquecimento global, destruição ambiental, entre outras e sim porque vê, ao vivo, tudo acontecer, sem ao menos ^{precisar} ~~precisar~~ apertar o botão "ligar" da televisão. ~~Ela existe tudo quando vai ao trabalho etc~~

O caos mundial está sendo disseminado pelas televisões de todo o mundo, porém, isto é feito para alertar a humanidade de sua fragilidade: com ódio, ser humano não continuará a matar ser-humano, com consumo ~~(desnecessário)~~

— SE NECESSÁRIO, USE O VERSO —

sem regras, a natureza se rebelará contra o homem, e assim, pouco a pouco a humanidade caminhará para o fim.

Assim, pouco a pouco, os dias de extinção humana se ~~tormentam~~ aproximam. Sentir medo de que se aproxima é uma forma de limitar, senhor autor?

O fato é que, neste momento, o maior dos problemas é a mídia: o mundo está em caos e muita gente não se conscientizou.

Agradeço, desde já, pela sua atenção, caro senhor autor.

Atenciosamente,